

volume 19 • número 2

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie



**CARTOGRAFANDO AÇÕES
NO TERRITÓRIO: DIÁLOGOS
ARQUITETURA CIDADE
DESIGN**



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
universidade presbiteriana mackenzie

Volume 19 • Número 2

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

EQUIPE EDITORIAL

Maria Isabel Villac, Editora

Ana Gabriela Godinho Lima, Editora Temática

Maria Augusta Justi Pisani, Editora Temática

Rafael Schimidt, Editor Executivo

Bianca Jo Silva, Assistente Editorial

Mariana Alves da Silva Nascimento, Assistente Editorial

Rita Miréle Patron Chaves, Assistente Editorial

Samuel Bertrand Melo Nazareth, Assistente Editorial

Verônica Moralli de Andrade, Assistente Editorial

PARECERISTAS ADHOC | A PARTIR DE 2019.1

Agnes Yuri Uehara | Universidade Paulista

Alejandra Monti | Universidade Nacional de Rosário

Amando Candeira Costa Filho | Universidade de Fortaleza

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro | Universidade de São Paulo

Andrezza Pimental dos Santos | Pontifícia Universidade Católica - Paraná

Antonio Ferreira Colchete Filho | Universidade Federal de Juiz de Fora

Bruno Zaitter | Pontifícia Universidade Católica - Paraná

Carlos Almeida Marques | Universidade de Lisboa

Cláudia Naves David Amorim | Universidade de Brasília

Daniela Marzola Fialho | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Douglas Barreto | Universidade Federal de São Carlos

Edison Ribeiro | Universidade Nove de Julho

Eulalia Portela Negrelos | Instituto de Arquitetura e Urbanismo - São Paulo

Eunice Helena Sguizzardi Abascal | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Fernanda de Macedo Haddad | Universidade Paulista

Giselly Barros Rodrigues | Universidade Ibirapuera

Jonathas M. Pereira da Silva | Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves | Universidade de São Paulo

Marcelo de Andrade Roméro | Universidade de São Paulo

Márcia Ferreira Prestes | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Maria Assunção Ribeiro Franco | Universidade de São Paulo

Paula Braga | Universidade Federal de Santa Catarina

Ricardo Luiz Silva | Serviço Social do Comércio - São Paulo

Roberto Heiden | Universidade Federal de Pelotas

Volia Regina Costa Kato | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Yara Cristina Labronici Baiardi | Universidade de Sorocaba

Yumi Yamawaki | Universidade Tecnológica Federal do Paraná



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
universidade presbiteriana mackenzie

Volume 19 • Número 2

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Carlos Villarruel

REVISÃO

Hebe Ester Lucas

LOGOTIPO

Bebé Castanheira

PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Samuel Bertrand Melo Nazareth



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
universidade presbiteriana mackenzie

SUMÁRIO . Volume 19 • Número 2

EDITORIAL

ARQUITETURA E POLÍTICA

MARIA ISABEL VILLAC

ARTIGOS

8 LUZ DE DENTRO: TRABALHO EMPÍRICO E TEORIA DE PROJETO

LIZETE MARIA RUBANO

ANTONIO APARECIDO FABIANO JUNIOR

35 VIDA PÚBLICA E DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS: EXPERIÊNCIA DE

DIÁLOGOS ENTRE CORPO, ARQUITETURA E PROJETO

MARIA ISABEL VILLAC

VOLIA REGINA COSTA KATO

52 UMA CIDADE MEDIEVAL E O PROBLEMA DA ÁGUA: O EXEMPLO DE VENEZA

ELISABETH CROUZET-PAVAN

68 A INVESTIGAÇÃO DA REDUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DO CIAM DE 1929

GABRIELA DE OLIVEIRA RICCIO

PAULA DE VINCEZO FIDELIS BELFORT MATTOS

ENEIDA DE ALMEIDA

84 EVOLUÇÃO DO PROJETO DE PLANTAS DE APARTAMENTOS EM CURITIBA: UMA

ANÁLISE DA OBRA DO ARQUITETO ELEGESON RIBEIRO GOMES

FABIANO BORBA VIANNA

102 POLÍTICAS URBANAS NO PÓS-FORDISMO: O CASO DE PUERTO NORTE EM

ROSÁRIO, ARGENTINA

ARTHUR MARTINS OLIVEIRA

116 O PARQUE OLÍMPICO DO RIO DE JANEIRO/RJ E OS VESTÍGIOS DE SUA

UTILIZAÇÃO

FELIPE BULLER BERTUZZI

GRACE TIBÉRIO CARDOSO

DIRCEU PICCINATO



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
universidade presbiteriana mackenzie

SUMÁRIO . Volume 19 • Número 2

PROJETOS

- 132 PROJETO - CARTOGRAFIA AFETIVA EM PARAISÓPOLIS | MAIO DE 2018 A MARÇO DE 2019**

WAGNER DE SOUZA REZENDE

ANGÉLICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM

LUIZ GUILHERME RIVERA DE CASTRO

- 144 PROJETO - HABITAÇÕES CAMBÓ | SANTA CATERINA, CIUTAT VELLA, BARCELONA | 1999-2003 | PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA.**

HABITAÇÃO SOCIAL

LLUÍS BRAVO FARRÉ

GUSTAVO COMTE-POMI

Editorial

Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo inaugura, neste volume, uma seção de projetos e publica, além dos artigos, duas experiências em distintos territórios, que interagem com as culturas locais.

A primeira experiência ilustra a Cartografia Afetiva realizada no bairro de Paraisópolis, São Paulo, por Wagner de Souza, Angélica Tanus Benatti Alvim e Luiz Guilherme Rivera de Castro.

O projeto, que ora se publica, de autoria dos arquitetos Lluís Bravo Farrè e Gustavo Comte-Pomi, propõe habitações sociais inseridas em tecido de transformação e regeneração de uma área do centro histórico de Barcelona que, por meio de análise perceptiva, assimila a dinâmica histórica evolutiva do bairro, valoriza suas características arquitetônicas e urbanísticas, assim como as necessidades e aspirações da comunidade cidadã em sua vida cotidiana.

Nessa linhagem, na qual o projeto se ampara nas práticas que questionam a tradicional separação entre a autonomia da concepção e o compromisso que incorpora uma experiência prévia de espaço, com vistas ao entendimento do território como espaço material e espaço social, dois artigos discutem outros protocolos para o processo de projetação.

O primeiro artigo, **“Luz de dentro: trabalho empírico e teoria de projeto”**, de Lizete Maria Rubano e Antônio A. Fabiano Junior, pensa a dimensão do projeto a partir de sua possibilidade emancipatória. Traz o relato crítico de uma experiência que se quer instrumento de luta social, para a população residente e para a formação profissional dos estudantes, e que coloca essa discussão em hipóteses projetuais – urbanas e arquitetônicas – voltadas a unidades de habitação dos bairros Campos Elíseos/Luz, em São Paulo.

O segundo ensaio, **“Vida pública e dinâmicas urbanas contemporâneas: experiência e diálogos entre corpo, arquitetura e projeto”**, de Maria Isabel Villac e Volia Regina Costa Kato, discute relações que se estabelecem entre os saberes da disciplina e a experiência da cidade como habitat. O artigo traz elementos discursivos

que buscam ampliar o reconhecimento de que o desejo de uma vida pública, vitalizada, se expressa primordialmente por meio de uma atitude corporal, e se contrapõe ao descolamento que ainda persiste entre representação e contexto na produção do ambiente construído.

Os demais artigos podem constituir, em conjunto, uma linha do tempo, que olha as escadas da cidade e da arquitetura, perpassa pelos últimos séculos da Idade Média e alcança a modernidade contemporânea.

A experiência construtiva da cidade de Veneza, como um dos maiores assentamentos do oeste medieval, no ensaio **“Uma cidade medieval e o problema da água: o exemplo de Veneza”**, de Elisabeth Crouzet-Pavan, é descrita historicamente pelas ações que exigiram obras contínuas, esforços cumulativos, técnicas imaginativas e colaboração entre a autoridade pública e a instância social.

Na escala da arquitetura, as experiências analisadas perpassam, primeiro, pelas práticas e discussões de unidades habitacionais em São Paulo, objetivando a redução dos espaços da habitação em **“A investigação da redução do espaço a partir do CIAM de 1929”**, de Gabriela de Oliveira Riccio, Paula de Vincenzo Fidelis Belfort Mattos e Eneida de Almeida. Discutem, ainda, a **“Evolução do projeto de plantas de apartamentos em Curitiba”**, de Fabiano Borba Vianna, com ênfase na obra do arquiteto Elgson Ribeiro Gomes e sua produção entre os anos de 1950 e 1980.

Novamente, na escala urbana, o artigo **“Políticas urbanas no pós-fordismo: o caso do Puerto Norte em Rosário, Argentina”**, de Fabiano Borba Vianna, estuda transformações funcionais e físico-espaciais das indústrias fordistas, após a década de 1970, e as modificações das políticas urbanas, nas quais estratégias de planejamento e gestão se voltam para a reconstrução da cidade e de sua imagem no cenário global. E, também na grande escala, **“O Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ e os vestígios de sua utilização”**, de Felipe Buller Bertuzzi, Grace Tibério Cardoso e Dirceu Piccinato, avalia o legado da intervenção que, três anos após das Olimpíadas de 2016, pouco contempla a população carioca e visitantes, no que se refere a usos idealizados previamente.

Maria Isabel Villac

LUZ DE DENTRO: TRABALHO EMPÍRICO E TEORIA DE PROJETO

LIGHT FROM WITHIN: EMPIRIC WORK AND PROJECT THEORY

LUZ DESDE DENTRO: TABAJO EMPÍRICO Y TEORIA DE PROYETOS

Lizete Maria Rubano, Doutora em Arquitetura, Universidade Presbiteriana Mackenzie
 E-mail: lmrubano@gmail.com

Antonio Aparecido Fabiano Junior, Mestre em Arquitetura, Universidade Presbiteriana Mackenzie
 E-mail: antoniofabianojr@gmail.com

Resumo

Este artigo, relato crítico de uma experiência do escritório modelo Mosaico¹, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, tem como perspectiva o desenho e a construção de metodologia de projeto a partir de uma experiência que coloca em discussão hipóteses projetuais – urbanas e arquitetônicas – voltadas à habitação. Essas hipóteses foram construídas tendo por base os processos de aproximação ao território de estudo (Zona Especial de Interesse Social Zeis nos Campos Elíseos) e as suas camadas sociais (tempo de ocupação, modo de vida, uso do espaço público, participação institucional), aproximação essa inscrita em uma lógica ampliada (habitação no centro, disputa pelo território urbano, marco regulatório, legislação urbanística) preenchida por circunstâncias e especificidades locais. Associada a uma equipe transdisciplinar – constituindo o Fórum Aberto Mundaréu da Luz² –, essa experiência permitiu pensar a dimensão do projeto a partir de sua possibilidade emancipatória, como instrumento de luta social, para a população moradora do bairro e para a formação profissional dos estudantes, considerando a condição de urgênciaposta pela disputa de nossos territórios urbanos, na proposição de explorar o

¹ O Mosaico, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Emau), da FAU Mackenzie, é um projeto desenvolvido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), implantado por alunos há 14 anos, cujo principal objetivo é trabalhar em parceria com a sociedade civil no assessoramento de demandas sociais, arquitetônicas e urbanísticas de comunidades organizadas, sendo instrumento importante para a formação acadêmica, profissional e social dos envolvidos (FENEA, 2006).

² Em maio de 2017 diversos grupos e instituições que atuam nos Campos Elíseos constituíram o Fórum Aberto Mundaréu da Luz (agenciado essencialmente pelo LabCidade da FAUUSP), a fim de produzir o projeto, ainda em curso, a partir da observação, escuta e participação efetiva da população local do bairro, com suas necessidades e desejos, de forma transdisciplinar – multi e interdisciplinar. Dentre esses grupos encontram-se: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste, A Cracô Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudiped), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped), Frente de Luta por Moradia (FLM), Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP), Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo (IAB-SP), Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (INNPD), Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP (LabCidade), Laboratório Justiça Territorial/UFABC (LabJUT), Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie (LEV), moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie (Mosaico), Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia (UMM).

papel da Universidade como ferramenta de formação, reflexão e proposição de alternativas a busca da constituição da cidadania.

Palavras-chave: Possibilidade emancipatória do projeto; Transdisciplinaridade; Metodologia de Projeto; Desigualdades socioespaciais; Articulações por agentes da resistência.

Abstract

This paper, a critical account of an Mosaico's experience³ – model office of the Mackenzie Architecture and Urbanism's Faculty -, has an intent to construct a project's methodology from an experience that brings into discussion design hypotheses – urban and architectural – housing-oriented. These hypotheses were constructed based on processes of approximation to the study territory (Campos Elíseos' ZEIS) and its social layers (occupation time, way of life, use of public space, institutional participation), which approach is inscribed in a broader logic (housing in the center area, dispute over urban territory, regulatory framework, urban legislation) fulfilled by local circumstances and specificities. Associated with a transdisciplinary team – constituting the Mundaréu da Luz Open Forum⁴ – this experience allowed us to think about the dimension of the project from its emancipatory possibility, as an instrument of social struggle, for the population living in the neighborhood and for vocational training of students, considering the urgency condition posed by the dispute of our urban territories, in the proposition of exploring the role of the University as a formation's tool, reflection and proposition of alternatives in the search for the constitution of citizenship.

Keywords: Emancipatory possibility of the project; Transdisciplinarity; Project methodology; Socio-spatial inequalities; Joints by resistance agents.

³ The Mosaic, Model Office of Architecture and Urbanism (Emau), FAU Mackenzie, is a project developed by the National Federation of Students of Architecture and Urbanism (FeNEA), implemented by students for 14 years, whose main objective is to work in partnership with society. Advising social, architectural and urban demands of organized communities, being an important instrument for the academic, professional and social formation of those involved (FENEA, 2006).

⁴ In May 2017, several groups and institutions operating in the Campos Elíseos formed the Mundaréu da Luz Open Forum (mainly organized by FAUUSP LabCidade), in order to produce a project, still on going, based on observation, listening and participation of the local population of the neighborhood, with their needs and desires, in a transdisciplinary – multi and interdisciplinary way. These groups include: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste, A Cracó Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promocão e Defesa dos Direitos das Mulheres (NuDEM), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped), Frente de Luta por Moradia (FLM), Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP), Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo (IAB-SP), Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (INNPD), Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP (LabCidade), Laboratório Justiça Territorial/UFABC (LabJUT), Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie (LEV), moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie (Mosaico), Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia (UMM).

Resumen

Este artículo, un recuento crítico de una experiencia de la oficina modelo Mosaico ⁵de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de Mackenzie, tiene como perspectiva el diseño y la construcción de la metodología del proyecto a partir de una experiencia que pone en discusión las hipótesis de diseño: urbano y arquitectónico – orientado a la vivienda. Estas hipótesis se construyeron en base a procesos de aproximación al territorio de estudio (ZEIS en los Campos Elíseos) y sus capas sociales (tiempo de ocupación, forma de vida, uso del espacio público, participación institucional), cuyo enfoque está inscrito en una lógica más amplia. (vivienda en el centro, disputa sobre territorio urbano, marco regulatorio, legislación urbana) cumplida por las circunstancias y especificidades locales. Asociada con un equipo transdisciplinario, que constituye el Foro Abierto Mundaréu da Luz⁶, esta experiencia nos permitió pensar en la dimensión del proyecto desde su posibilidad emancipadora, como instrumento de lucha social, para la población que vive en el vecindario y para la formación profesional de estudiantes, considerando la condición de urgencia planteada por la disputa de nuestros territorios urbanos, en la propuesta de explorar el papel de la Universidad como herramienta de formación, reflexión y propuesta de alternativas en la búsqueda de la constitución de la ciudadanía.

Palabras Clave: Posibilidad emancipadora del proyecto; Transdisciplinariedad; Metodología del proyecto; Desigualdades socioespaciales; Articulaciones por agentes de resistencia.

⁵ El Mosaico, Oficina Modelo de Arquitectura y Urbanismo (Emau), FAU Mackenzie, es un proyecto desarrollado por la Federación Nacional de Estudiantes de Arquitectura y Urbanismo (FeNEA), implementado por estudiantes durante 14 años, cuyo objetivo principal es trabajar en sociedad con la sociedad. Asesorar las demandas sociales, arquitectónicas y urbanas de las comunidades organizadas, siendo un instrumento importante para la formación académica, profesional y social de los involucrados (FENEA, 2006).

⁶ En mayo de 2017, varios grupos e instituciones que operan en los Campos Elíseos formaron el Foro Abierto Mundaréu da Luz (organizado principalmente por FAUUSP LabCidade), con el fin de producir un proyecto, aún en curso, basado en la observación, la escucha y la participación. de la población local del barrio, con sus necesidades y deseos, de una manera transdisciplinaria – multi e interdisciplinaria. Estos grupos incluyen: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste, A Craco Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped), Frente de Luta por Moradia (FLM), Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP), Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo (IAB-SP), Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (INNPD), Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP (LabCidade), Laboratório Justiça Territorial/UFABC (LabJUT), Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie (LEV), moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie (Mosaico), Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia (UMM).

O SENTIDO DO PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO

A construção do sentido – ou de um outro sentido – do projeto urbano e de arquitetura passa, nos parece, pelo entendimento de seu papel para além das lógicas hegemônicas a que têm servido historicamente.

Se o projeto e o plano são mecanismos operantes que efetivam materialmente o mundo (TAFURI, 1985), quando podem ser – já que expressão de lógicas sociais – ações emancipatórias a essas próprias lógicas? Como fazer desse instrumento uma possibilidade de apoio às alternativas voltadas à cidade da vida?

A experiência do Fórum Mundaréu da Luz e, mais especificamente, a do Escritório Modelo Mosaico da FAU-Mackenzie aqui relatada pretende colocar em discussão outras possibilidades ao projeto, considerando processos a que está submetido, outras possibilidades aos elementos constitutivos da disciplina, às maneiras de se aproximar e de reconhecer realidades, o fazer junto (participação e transdisciplinaridade), ainda que cada agente contribua de maneira própria com seu repertório e instrumental.



Figura 1: Produzida pelo Emau Mosaico, 2017.



Figura 2: Instituto Pólis + LabCidade (observatório) + Emau Mosaico, 2017.

O MUNDO URBANO NO BRASIL É DESIGUAL: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA VIA “REQUALIFICAÇÃO / REATIVAÇÃO DA LUZ / CAMPOS ELÍSEOS”

Na disputa pela localização no mundo urbano há violência, expulsão, judicialização, matéria de jornal. E há políticas públicas na realidade brasileira, muitas vezes contrárias à universalização do acesso e do direito à vida nas cidades.

Em torno dessa mercadoria (localização) – produzida coletivamente, mas não reproduzível e, por isso, nunca igual (VILLAÇA, 2001) – gira a disputa pelas áreas da cidade.

Estamos aqui tratando da disputa pelos recursos, “os recursos disponíveis à vida na cidade, que estão sempre sendo disputados entre os usos econômicos e os usos sociais. Como os recursos são os mesmos, a disputa é grande, a não ser que se produzam novos” (SANTOS, 1999, p. 15-26).

A disputa pelo território urbano, por meio da propriedade privada da terra, sua valorização e pelos interesses de mercado, é fato declarado e constante nas lógicas das cidades e, essencialmente, nas desiguais cidades brasileiras.

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 2006, p. 207).

Campos Elíseos/Luz, bairros da região central da cidade de São Paulo, abrigam uma população que vive em situação de extrema precariedade e vulnerabilidade. Algumas das possíveis perguntas que surgem quando se estuda essa área são: de que modo esses bairros, que compõem um dos maiores IDHs distritais, abrigam esse tipo de informalidade e vulnerabilidade? Quais são os entraves que contradizem os números?

A tentativa de resposta às questões colocadas baseia-se numa série de acontecimentos ao longo do tempo, permeados por diversos aspectos estruturais, como a guerra às drogas, a violência nas periferias, a territorialização do tráfico, o abandono do centro, entre outros. Há muitos anos vivem ali famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua; mais um caso típico de centro histórico configurado como manifestação de uma *nova periferia*, cuja situação só foi possível porque o centro acabou por ser “abandonado” pelo Estado, que acompanhou o deslocamento das elites e da cidade do negócio para o quadrante sudoeste da cidade, levando consigo os principais investimentos econômicos e de infraestrutura (VILLAÇA, 2011).

Algumas áreas do centro histórico, por isso, continuaram a ser habitadas pela população pobre, pelo desinteresse do Estado e do mercado, que ali construiu suas possibilidades de vida, pelas condições formais e informais que o próprio território permitia: há a facilidade de acesso ao transporte público; oferta de equipamentos de saúde, transporte, educação, cultura e lazer; proximidade e possibilidade de relações de trabalho formal e informal; presença de infraestruturas urbanas, aglomeração e densidade para experiências de solidariedade e alternativas de sobrevivência.

Os direitos na cidade se apresentam em áreas centrais, o que não se constitui é a cidade como direito para todos, pois se sabe que essas características acabam por ser atraentes – em algum momento – também para o mercado e para o Estado, que, por meio do processo da chamada *degradação urbana*, tornam o espaço uma moeda de reprodução do capital, qualificando-o para, posteriormente, atuar de forma violenta e predatória.

Campos Elíseos/Luz representam, hoje, uma das áreas mais violentas do centro histórico da cidade de São Paulo, onde todos os tipos de conflitos se dão, onde inúmeros processos gentrificadores aconteceram e acontecem, onde há ações desmedidamente truculentas desencadeadas pelos aparatos de Estado e onde habita uma população de enorme fragilidade econômica e social. É nessa área que o trabalho de pesquisa e projeto se desenvolveu.

O MUNDO URBANO NO BRASIL É DESIGUAL: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA VIA “REQUALIFICAÇÃO / REATIVAÇÃO DA LUZ / CAMPOS ELÍSEOS”

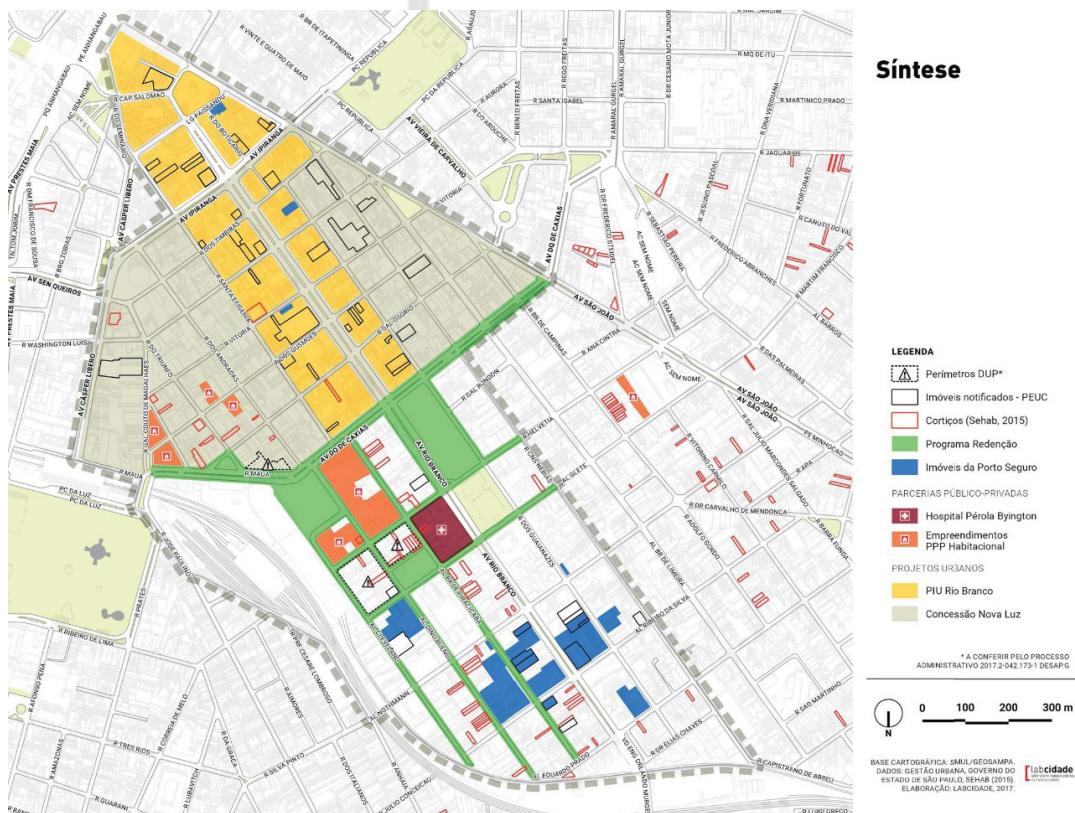


Figura 3: Elíseos e Luz. Em destaque com perímetro em vermelho, as Zeis, objeto desta pesquisa. Quadras 36, 37 e 38. Observatório das remoções, FAUUSP, LabCidade, 2017.

Adentrar os Campos Elíseos e, essencialmente, as três quadras centrais na nossa atuação (as Zonas Especiais de Interesse Social [Zeis] 36, 37 e 38, próximas ao Largo Coração de Jesus) permitiu-nos descobrir algumas das dinâmicas sociais que preenchem aquele lugar, ainda que, por vezes, bastante invisibilizadas:

- Os aluguéis de cômodos na área variavam (na ocasião, 2018) de R\$ 400,00 a R\$ 700,00 mensais, em média.
- A população moradora conseguia um rendimento mensal de, no máximo, três salários mínimos (sendo que um terço dessa população obtém apenas um salário/mês).
- Os rendimentos mensais não são fixos, dado o caráter de trabalho informal que a maioria desempenha.
- O aluguel pode ser de um pequeno apartamento de um quarto ou apenas de uma cama, por hora, dia, semana ou mês.
- São muitos e diversos os arranjos “familiares” e sociais, os agrupamentos de pessoas morando juntas.
- Ali a moradia não é apenas transitória: há pessoas que vivem na área, em média, por seis anos (mas há, também, os que moram há 20 ou até há 30 anos).

Algumas pessoas (hoje lideranças sociais) nasceram e viveram por toda a vida em área central.

- As crianças estão matriculadas nas escolas da região; há oportunidades de emprego e renda claramente colocadas pelo fato de se tratar de área central (aglomeração e intensidade).
- O espaço da casa também é, muitas vezes, o do trabalho: cozinhama-se marmitas para venda, consertam-se objetos, vendem-se passagens de ônibus intermunicipais etc.
- A área central é alternativa aos territórios periféricos, destino quase sempre determinado e certo da população pobre.

(Todas as informações e os dados foram obtidos a partir do documento “Campos Elíseos Vivo”, produzido pelo Fórum Mundaréu da Luz em abril de 2018).

Esse processo constituído no tempo – de vida e apropriação pelos mais pobres no bairro – também foi acompanhado por diversas ações e políticas de Estado que colocaram (e colocam), ao território, uma perspectiva de valorização que se anuncia na substituição de pessoas e de estruturas físicas que se apresentam como “frágeis, degradadas e obsoletas”: o final dos anos 1990 e o início dos 2000 marcaram a realização de um eixo cultural – reestruturação da Pinacoteca, da Estação Pinacoteca, construção da Sala São Paulo – que introduziria a esperada “transformação urbana”, sempre dentro da perspectiva de uma “Nova Luz” que deixaria a velha para trás. Essa “Nova Luz” ativaría um lugar “feio” – ocupado por botecos e hotéis decadentes que abrigavam originalmente os cafeicultores e, agora, a prostituição; edifícios históricos abandonados à própria sorte; pensões; ocupações pelos movimentos sociais –, transformando-o.

Pensar sobre essas relações entre cultura, intervenção urbana e política pública [...] significa lidar com o enfrentamento de dois mundos cravados num só: aquele dos que têm presença, visibilidade, fala, imagem e forma; e o mundo da ausência, do alheamento, dos não-dizeres [...] (PALAMIN *apud* KARA-JOSÉ, 2007, p. 16).

Radicalizando essa “Nova Luz”, agora em projeto aprovado pela Câmara em 2005, surgiu a parceria Estado-iniciativa privada e a utilização de instrumentos urbanísticos e fiscais os mais variados (Operação Urbana Centro, AIU-03, Zeis 3), propondo, inicialmente, um “loteamento” da área – diga-se de passagem, já ocupada – com programas voltados a um polo tecnológico (lei e uma regulamentação estabelecendo incentivos fiscais para a instalação de empresas de tecnologia e outros serviços na região), projeto regido por um decreto declarado de utilidade pública algumas áreas passíveis de desapropriação.

Estabelecendo, compulsoriamente, a concessão urbanística, o projeto “Nova Luz” acabou por ser inviabilizado pela Fazenda Pública, que concedeu liminar em ação, sendo um dos argumentos o fato de o prefeito da cidade não ter promovido audiência com os moradores que seriam atingidos pelo projeto. Entretanto, a área continuou sofrendo ações que revelaram a invisibilidade em que é posta a população que vive seu cotidiano nesses bairros.

Uma intervenção violenta na área, o poder local, que atinge mais diretamente o território, radicalizando uma intervenção não mais travestida de projeto, desencadeou, em 21 de maio de 2017, uma ação de demolição e remoção na região de Campos Elíseos, nas quadras que são consideradas Zeis, ferindo moradores e destruindo áreas habitadas.

O argumento dessas ações violentas foi construído – indevidamente, é claro – considerando o que essa área tem de mais difícil e mais frágil, que é a cena aberta do *crack* e, nela, os espaços públicos que são compartilhados entre o consumo de drogas e as atividades do cotidiano.

Embrenhados nessa realidade estão mães maranhenses com seus meninos, mulheres que cozinharam e vivem da venda de marmitas, administradoras de hotéis cujos donos estão bem longe dali, idosos que vivem sós, pessoas que passaram por experiências de encarceramento, usuários de *crack*. Reconhecer essa gente significa associar o estado de abandono de um lugar pelo poder público e pela iniciativa privada à possibilidade de as pessoas empobrecidas, deslocadas do mundo do trabalho formal, encontrarem nesse território suas possibilidades de vida. Essa relação se faz de maneira recorrente nas cidades: acentua-se a precariedade material quando se acentua a social.

Do polo cultural, com equipamentos de exceção, passando pelo centro de tecnologia avançada e pela concessão urbanística, pela demolição e pelo desmonte, chega, na primeira década dos anos 2000, a política “habitacional” – que parece, inicialmente, reconhecer também o bairro da Luz como o lugar de moradia e de vida da população pobre – lançada pelo governo do Estado; surge a Parceria Público-Privada (PPP), da Agência Casa Paulista.

O primeiro sorteio (das unidades habitacionais da PPP) foi realizado em 5 de setembro de 2017, com 601 apartamentos, dentre os 190 mil inscritos entre janeiro de 2016 e julho de 2017. [...] Os inscritos devem ter ao menos um dos membros da família trabalhando na área central, renda familiar bruta mensal de R\$ 1.108,38 a R\$ 5.724,00 e nunca terem possuído imóvel próprio ou financiado. Também não podem ter sido atendidos por programas habitacionais públicos anteriormente. Todos os 190 mil inscritos concorrem. [...] Conforme as regras previstas em edital, serão destinadas 80% das unidades para inscritos que moram fora da área central e 20% para interessados que moram na região central. A intenção do Governo é entregar até o fim deste ano 914 unidades habitacionais do Complexo Júlio Prestes. [...] No total, o Complexo compreende oito torres residenciais, com 1.130 moradias de interesse social e outras 72 unidades de mercado popular (SECRETARIA DA HABITAÇÃO DA PMSP, 2018).

Entretanto, como era de se imaginar, a PPP não representou uma alternativa para a população já moradora das quadras Zeis de Campos Elíseos/Luz. Ninguém dali foi sorteado.

CARTOGRAFAR

O que segue é a apresentação de um método que, mais do que desenhar o lugar de habitabilidade como direito, propõe a contestação e luta, no momento em que amplifica e entende as contradições social e econômica como sujeitos que sofrem na pele violências cotidianas constantes. Na medida em que reconhece na arquitetura parte intrínseca e indissociável da cidade, aposta em seu ato como instrumento privilegiado de discussão capaz de constituir uma possível hipótese factível de dar forma ao mundo para todo mundo. Para tanto se estrutura em ações: desenhar, conversar, adentrar foram artifícios para a criação de laços e relações sociais, na busca por uma construção coletiva.

ESTAÇÃO 1: DESENHAR

Papel *craft* (rolo) com perfil (*skyline*) das fachadas da quadra frontal ao Largo Coração de Jesus.

Ao longo do período, esse *skyline* vai sendo preenchido com as fachadas de cada edificação.

Por sobre esse registro gráfico vamos acrescentando percepções dadas pelo uso (Grupo Mosaico) e pelas pessoas que passarem e quiserem inserir (com desenhos, pinceladas, recortes de revistas, faixas de cor etc.).

Grupo: *urban sketchers* + André Marques + professores e estudantes Faumack (Emau Mosaico) + Instituto Pólis.

Material: rolo *craft*/grafite 6b/magicolor/pincel/rolinho de tinta/tinta guache/revistas.

Período: 10h30 – 12h30.



Figura 4a: Lizete Maria Rubano + Emau Mosaico, 2017.



Figura 4b: Lizete Maria Rubano + Emau Mosaico, 2017.

ESTAÇÃO 2: CONVERSAR

Mesas + cadeiras + cobertura.

Cartõezinhos/convite: cada um vai ter uma imagem/elevação das edificações da quadra com endereço (rua e número).

Atrás, um pequeno texto contando o que é o mutirão de desenho e desejos.

Grupo: LabCidade (observatório) + IAB + Instituto Pólis + professores e estudantes da Faumack.

Material: cartões/convite.

Período: 10h – 16h.



Figura 5: Instituto Pólis, 2017.



Figura 6: Convites para o mutirão "desenhos e desejos". Emau Mosaico, 2017.

ESTAÇÃO 3: ADENTRAR

Três grupos de duas pessoas percorrem a quadra para desenhar esquinas, uso das ruas, ambientação urbana.

Três grupos de duas pessoas percorrem a quadra com a perspectiva de adentrar (comércio, habitações, pensões, quartos) e desenhar detalhes /conversar.

Grupo: LabCidade (observatório) + IAB + Instituto Polis + professores e estudantes da Faumack.

Material: blocos grandes para desenhos externos (ruas, praças, esquinas) + kit desenho (bolsinha com blocos pequenos de sulfite + hidrográficas + grafite 4b/6b).

Período: 10h30 – 15h30 (a combinar, cada desenho terá: nome da rua/número/nome do morador/tempo de moradia/ trabalho/ atividades de rotina no bairro).



Figura 7: Instituto Pólis e Emau Mosaico, 2017.

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis.

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros (ROLNIK, 1989, p. 15-16).

As quadras que se defrontam com o Largo Coração de Jesus são do século XIX, têm edifícios ecléticos, alguns tombados, e pensões, várias reformadas e administradas cuidadosamente por mulheres. Também existem pensões bem precárias, com trincas e vazamentos, alguns edifícios pegaram fogo (casa de dona Laide, ícone do Programa de Braços Abertos) e outros estão sem uso, esvaziados.

Todos, entretanto, conformam a quadra – unidade urbana de referência (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013) –, que marca e é marcada pelo período em que a cidade se fez ali. São quadras com edifícios geminados, sem recuo (que só vai aparecer com a Lei nº 7.805, de 1972 e que dispõe sobre Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município).

DE FORA E DE LONGE

Identificar essa construção da quadra e os arranjos encontrados, a partir dos edifícios geminados, foi fundamental para que se estabelecessem as condições primeiras de reconhecimento de que o pressuposto da geminação gerava – diferentemente das quadras do bairro de Moema, por exemplo – blocos construídos que, mesmo não sendo o que Berlage pressupunha para Amsterdã Sul⁷, acabaram por representar uma situação contrária à “dissolução da forma”.

⁷ A ideia da construção do bloco foi amplamente defendida por Berlage quando de sua explanação da proposta de expansão para Amsterdã Sul, em 1915: o bloco contrapunha-se às construções isoladas e garantiria, junto às quadras e ruas, uma definição de espaço urbano como reação à degeneração da forma que se dava com as construções pensadas individualmente, no lote (GRINBERG, 1982).



Figura 8: Emau Mosaico, 2017.

Olhar por fora também é reconhecer conteúdos. Uma de nossas aproximações (que foram acontecendo simultaneamente) foi a do reconhecimento das estruturas físicas, quase que residuais, das quadras conformadas por patrimônio histórico, galpões e pequenas pensões. Havia edifícios ajustados, adaptados e subdivididos em quartos, carcaças de incêndios de anos anteriores, comércios cotidianos, quase todos habitados.

Lado a lado, os pequenos edifícios demandavam que fossem resolvidos ventilação e insolação, espaços livres e circulações, coberturas utilizáveis e aberturas.

Nem sempre foi possível adentrar para conversar mais com os moradores ou para identificar condições de habitabilidade. Mas, ainda assim, registramos as marcas de quem habita.



Figura 9: Emau Mosaico e É de lei, 2017.



Figura 10: Levantamentos de campo – Emau Mosaico.



- Lugares fechados e estacionamentos
- Equipamentos públicos
- Serviço, comércio e moradia



*O que não está marcado se encontra igual.

Figura 11: Levantamento de campo – Emau Mosaico, 2017.

Lado a lado, os pequenos edifícios/pensões, quando adentrados, revelaram, também, as maneiras de ocupar e de se viver: os quartos coletivos com camas beliche, os cômodos com móveis delimitando o espaço, a ausência de janela, o fosso, o espaço de trabalho, o uso do corredor pelas crianças, do pátio como espaço gregário e dos terraços-coberturas.

DE DENTRO E DE PERTO

Adentrar as casas, a moradia, que podia ser a cama alugada por algumas noites, significou, novamente, cartografar.

Dessa vez, a cartografia passava pelos dados a serem registrados de maneira sistemática (número de pessoas, trabalho, renda, relação com o bairro...) e pela folha – quadriculada ou não – que recebia o croqui da casa.

A vida, que quase não se vê de fora, começou a ser registrada por duplas. Não era a foto que nos interessava, mas o desenho que podia captar, num curto espaço de tempo, como cada um preenchia seu espaço, vivia seu cotidiano.

E assim foi...



Figura 12: Emau Mosaico, 2017. O processo de adentrar envolveu a descoberta da história dos moradores e com isso um levantamento dos modos como se vive na região.

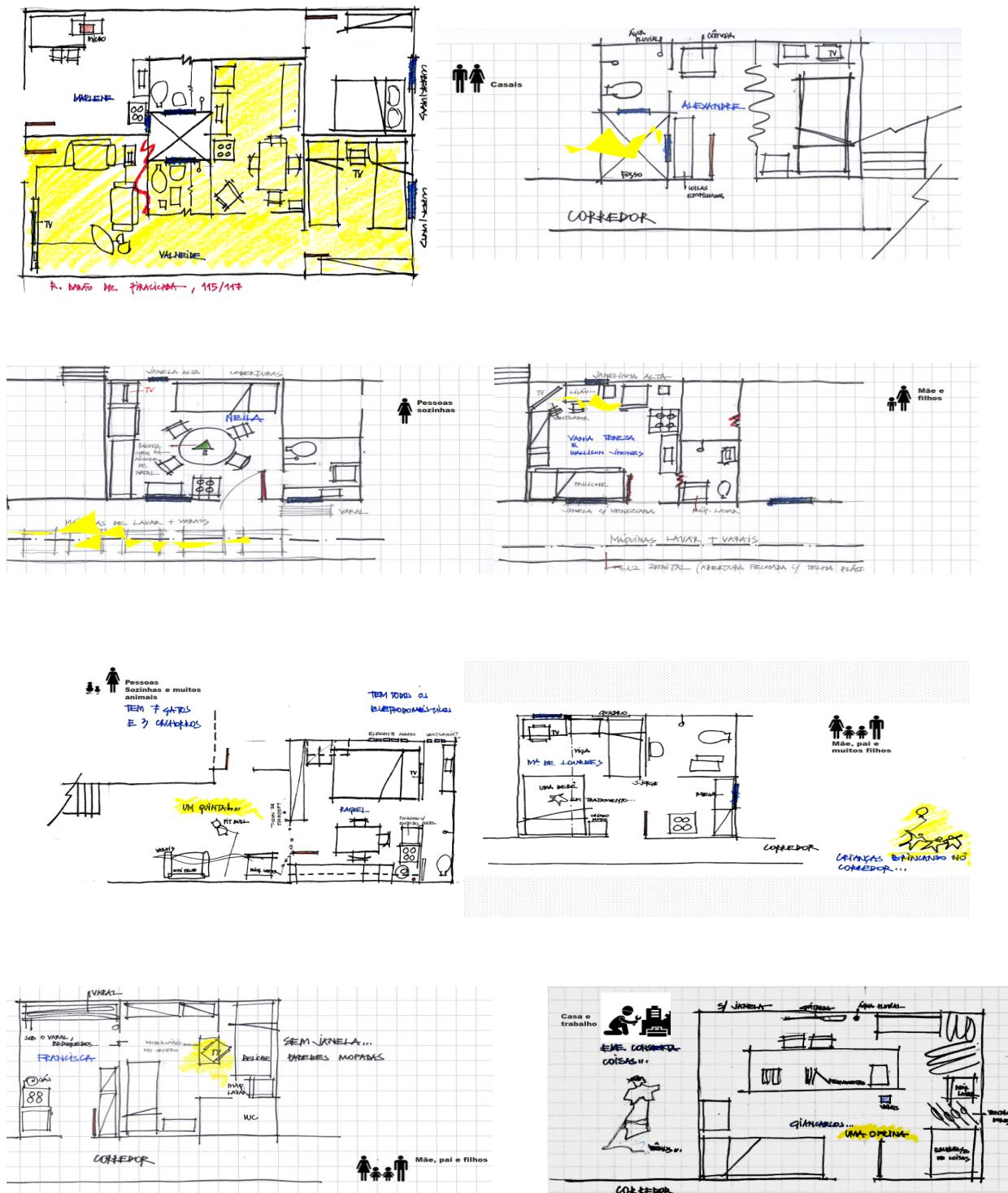


Figura 13: Croquis – levantamento de campo. Emau Mosaico. Desenhos de Lizete Maria Rubano, 2017.

Esses registros foram importantes para conduzir o processo de construção de uma ou mais possibilidades de projeto para a área, para reconhecer ali os agenciamentos sociais e espaciais, as pistas que poderiam ser pontos de partida na valoração dos modos de vida, na construção simbólica do habitar, nas efetivas necessidades e urgências de ajustes, no reconhecimento dos desejos que se manifestam e se expressam no espaço da casa, na vida cotidiana.

UMA MANEIRA DE PROJETAR OU, AINDA, O MÉTODO

Não se projeta nunca para, mas sempre contra alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou as autoridades que a protegem, contra a exploração do homem pelo homem, contra a mecanização da existência, contra a inércia do hábito e do costume, contra os tabus e a superstição, contra a agressão dos violentos, contra a adversidade das forças naturais; sobretudo, projeta-se contra a resignação ao imprevisível, ao acaso, à desordem, aos golpes cegos dos acontecimentos, ao destino. [...] É, portanto, impossível considerar a metodologia e a técnica do projetista como zonas de imunidade ideológica. A sua metodologia e a sua técnica são rigorosas porque ideologicamente intencionadas. A ideologia não é abstrata imagem de um futuro-catarse, é a imagem do mundo que tentamos construir lutando: planejando não se planeja a vitória, mas o comportamento que nos propomos manter na luta (ARGAN, 2001, p. 53).

Cabe, ainda neste artigo, apresentar o método projetual que construímos nessa experiência Campos Elíseos/Luz.

Interessa-nos discutir e experimentar empiricamente o processo projetual, considerando a contribuição à população moradora na área e a formação de profissionais arquitetos e urbanistas comprometidos com seu papel social.

Pensa-se, assim, o projeto não como "um conjunto de símbolos com os quais tentamos fixar e comunicar nossa intenção arquitetônica" (GREGOTTI, 2004, p. 13), provido da particularidade de um ator da sociedade – o arquiteto –, como prega Gregotti, mas como função estratégica técnica, ética e estética vindoura, de grupos múltiplos movidos por ações diversas não subordinadas ao traço, mas aos desejos comuns, por meio da observação da vida como atividade cotidiana, no desejo de pensar a cidade como espaço múltiplo e infinito, livre e vivo, festivo e pulsante, como chamamento que incita a reflexão e a ação à procura de um mundo justo para todos.

"Como trabalhar com avanços na urgência?" foi a pergunta norteadora do desenvolvimento do projeto.

Colocou-se a necessidade de conceber outras formas de produção do espaço, a partir de tantas possibilidades de relações sociais e espaciais – as contraformas –, não como estratégia propositiva assertiva, mas como contraponto à mercantilização do espaço e da vida. "É porque perdemos o contato com a realidade coletiva dos homens – a forma – que não podemos fazer sua contraforma" (VAN EYCK, 2008).

Nenhum sistema de produção de pensamento é independente dos fatos do mundo e, ao se trabalhar com uma comunidade vulnerável – habitação precária, trabalho informal e dependência química, na escala de saúde pública –, em um local com lógicas de tempo e intervenções no espaço tão imprevisíveis, o processo ganha

destaque, uma vez que a ideia de produto final não existe. A lógica é outra quando se coloca como busca a proposição de espaços em suspensão em um mundo em queda. Visto que o projeto é tratado de maneira inalterável, tanto espacial quanto quantitativamente, pelos agentes envolvidos em uma Parceria Público-Privada (PPP), as etapas e o desenvolvimento de um trabalho que se construa de forma conjunta e atenda às demandas territoriais de uma população tão heterogênea não têm – como perspectiva – uma proposta fixa e imutável, mas a instrumentalização da comunidade na disputa diária pela permanência nas quadras e pelo direito à moradia digna e central.

A partir das aproximações a que nos reportamos anteriormente, elencamos condições motivantes do processo de projeto.

Em termos espaciais, foi gerada uma listagem de possibilidades encontradas nas quadras:

- Um conjunto expressivo e diferenciado como desenho urbano e arranjo tipológico proveniente dos edifícios geminados, resultado do tempo histórico de constituição do bairro.
- Existência de edificações de interesse histórico (com alguns exemplares tombados).
- Convívio de funções (áreas de trabalho, sociabilidade, usos coletivos como lavanderias, varais e comércios/serviços) nas unidades de habitação.
- As plantas de cada unidade se organizam de forma a abrigar, da melhor maneira, o maior número de demandas possível, articulando-se por meio de alguma divisão interna, feita principalmente por móveis, na busca pela construção de identidade nos pequenos espaços de habitação.
- A presença de fossos, pátios e terraços, quintais e soleiras como resposta à geminação das construções.
- Foram, assim, identificadas as *clareiras* como estruturas espaciais das quadras, que acabam por conformar, também, espaços de convívio, de estar e de uso coletivo.



Figura 14: Fosso, pátio, terraço, quintal e soleira. Emau Mosaico, 2017.

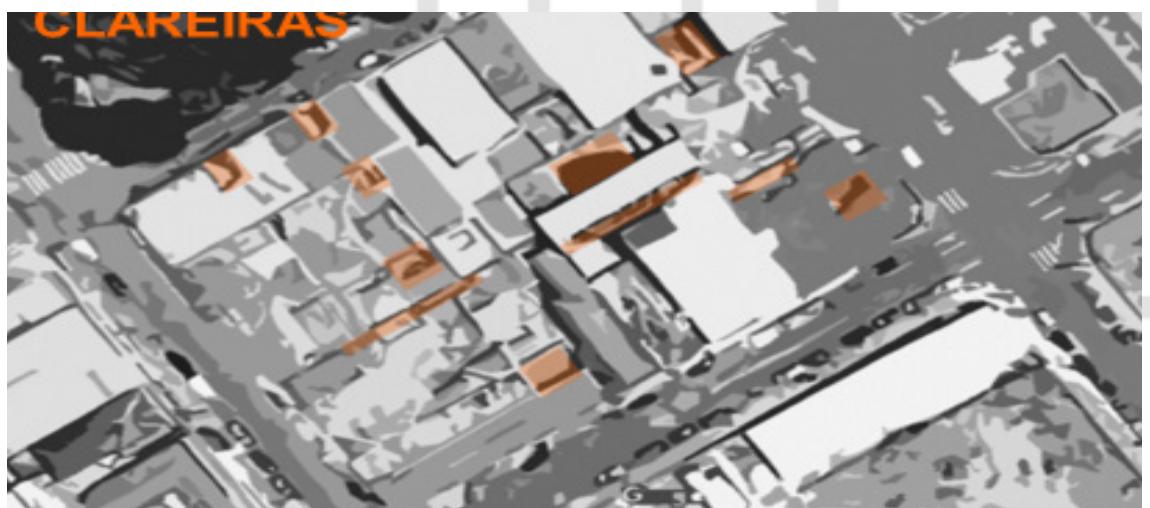


Figura 15: Clareiras das quadras de Campos Elíseos: fosso, pátio, terraço, quintal e soleira. Emau Mosaico, 2018.

O trabalho de projeto teve como característica intrínseca a possibilidade de constituir um sistema aberto, constantemente ampliável, de discussão e experimentação projetual conjunta, que se renovasse no processo de elaboração coletiva. Exercitou-se, assim, o experimento de uma metodologia presidida pelos fatos do cotidiano, alimentando a teoria acadêmica com a pressão da urgência e de solidariedades que, apesar de tudo, resistem. Desse modo, colocou-se a necessidade de conceber outras formas de produção do espaço, relações sociais e contraformas que se opõem à mercantilização do lugar e da vida, no desejo de pensar a cidade como chamamento que incita a reflexão e a ação à procura de constituição de cidadania.

O PROJETO

"Então tem qualidade onde a gente mora?"⁸

Sim, tem.

Nos levantamentos realizados, foram reconhecidas e identificadas cinco potencialidades pelas possíveis explorações de áreas vazias intersticiais: a soleira, o pátio, o terraço, o fosso e o quintal.



Figura 16: Fotomontagem das pistas de projeto identificadas no território e desenhos dos levantamentos. Emau Mosaico, 2018.

Chamamos de *pistas de projeto* o que encontramos adentrando os espaços das quadras. Nas *clareiras* – soleiras, pátios, terraços, fossos e quintais – foi possível identificar outros arranjos, para além das necessidades do morar.

As soleiras de uso comum nas pequenas cidades tramam uma relação franca com a rua, porque a casa é pequena, porque se oferece um comércio ou porque pode ser possível colocar um pequeno banco e relacionar o espaço das edificações com calçadas e ruas. Os pátios, áreas alargadas de luz, recebem as máquinas de lavar, as mesas feitas de vários objetos, os animais e as flores de plástico. Os terraços, quando em coberturas planas, possibilitam ver do alto, criar animais e plantas, além de sua função básica de área de secagem de roupa. Os fossos, ainda que dimensionados por lei, são os respiros e a luz; são as aberturas para os corredores longos. E os quintais, ainda que recriados nos corredores, são o espaço externo à casa, ocupados por cães vigias, máquinas e sofás velhos.

Ventilação e sol são viabilizados por vazios fundamentais na forma de fossos, pátios, terraços e quintais. Foram encaixadas na lista as soleiras, como linhas da interseção limite entre o público e o privado, usadas como espaço de transição e sociabilidade.

⁸ Pergunta feita por um morador em uma das reuniões de projeto realizadas na área.

As pistas de projeto revelaram-se de maneira intensa e específica. As pistas que identificamos são daquele lugar e de nenhum outro.

E como a questão não era valorar a precariedade, mas reinterpretar as possibilidades que se apresentavam ali, foi construída uma *hipótese de projeto*.

O trabalho destaca a utilização das clareiras de luz como uma rede de vazios, criada como um elo de amparo social em um programa de vida, transformando uma resolução técnica da arquitetura – térmico-solar – em cidade ou, ao menos, nesse primeiro momento, em espacialidade coletivizada.

Essa passou a ser a chave para o entendimento do morar em *Campos Elíseos/Luz: morar com luz*.

Assim, surge a ideia de ancorar o projeto nas cinco pistas encontradas no lugar. Na busca por respeito às dimensões do público e do privado, potencializam-se as clareiras com aberturas de pátios e quintais na cota térrea, e, em altura, em terraços e fossos, impulsionando usos comuns como estruturadores de espaços de convívio nos pavimentos superiores e coberturas. Acredita-se que esses vazios em rede possam criar novas conexões, circulações e usos urbanos ao longo do tempo de apropriação dos espaços.

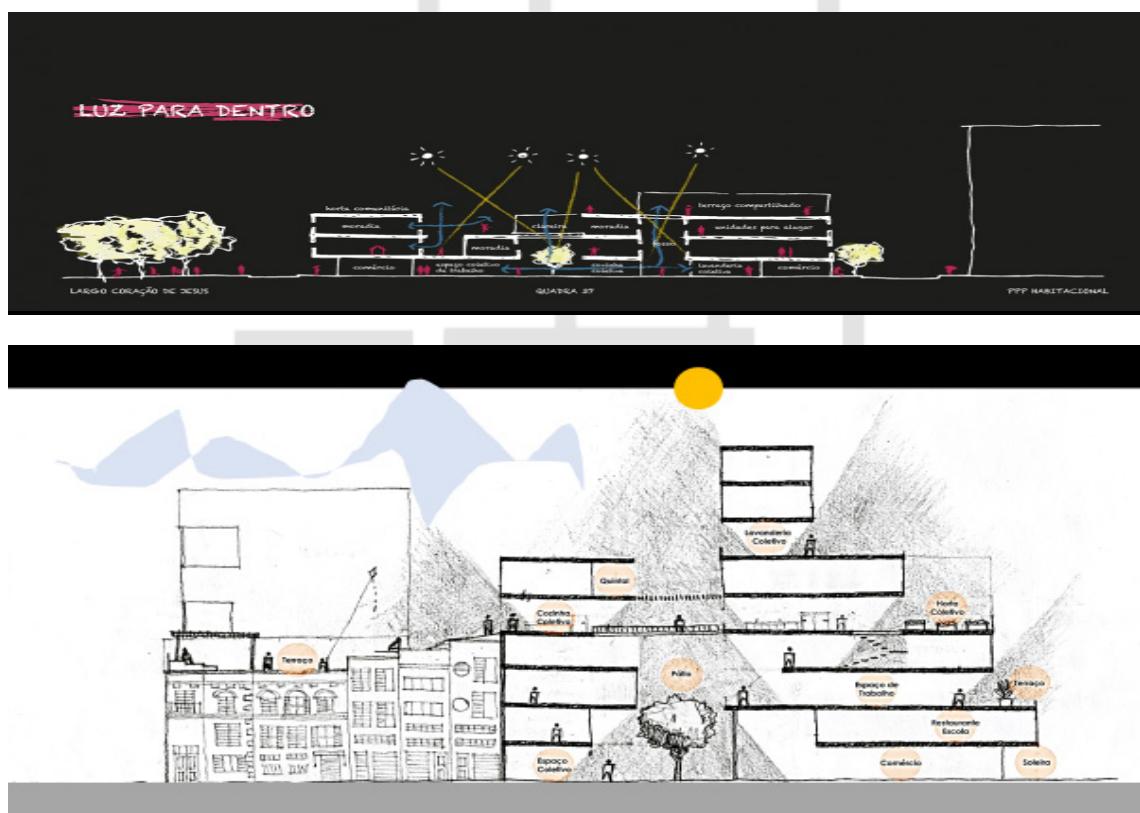


Figura 17: Estudos para novas densidades a partir das preexistências. Emau Mosaico, 2018.

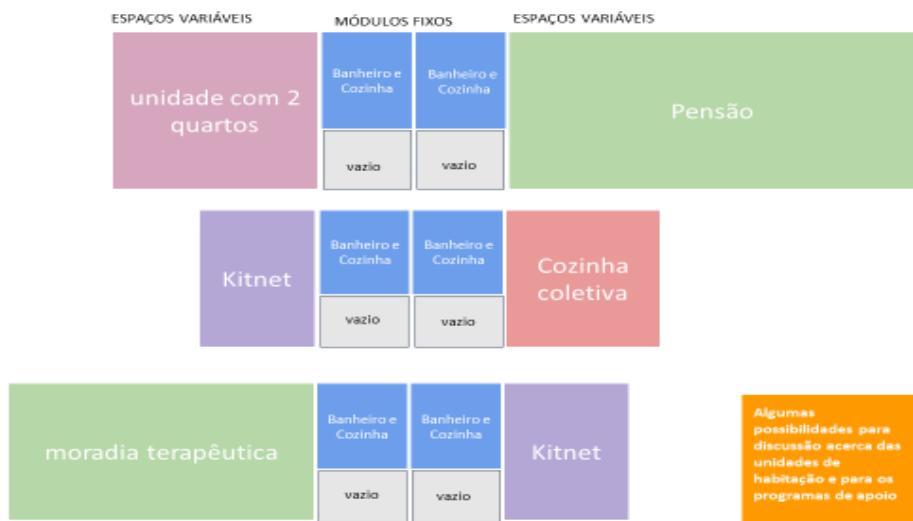
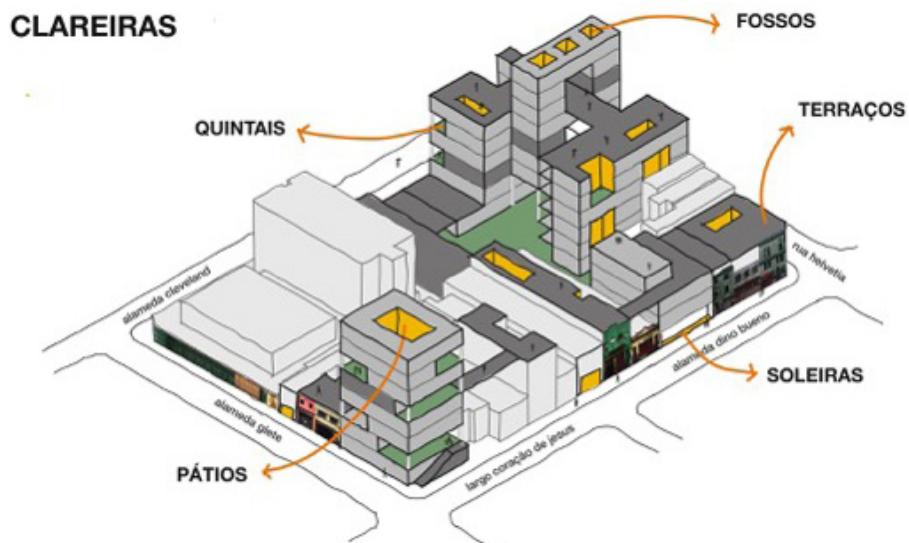


Figura 18: Possibilidades de agenciamentos de espaços a partir do módulo de instalações sanitárias + vazio. Emau Mosaico, 2018.



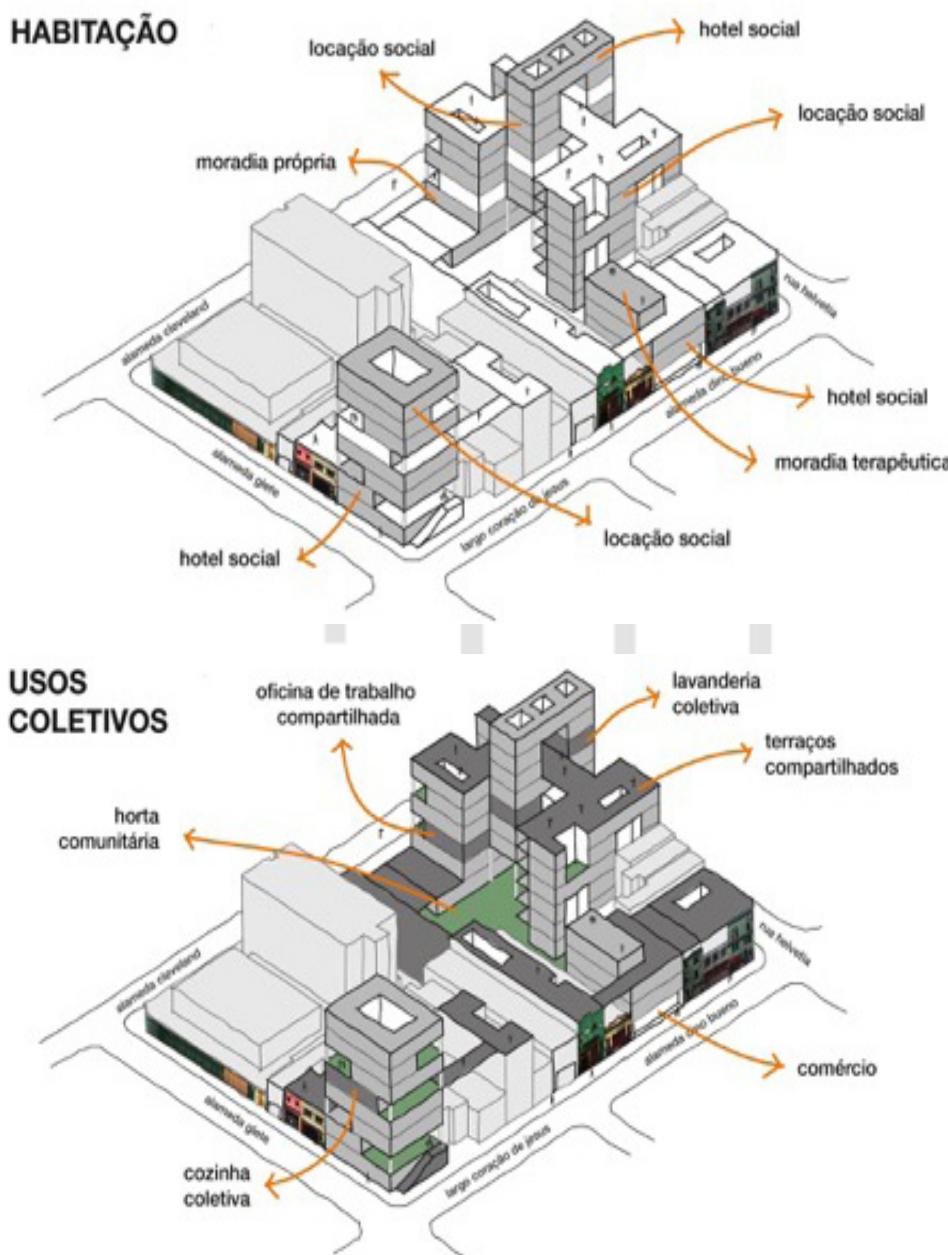


Figura 19: Diretrizes projetuais na escala da quadra. Emau Mosaico, 2018.

O QUE O INSTRUMENTAL DE PROJETO PODE REPRESENTAR (E PROPOR)? UM ENCERRAMENTO QUE CONTINUA

A experiência do projeto como representação caracterizou-nos por muitos anos. Representação de um Brasil moderno em que a habitação social coletiva aparecia – e continua aparecendo – como política compensatória.

Habitação como projeto, esteve – em alguns raros momentos – associada a “fazer cidade” e quase nunca enfrentando suas condições históricas.

Habitação como política pública nasce na terra arrasada, onde todas as contradições são abstraídas (conjuntos do Banco Nacional da Habitação e do Programa Minha Casa Minha Vida e, agora, a PPP de Campos Elíseos, por exemplo), ou como monumento (os exemplares Pedregulho e Gávea, de Affonso Eduardo Reidy e Carmem Portinho), muitos deles nunca finalizados.

Ainda que “teses” sobre o morar e enfrentar a cidade desigual nos interesses, cabe-nos, ainda, a tarefaposta pela crítica dos anos 1960 que, mesmo sendo excessivamente disciplinar, colocou a questão do reconhecimento das estruturas construídas historicamente (ROSSI, 1995) e o papel fundamental de uma disciplina que não tocou, na condição moderna, a cidade real, constituindo engrenagem de um mecanismo operante de reestruturação moderna dos territórios (TAFURI, 1985).

Ainda que nossa questão, a partir de nosso tempo histórico e condições sociais, passe pelo nó da terra (MARICATO, 2011) e pelo patrimonialismo, os projetos de habitação que compõem as políticas públicas são instrumentos claros de um *modus operandi* da disciplina que raramente coloca hipóteses novas e estruturais para o tema do projeto de arquitetura e urbano.

Algumas exceções são referências nessa pauta do território a partir de Milton Santos (1994, p.): “o território pode ser forma, mas o território usado é objeto e ação, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]”, onde a matriz estruturadora das formulações projetuais passa a ser esse “território usado”.

A experiência do Fórum Mundaréu da Luz/Emau Mosaico tem buscado colocar esse tema em discussão.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. C. *Projeto e destino*. 1. ed. 2. imp. São Paulo: Ática, 2001. p. 53.
- FABIANO JR., A. A.; LUZ, V. S. *Mundos e fundos. Projetos e atos no Fundão do Jardim Ângela. Arquitextos*, São Paulo, v. 208.04, p. 1-1, 2017.
- FÓRUM MUNDARÉU DA LUZ. Disponível em: <https://mundareudaluz.org/camposeliseosvivo/>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- GONÇALVES, A.; MAEDA, M. *IDH e a dinâmica intraurbana na cidade de São Paulo*. In: MARGUTI, B.; COSTA, M.; FAVARÃO, C. (org.). *Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHs e regiões metropolitanas brasileiras*. Livro 2. Brasília: Ipea, 2017. p. 171-191.
- GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- GRINBERG, D. *Housing in the Netherlands 1900-1940*. Delft: Student Press, 1982.
- KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos. A instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Fapesp, Annablume, 2007.
- LIGTELIJN, S. F.; STRAUVEN, F. *Aldo van Eyck: writings*. Amsterdam: SUN Publishers, 2008.

MALLART, F.; RUI, T. *A cracolândia, um potente conector urbano. Le Monde Diplomatique Brasil*. 1º out. 2015. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-cracolandia-um-potente-conector-urbano/>. Acesso em: 7 jun. 2017.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J.-C. *Formas urbanas. A dissolução da quadra*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PNUD (PROGRAMA DAS AÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). 2017. *Human Development Report 2016: human development for everyone*. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Nova Luz*: veja aqui o passo-a-passo da revitalização cultural. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/nova-luz-veja-aqui-o-passo-a-passo-da-revitalizacao-cultural/>. Acesso em: 4 jun. 2019.

RECAMÁN, L. *Arquitetura em tempos difíceis*. In: RUBANO, L. M. (org.). *O terceiro território. Habitação coletiva e cidade*. São Paulo: Vigliecca e Associados, 2015.

ROLNIK, R.; GONSALES, T. A. *Novos atropelos e ilegalidades da intervenção na "cracolândia"*. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/06/21/novos-atropelos-e-ilegalidades-da-intervencao-na-cracolandia/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUBANO, L. M. (org.). *O terceiro território. Habitação coletiva e cidade*. São Paulo: Vigliecca e Associados, 2015.

SANTOS, M. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, M. *O retorno do território*. In: SANTOS, M. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

TAFURI, M. *Projecto e utopia*. Lisboa: Presença, 1985.

VILLAÇA, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.

VIDA PÚBLICA E DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS: EXPERIÊNCIA E DIÁLOGOS ENTRE CORPO, ARQUITETURA E PROJETO

PUBLIC LIFE AND CONTEMPORARY URBAN DYNAMICS: EXPERIENCE AND DIALOGUES BETWEEN BODY, ARCHITECTURE AND PROJECT

VIDA PÚBLICA Y DINÁMICA URBANA CONTEMPORÁNEA: EXPERIENCIA Y DIÁLOGOS ENTRE CUERPO, ARQUITECTURA Y DISEÑO

Maria Isabel Villac, Doutora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie
 E-mail: belvillac@gmail.com

Volia Regina Costa Kato, Doutora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie
 E-mail: vrkato@uol.com.br

Resumo

O artigo busca trazer elementos discursivos que ampliem o reconhecimento de que o desejo de uma vida pública, vitalizada, se expressa primordialmente por meio de uma atitude corporal, pressupõe uma ordem não assumida e incorporada pelo projeto da arquitetura e do urbanismo, que assinala, em linhas gerais, um descolamento entre representação e contexto na produção do ambiente construído. A partir de cartografias e projetos realizados nos últimos três anos, foi possível atuar dentro de outra ordem que torna visíveis – como reconhecimento da pluralidade de sentidos do espaço – os distintos níveis de complexidade e os múltiplos aspectos das relações que se estabelecem entre os saberes da disciplina e a experiência da cidade como habitat. O projeto, ao comprometer-se com o contemporâneo, se alinha a essas premissas e situa-se dentro de uma linhagem que atribui um papel central para a própria situação humana em seus modos de expressividade, de tal forma que ela possa trazer o sentido do vivido em seus contextos de existência: experiência de corporeidade.

Palavras-chave: Projeto; Arquitetura; Urbanismo; Contemporaneidade; Experiência.

Abstract

The article seeks to bring discursive elements that expand the recognition that the desire for a vitalized public life is primarily expressed through a body attitude, presupposes

an order not assumed and incorporated by the design of architecture and urbanism, which marks, in general terms, a detachment between representation and context in the production of the built environment. From Cartography and Projects carried out in the last three years, it was possible to act within another order that makes visible – in recognition of the plurality of meanings of space – the different levels of complexity and the multiple aspects of the relationships that are established between the knowledge of the discipline and the experience of the city as habitat. The project, by committing to the contemporary, aligns itself with these premises and is located within a lineage that assigns a central role to the human situation itself in its modes of expressiveness, in such a way that it can bring the meaning of the lived in its contexts of existence: experience of corporeity.

Keywords: Project; Architecture; Urbanism; Contemporaneity, Experience.

Resumen

El artículo busca aportar elementos discursivos que amplíen el reconocimiento de que el deseo de una vida pública vitalizada se expresa principalmente a través de una actitud corporal, presupone un orden no asumido e incorporado por el diseño de la arquitectura y urbanismo, que marca, en términos generales, un desapego entre la representación y el contexto en la producción del entorno construido. Desde Cartografías y Proyectos realizados en los últimos tres años, fue posible actuar dentro de otro orden que hace visibles – en el reconocimiento de la pluralidad de significados del espacio – los diferentes niveles de complejidad y los múltiples aspectos de las relaciones que se establecen entre el conocimiento de la disciplina y la experiencia de la ciudad como habitat. El proyecto, al comprometerse con lo contemporáneo, se alinea con estas premisas y se encuentra dentro de un linaje que asigna un papel central a la propia situación humana en sus modos de expresividad, de tal manera que puede aportar el significado de lo vivido en sus contextos de existencia: experiencia de corporeidad.

Palabras clave: Proyecto; Arquitectura; Urbanismo; Contemporaneidad; Experiencia.

INTRODUÇÃO

“O projeto não existe mais em si, isolado, implantado numa paisagem limpa. A arquitetura é uma investigação num horizonte congestionado, mais um signo inscrito num intrincado campo linguístico. A cidade é polifonia” (PEIXOTO, 1996, p. 534).

Pensar o Projeto de Arquitetura e Cidade no momento contemporâneo é reaver sua importância e protagonismo na construção da cidade e na importância da vida pública contemporânea. Quando, e somente quando, assume uma posição crítica, inovadora, ética e à frente das conjunturas impostas por um momento histórico alienado das questões intrínsecas à experiência urbana. Quando, e somente quando, se propõe a investigar não a importação de postulados teóricos e instrumentos metodológicos específicos e estáveis, advindos de outro continente, que correriam o risco de agregar mais uma interpretação dos países do centro capitalista apropriada à periferia, para compor o rol enviesado das “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 1973) e servir de modelo aplicado em áreas seletivas que deixam grande parte das cidades como “lugares fora das ideias” (MARICATO, 2000). Quando, e somente quando, se associa ao mapeamento da cidade “real” em tempo e espaço e a questões socioculturais e políticas intrínsecas às suas formas e se propõe a estabelecer um “campo de tensões entre enfoques e perspectivas diferenciadas, que vão tomando corpo na negociação, sempre provisória, com seu objeto de conhecimento” (GORELIK, 2011, grifo do original).

O projeto, ao comprometer-se com o contemporâneo, se alinha a essas premissas e situa-se em uma linhagem que atribui um papel central para a própria situação humana em seus modos de expressividade, de tal forma que ela possa trazer o sentido do vivido em seus contextos de existência (MERLEAU-PONTY, 2004)¹: experiência de corporeidade.

Há então, longa e paulatinamente, a passagem desta posição de querer criar um mundo estético, mundo-arte, superposição de uma estrutura sobre o cotidiano, para a de descobrir os elementos desse cotidiano, do comportamento humano, e transformá-lo por suas próprias leis, por proposições abertas, não condicionadas, único meio possível como ponto de partida para isso. Está claro que a “ideação” anterior substitui a “fenomenação” de hoje (OITICICA, 1986, p. 120).

A arquitetura e o urbanismo têm sua própria lógica interna, seu conjunto de regras, mas seu saber é fundamentalmente híbrido. Na contemporaneidade, tem atuado, cada vez mais, no entrecruzamento de linguagens, conceitos e formas, questionando antinomias, incluídas “a separação entre corpo e mente, práxis e *poiesis*, consciente e inconsciente” (SANTOS, 2007, p. 58). Ao abranger, portanto, campos heterogêneos antes não contemplados, que também operam sentidos não condicionados apenas pela razão e a lógica, mas igualmente aqueles da estética, da poesia e do imaginário,

¹ “[...] por inerência daquele que vê naquilo que ele vê, daquele que toca naquilo que ele toca, do senciente no sentido [...]” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 17).

a arquitetura ganha novos contornos e reúne, às suas singularidades, a qualidade de "campo ampliado" (KRAUSS, 1979, n.p.).

À vida urbana contemporânea interessam projetos e práticas que colocam grande estoque na poética do uso e apropriação na produção de significado de uso público do espaço e que trabalham com vestígios de utilização da materialidade urbana, que concebem o uso como pátina, em vez de desgaste. Ao incorporar, como dado de projeto, a experiência do "outro", tem se aproximado de práticas transdisciplinares advindas de novas propostas em pesquisa, que "procuram transcender as perspectivas disciplinares anteriores mediante a conceituação de novos objetos, concepções e métodos" (SANTOS, 2007, p. 58).

Na busca de "retratos do cotidiano", o projeto contemporâneo entende "lugar" como aquele onde a igualdade de cidadania se revela na convivência da diferença e da bricolagem de culturas: estruturas físicas apropriadas, onde as expressões de resistência e ressignificação cidadãs se unem, se aproximam e encontram recinto. Espaços e estruturas substantivados por ações individuais e coletivas, em repetição e de forma eventual, que ocorrem desvinculadas da ideia de excepcionalidade e espetacularidade.

À Arquitetura e ao Urbanismo e para o projeto de arquitetura e urbanismo, o uso polivalente dos elementos arquitetônicos urbanos cobra valor no gesto espontâneo que se desenvolve em termos de relações perceptivas, de conexões transversais entre as formas construídas e aquelas sensoriais e sociais.

Ao projeto dos elementos, das estruturas e da cidade requer reconhecer padrões de urbanidade que acolhem diferenças; lançar luz sobre motivações subjacentes e contextos peculiares – simbólicos e alegóricos – em que a prática é desenvolvida; informar e distinguir a ação do corpo e dos sentidos como centro das questões sobre o meio ambiente urbano, cada vez mais privatizado ou não apropriado.

Diante desses posicionamentos já antecipadamente alinhavados, o artigo busca trazer elementos discursivos que ampliam o reconhecimento de que o desejo de uma vida pública, vitalizada, se expressa primordialmente por meio de uma atitude corporal, pressupõe uma ordem não assumida e incorporada pelo projeto da arquitetura e do urbanismo, que assinala, em linhas gerais, um descolamento entre representação e contexto na produção do ambiente construído (VILLAC *et al.*, 2017, p. 39). A partir de cartografias e projetos realizados no âmbito de pesquisa acadêmica e interdisciplinar, nos últimos três anos, foi possível atuar dentro de outra ordem que torna visíveis – como reconhecimento da pluralidade de sentidos do espaço – os distintos níveis de complexidade e os múltiplos aspectos das relações que se estabelecem entre os saberes da disciplina e a experiência da cidade como habitat.

OUTROS OLHARES PARA A VIDA METROPOLITANA – NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS

Existe uma ideia emergente na certeza de que os resíduos, o inútil e o descartável presentes no território urbano são mensagens criptografadas de dimensões sociais, políticas e culturais pouco visíveis ou desconsideradas, mas potentes no âmbito da vida cotidiana da cidade e apelam por decifrações. É uma tarefa que desafia algumas formas consagradas de produção do conhecimento; exige instrumentais outros de investigação, entre eles, um corpo presente na realidade urbana e que se movimenta sob a força de um olhar que se reconhece como múltiplos – saberes e direções. No

dizer de Abbas Kiarostami², referindo-se a uma lenda persa, quando desejamos intensamente compreender algo, usamos nossos dois olhos e mais dois que pedimos emprestados. É assim que os olhares aqui propostos – do artista, do caminhante e do garimpeiro urbano (conforme Figura 1)³ – são tomados de empréstimo para propiciar o exercício complexo de cartografar a vida pulsante na cidade atravessando as perplexidades e paralissias diante das situações defrontadas.



Figura 1: Oficinas de Cartografia, realizadas de 16 a 20 de outubro de 2017 – Semana Viver Metrópole FAU Mackenzie.

Num campo de reflexão mais amplo, as proposições de feituras cartográficas da realidade urbana contemporânea, tão difundidas atualmente, colocam em pauta alguns aspectos que merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, o fato incontestável de que a complexidade dos processos globalizados no mundo contemporâneo questiona a capacidade interpretativa dos modelos teóricos das diversas disciplinas das Ciências Humanas, apontando para a necessidade de outras posturas na construção do conhecimento que possam resgatar habilidades críticas e libertem os indivíduos das sensações sufocantes de que vivemos um eterno presente sem alternativas.

2 Entrevista de Abbas Kiarostami a Sergio Rizzo, Folha de S.Paulo, Caderno Guia Mostra BR de Cinema, 22 out. 2004.

3 A experiência das oficinas de cartografia foi proposta como “exercício de leituras do território e elaboração de cartografias sobre dimensões e aspectos da vida na metrópole, cujos rastros e sinais são reveladores de manifestações da cultura e de relações entre os indivíduos nos percursos da vida cotidiana. O relato em cartografias outras sob do olhar do artista, do caminhante e do garimpeiro urbano pode iluminar e tornar visível a vitalidade urbana”. Equipe + Participantes: Pesquisadores: professores doutores FAU-UPM. Coordenação: Maria Isabel Villac e Volia Regina Costa Kato. Convidada: Cristina Rossi. Participante externo: Convidada conferencista: Lílian do Amaral Nunes. Convidados especiais: Agentes das ações: Oficina 1. Ricardo Luis Silva, professor doutor Senac-SP; Túlio Souza Costa, artista plástico; Oficina 2. Lincoln Paiva, ex-aluno do Mestrado FAU-UPM; Edison Ribeiro, aluno do Doutorado FAU-UPM; Oficina 3. Pamela M. Cruz, ex-aluna do Mestrado FAU-UPM; Danielle Lessio, aluna do Mestrado FAU-UPM; Thâmara Talita Costa de Carvalho, aluna do Mestrado FAU-UPM. Participantes FAU Mackenzie: alunas da Graduação Andrea Agda, Alice Sei Hee Kim, Camila Cordeiro, Carla Maria Gomes, Juliana Fernandes, Sofia Farhat.

Conforme já assinalava Boaventura de Souza Santos em 2000, as dificuldades de construção de interpretação crítica repousam no fato de estarmos atravessando um longo período de transição histórica, há décadas evidenciando crise nos paradigmas do mundo moderno. A fratura das utopias de emancipação social posta tanto pelo projeto moderno quanto pelos ideais socialistas criou opacidade na visualização de alternativas futuras fora dos parâmetros das imposições do presente. Ou seja, o horizonte de futuro se perdeu e, com ele, as utopias emancipatórias.

Existe um consenso analítico de reconhecimento que na década de 1970 já aforavam os sinais dessa fratura, pois nesse momento algumas transformações que haviam sido gestadas no pós-guerra vão consolidando paulatinamente nas décadas seguintes alguns processos hegemônicos: princípios de articulação da economia baseados na flexibilidade dos sistemas de gestão e nas transformações no mundo do trabalho, desarticulando o trabalho assalariado; reconfigurações territoriais da produção industrial e integrações mundiais inusitadas da economia movidas pelos suportes das inovações crescentes de tecnologias de informação. Essas transformações também se vinculam a um avanço exponencial da urbanização e a um quadro imprevisível de aproximações, confrontos e tensões sociais e culturais, como evidenciam os movimentos recentes de migração internacional. Sassen (2016), ao se debruçar sobre as dinâmicas econômicas recentes, também reafirma o fato de que o projeto de uma sociedade mais igualitária imaginado no pós-guerra e baseado na ideia keynesiana de inclusão ampliada dos indivíduos na sociedade de consumo começa a ruir no final do século XX. Para ela, o elemento motriz da economia hoje não é mais a inclusão, mas a expulsão de pessoas e territórios. Vale dizer que vivenciamos na contemporaneidade processos de transformação em todas as esferas da vida social, cada vez mais complexos, brutais e não necessariamente interligados, e, por isso mesmo, difíceis de ser identificados e compreendidos, impondo assim desafios interpretativos de grande monta.

Se, como afirma João Arriscado Nunes (2002, p. 301), “a teoria, uma das criações mais exemplares da modernidade, parece viver hoje entre a condição pouco invejável de objeto impossível e uma esperança de renovação que decorre de sua indispesabilida^d”, o debate em torno dessa questão crucial pode apontar outros caminhos de construção teórica para além da sua associação com a modernidade em crise, como defende o mesmo autor. De todo modo, esses caminhos ainda em construção devem dar conta “das dinâmicas complexas e contraditórias da globalização e em especial das condições emergentes de formas de globalização contra-hegemônicas que, reafirmando as diferenças locais e alimentando-se delas, procura transformá-las em novas energias [...]”, obrigando a colocar em outros termos as construções teóricas.

Acompanhando seus argumentos, etimologicamente a teoria ou a ação de teorizar é indissociável do olhar que incorpora a observação, a representação e que remete ao domínio do estético e do sensorial. Porém, só muito recentemente, essa associação vem sendo reconhecida como importante na produção teórica.

Na ciência moderna, o olhar deveria se submeter ao crivo do método científico como garantia de objetividade em relação ao mundo real. “A noção de objectividade associada à operação de observação, permitia garantir que a percepção se tornava um registro de um conhecimento desincorporado, deslocalizado e desterritorizado [...]” (NUNES, 2002, p. 305).

Apoiando-se em autores como Latour, Lunch e Woolgar e Lenoir, relembramos o fato de que a atividade científica atribui um papel crucial para os textos, materiais de pesquisa e outros suportes que permitem a circulação do conhecimento, ou seja, uma priorização discursiva. Além disso, a teoria no projeto de modernidade teve como ambição a produção “de um conhecimento que permitisse uma intervenção normalizadora baseada na regulação e legislação do mundo natural e social” (NUNES, 2002, p. 305) e as teorias organizadas em torno de disciplinas particulares não colocavam em risco a pretensão de produção de um conhecimento único capaz de descrever, explicar e prever todos os fenômenos, e, portanto, de controlar seus desdobramentos.

Perpassando as várias correntes críticas que denunciaram a centralidade do olhar nas relações entre regulação e dominação, mas não conseguiram configurar saídas fora ao primado do texto, do discurso e dos cânones reconhecidos como produção de saber, identifica no que denomina como “viragem cultural” a partir das décadas de 1980 e 1990, criando aberturas a esse impasse. Sobretudo porque a valorização do estético, do visual, do corporal e das imagens que passa a estar no centro das mudanças culturais da sociedade contemporânea exige uma revisão crítica das distinções postas pela ciência moderna entre aparência e realidade.

Conforme destaca, a viragem cultural do mundo contemporâneo traz à tona não só a importância da dimensão estética, mas também a necessidade de “aproximação das ciências sociais às humanidades no quadro transdisciplinar dos estudos culturais” (NUNES, 2002, p. 310). Esse movimento abre a incorporação de aspectos estéticos, literários e de outras narrativas na atividade de produção teórica, e isso permite, como o autor destaca, “procurar a teoria em lugares donde ela parecia ausente, trazer para o centro da teoria social lugares e temas que antes estavam em suas margens, nomeadamente uma diversidade de formas de expressão cultural oriundas das margens da cultura hegemônica, tanto nas sociedades centrais quanto nas periféricas” (NUNES, 2002, p. 311).

Enxerga, assim, nas diversas pesquisas disciplinares em curso, uma maior tendência de configuração do conhecimento em rede articulado em temas, grupos de temas ou de espaços fluidos, caracterizados por uma erosão ou negociação de fronteiras, por uma hibridação das formas de conhecimento e de atividade social, em detrimento da preocupação de garantir espaços de especialidades.

Ampliando o alcance, essas articulações trazem visibilidade pública a processos, atores e discursos submersos e considerados irrelevantes, criando assim espaços de diálogos entre saberes diversos na sociedade.

Interligado a essa discussão, um outro aspecto importante a se destacar repousa na constatação de que é na dimensão da vida cotidiana que se espelham não só os conflitos e contradições mais amplos da sociedade, como também são gestadas as resistências e a construção de outras subjetividades para além das normas e valores culturais hegemônicos. Como destacam Kato, Vianna e Cruz (2015, p. 87), “[...] as atividades corriqueiras dos indivíduos na cidade carregam elementos informantes dos traços sociais, psicológicos, culturais, e, portanto, das dimensões individuais e coletivas da realidade”. Nessa dupla perspectiva, cada situação particular representa uma composição específica que expõe simultaneamente as contradições sociais e as possibilidades criativas de confronto.

Pais (2003), um importante teórico da sociologia da vida cotidiana e pesquisador perspicaz de suas expressões na cidade contemporânea, reconhece que as manifestações do dia a dia dos indivíduos constituem e se expressam como “enigmas” cujas decifrações exigem aproximações de retalhamento quanto ao tempo e espaço. A partir das noções de contextos analíticos e contextos dos indivíduos é possível ao investigador elencar os elementos conceituais (contextos analíticos) capazes de orientar o olhar sobre os fragmentos da realidade empírica e interpretar por entre linhas as condutas individuais e coletivas (contexto dos indivíduos). Este último, relacionado às situações de vida e aos padrões de comportamento e práticas do dia a dia, representa os contextos de vida nos quais os indivíduos se movimentam, lançando mão de recursos que consideram importantes para a sua existência. Sobretudo, são, simultaneamente, espaços de reprodução e reinterpretação da cultura dominante: ao selecionar os elementos contextuais do meio, os indivíduos revelam as posições sociais que ocupam e as identificações simbólicas que portam, porém, não como reflexo mecânico das estruturas sociais. Os movimentos da vida cotidiana se realizam em tempos descompassados – aqueles das rotinas, das condutas preestabelecidas, reguladas e hierarquizadas e outros – das surpresas, dos imprevistos, das rupturas em que a espontaneidade e a criação têm lugar. O entrelaçamento desses tempos em cadências nem sempre coincidentes anuncia as possibilidades do novo, do emergente. Esses tempos – os da rotina e os da surpresa – também estão entrecruzados nas espacialidades recortadas da cidade, nas formas de usos normatizados e/ou espontâneos dos espaços públicos e que se mostram aos pedaços, como fragmentos ou resíduos de modos de vida (Figura 2)

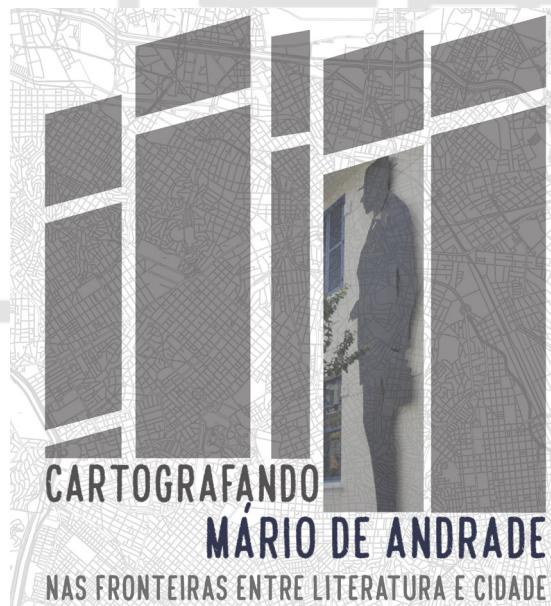


Figura 2: Chamada para evento de extensão (ago. a dez. 2019).

É por esses aspectos que a vida cotidiana se destaca como recorte analítico “sobretudo como um enigma a ser revelado na medida em que o dia-a-dia contém a consciência e a inconsciência social, a reprodução e a mudança, a crítica velada, os acontecimentos inesperados, a passividade da rotina e a revolta” (KATO; VIANNA; CRUZ, 2015, p. 87).

Um terceiro aspecto posto no âmbito da discussão mais ampla diz respeito a concepções subjacentes do fazer cartografias, vistas como formas de identificação, registros e interpretações dos retalhamentos de espaços e tempos da vida cotidiana na cidade contemporânea e nestes aspectos, como leituras do território por meio da presença e do movimento do corpo na cidade. Entre muitas outras, cabem aqui duas menções importantes: a noção do caminhar como prática de exploração e intervenção nos espaços, incluindo a ideia de percurso, nas argumentações de Careri (2013), e a noção de corpo vibrátil em Suely Rolnik (2016).

Ambos tornam evidentes a impossibilidade de separação sujeito-objeto, investigador-investigado; outras formas de produção de conhecimento a partir de aproximações e interlocuções com a realidade transformada do mundo contemporâneo e a constatação da existência de múltiplos agentes da transformação histórica emancipatória.

Em Careri (2013, p. 27), se no início da história humana o caminhar, como errância, era uma imposição das necessidades de sobrevivência por meio da qual o homem explorava os recursos disponíveis da natureza, ao longo dos tempos e em várias culturas esse ato passa a adquirir outros significados de naturezas diversas e até mesmo simbólicas. Em todos os momentos, o próprio caminhar sempre significou uma interferência modificadora, intencional ou não, da paisagem existente, mas, sobretudo, “foi caminhando que, no último século, se formaram algumas categorias com as quais interpretar as paisagens urbanas que nos circundam”. Para o autor, a paisagem é entendida como ação de transformação simbólica do espaço que interessa sobretudo à Arquitetura, num movimento de expansão do seu campo disciplinar por meio do reconhecimento das marcas de presença humana no território. Nessa perspectiva, o termo percurso (como errância) compreende simultaneamente “o ato de caminhar (de travessia) e o relato do espaço atravessado: percurso como objeto arquitetônico e como estrutura narrativa” (CARERI, 2013, p. 31).

Em Rolnik (2016, p. 13), a ideia de que os indivíduos são dotados de uma dupla capacidade de apreensão do mundo – a percepção das formas e as sensações corporais (ou corpo vibrátil) – constitui uma contribuição fundamental às cartografias urbanas. Para ela, essa dupla capacidade de apreensão se dá numa relação de tensão paradoxal que “mobiliza e impulsiona a potência de criação, na medida em que nos coloca em crise e nos impõe a necessidade de criarmos formas de expressão para as sensações intransmissíveis por meio das representações de que dispomos”.

Assim, as cartografias, como registros narrativos da vida pública na metrópole contemporânea, contêm um apelo explícito de emergência dessas duplas formas de apreensão da realidade, considerando o atravessamento das histórias profissionais e pessoais dos sujeitos praticantes e um direcionamento dos olhares para elementos específicos dos recortes do território urbano.

A EXPERIÊNCIA DA VIDA PÚBLICA E O PROJETO DE ARQUITETURA E DE CIDADE

Em que medida estão os arquitetos preparados para se envolver em processos de uso e apropriação? Como podem os arquitetos incorporar a experiência e dela se apropriar em seus projetos de arquitetura e cidade e no processo de projeto? Como pode a teoria renovar-se? A oposição de concepção e utilização, de autonomia e heteronomia, pode ser um campo de força produtivo para a produção arquitetônica,

como uma dialética a ser articulada espacialmente e da qual o projeto da arquitetura e da cidade podem derivar significado?

PRIMEIRA CONSIDERAÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR OUTRO

A experiência, como uma questão para o arquiteto, orienta pensar o projeto solidário ao efetivo uso da cidade, as ações de errância ou de convivência, apoiadas na materialidade urbana em contemplação, em ação, na desatenção. Todas aquelas ações que deixam marcas na cidade. O projeto que ampara e tende a agenciar a pluralidade da dinâmica da vida urbana, com um desenho que valoriza a experiência, se destaca da esfera normativa. A “experiência” diz respeito ao uso público do espaço, às “táticas” (CERTEAU, 2011) que escapam das “estratégias” que excluem (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2007) e da “urbanidade” que controla e programa comportamentos (KOOLHAAS, 2010, p. 96).

O arquiteto que aprende com a experiência se aproxima e se envolve com a experiência da vida pública e, também ele, se assume como sujeito da experiência. O arquiteto, sujeito da experiência, defende a primazia da prática por sobre a teoria (ARGAN, 1973, p. 102). Renova a arquitetura e o urbanismo “através da crítica” (ARGAN, 1973, p. 23). Projeta não uma criação livre e compositiva, mas, sim, uma arquitetura que se posiciona como “resposta direta às exigências da vida e cujo projeto não pretende ser inventivo, mas essencialmente crítico” (ARGAN, 1973, p. 23).

O que implica abandonar uma “fé perceptiva” que se apoia somente em um conhecimento prévio e em um saber erudito que se impõe. Porque “supõe um mundo pleno [...] [em que] tudo se compõe, então, numa coesão compacta e lisa, indefectível [...] [que] desconhece lacunas e incoerências [...] e projeta, assim, um mundo contínuo e coerente, e acredita fruir e restituir – ainda que por prestações parcelares – a sua integralidade” (CARDOSO, 1988, p. 349).

O arquiteto que se dispõe a fazer a crítica às práticas de projeto exercidas dentro da tradicional separação entre a autonomia da concepção e que assume um compromisso para incorporar uma experiência prévia de espaço se predispõe a outra consistência em seu olhar. Que “ao invés, pois, da dispersão horizontal da visão” (CARDOSO, 1988, p. 349), um olhar que, na procura de “um campo de significações”, conjugue a atividade e as virtudes daquele que olha o foco da investigação.

Um olhar cuja têmpera não se faça “espelho [...] Como se renunciasse a sua própria espessura e profundidade para reduzir-se a esta membrana sensível em que o mundo imprime seus relevos”. Mas se enrede “nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento” (CARDOSO, 1988, p. 349). Um olhar que, em busca de outro raciocínio para o projeto de uma arquitetura sociocrítica que explicitamente aborda questões de uso e apropriação, “não deriva sobre uma superfície plana, mas escava [...] mirando as frestas deste mundo instável [...] que instiga e provoca a cada instante sua empresa de inspeção e interrogação” (CARDOSO, 1988, p. 349).

SEGUNDA CONSIDERAÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA: NOVOS PROCEDIMENTOS

Construção de um quadro de referências teóricas alinhado a singulares entendimentos sobre a dinâmica da cidade.

Um olhar que se atualiza e se posiciona de maneira crítica e sem convencionalismos refuta preceitos ultrapassados em relação às dinâmicas urbanas reais. A mudança do olhar é premissa para uma aproximação à cidade real e às ações urbanas de vida pública. Da mesma forma, um novo léxico que proponha revisar palavras e conceitos que possam dar substrato a projetos que respondam pelo compromisso com a transformação e a renovação de arquiteturas e áreas urbanas.

Um olhar que apreenda, sobretudo, a dimensão de alteridade nos espaços públicos, uma exposição de si mesmo e o reconhecimento do outro num campo de interpelação em que se “pressupõe que diante de nós existe um outro que não conhecemos totalmente” e nos apresentamos (BUTLER, 2015, p. 45).

Para Caverero, o “eu” encontra não só este ou aquele atributo do outro, mas também o fato desse outro ser fundamentalmente exposto, visível, percebido, existente de maneira corporal e necessária no domínio da aparência. De certo modo, essa exposição que eu sou constitui minha singularidade. Por mais que eu queira, não posso me livrar dela, pois é uma característica da minha corporalidade e, nesse sentido, da minha vida (BUTLER, 2015, p. 47).

Um olhar teoricamente orientado, que vá concretamente ao encontro de outra sensibilidade e à revisão do repertório interpretativo e da concepção do projeto, lança luz de um quadro conceitual com outra espessura, as motivações subjacentes e o contexto específico em que esta prática se desenvolve. Enfim, à construção de um horizonte híbrido e delineado por uma “constelação de conceitos”⁴ que conversam entre si e se contaminam e pela interdisciplinaridade, ao abrigar interfaces de interesses intelectuais, envolvimentos acadêmicos e contribuições singulares de diferentes áreas do conhecimento. Conceitos comprometidos com uma possibilidade de relações e não tão somente com questões disciplinares, tais como “O desejo na cidade”, “Amabilidade urbana e hospitalidade na compreensão do convívio nos espaços públicos das cidades”, “O outro na cidade: apontamentos em direção a uma necessária conscientização urbana, uma alteridade urbana”, “DialogiCidade (espaços de transição entre arquitetura e cidade)”, “Pulso da cidade: fruição do espaço público”, “*Espacios en transición (aqueles espacios creados espontáneamente o transformados por las comunidades locales y en espera de un uso oficial y legal definitivo)*”⁵, orientam uma perspectiva distinta à ação projetual.

4 Tendo o caráter de abrigar interfaces de interesses intelectuais, envolvimentos acadêmicos e contribuições singulares de cada membro do grupo, visualizam-se como resultado de uma primeira leitura deste trabalho dois grandes grupos conceituais que irão amparar o projeto: I. reflexões mais abstratas sobre o caráter das relações humanas, ethos e práticas sociais como significantes de culturas e cotidiano na cidade (práticas sociais, cultura e cotidiano). II. reflexões sobre os elos entre a materialidade de elementos urbanos ou estruturas urbanas elementares e as formas de apropriações sociais (elementos urbanos e apropriações sociais). Participaram desta etapa do trabalho: Professores doutores FAU-UPM: Maria Isabel Villac; Lizete Maria Rubano; Volia Regina Costa Kato; Lucas Fehr. Voluntários: Participantes externos: Benedetta Rodeguero, professora Doutora da Escuela de Arquitectura de Reus, ETSA Tarragona, Espanha; André Balsini, arquiteto, Mestre. Alunos de Pós-Graduação FAU Mackenzie: Ricardo Luís Silva, doutorando; Adriana Monzillo de Oliveira, doutoranda; Flávia Botechia, doutoranda; Edison Batista Ribeiro, doutorando; Andreia Agda de Souza Arruda, doutoranda; Pâmella Mochiute Cruz, mestrandra; Maria Isabel Carnaões Guillén, mestrandra. Bolsistas: alunos da Graduação FAU Mackenzie: Beatriz Ribas Memoli e Hugo Rossini Costa Longa. Voluntários: ex-aluno de Pós-Graduação FAU Mackenzie: André Nogueira, Mestre.

5 Espaços em transição (aqueles espaços criados espontaneamente ou transformados pelas comunidades locais e à espera de um uso oficial e definitivo). Tradução nossa.

Uma nova prática específica de projeto desperta o interesse etnográfico a um olhar crítico ao primado da experiência, se organiza entre o raciocínio abstrato e a ação ancorada na materialidade da cidade⁶ (Figura 3).



Figura 3: Derivas/Cartografias (jun./ago. 2016). Proposta de workshop de projeto (ago. 2016).

UM MÉTODO ABERTO: PESQUISA EMPÍRICA, ARTICULAÇÕES E DESAFIOS

A aproximação ao objeto de pesquisa, pela especificidade do tema e abordagem, coloca de antemão que o método se constrói no processo de investigação. Em relação às técnicas de pesquisa, cabe situar algumas possibilidades de uso combinado, reconhecendo o alcance e limites de cada uma delas: a observação direta, aberta à construção de novas tipologias de interpretação; e a percepção sensível, que quebra o paradigma da clássica oposição entre o sujeito e o objeto.

PÓS-DESENHOS A PARTIR DA CARTOGRAFIA: PROJETO

⁶ O workshop “Culturas do cotidiano e corpo da cidade”, realizado de 8 a 13 de agosto de 2016, propôs: experimentar, pelo projeto, estruturas complementares às legitimadas pela apropriação de elementos físicos do espaço urbano. Observar, nas cartografias: 1. cultura e vida material; 2. ação cotidiana (anônima) e construção do espaço; 3. discutir sobre o lugar das disciplinas – arquitetura e urbanismo – na cultura brasileira hoje; 4. deslocamento entre representação e contexto: projeto como representação, mais do que expressão da vida social; 5. produção do espaço – uso/ apropriação do espaço. Destaque ao segundo como tema de discussão e propostas; 6. experiência como determinante: novas práticas sociais, diversidade cultural, reorganização do público no espaço urbano; 7. microdinâmicas e atribuição de significados; 8. elementaridade morfológica e realidade sociológica; 9. práticas sociais expressas na materialidade dos espaços e nas construções simbólicas; 10. temáticas – formal, funcional, simbólico, significado – dos substantivos: rua, ponte, passarela; praça; laje, plataforma, platô, mirante; muro, arrimo, talude; térreos de uso coletivo ou público dos edifícios.

O exemplo dado pela observação, em campo, de novos protocolos de uso das estruturas formais existentes, entendidas “como suportes de experiências”, será apropriado e, uma vez compreendida a narrativa encontrada na vida cotidiana, o raciocínio do projeto estará orientado a compor com ela e prolongá-la⁷. Sua produção deve ser pensada como enredo entre duas ordens: “a ordem do discurso encarregado de explicitar, de prescrever e de planejar” (BOUTINET, 2002, p. 254) e o “léxico de uma prática” (Figura 4).



Figura 4: Proposta Workshop de Projeto – Síntese raciocínio e projeto (fev. 2017).

A EXPERIÊNCIA COMO PROCEDIMENTO DE E PARA O OBRAR DO PROJETO

Pesquisar e projetar, a partir da experiência, se assumem como exercício de intersubjetividade. Ação que contamina, portanto, o entendimento de uma ciência isenta de subjetividade que isola sujeito e objeto, contrariando aquele “sujeito da experiência [que] torna-se *ratio* enquanto lugar de produção e artefatos” (MATOS, 1996, p. 209). A leitura, o aprendizado e a produção de conhecimento, a partir da experiência “do indivíduo encarnado”, desarticula um raciocínio a partir de lógicas e estratégias *prêt-à-porter*, que levam à “redução do homem a *subjectum*, a ponto arquimediano abstrato” (MATOS, 1996, p. 209), no qual os significados são parte de um sistema de fórmulas por meio das quais se reconhece “O homem sem qualidades” (MUSIL, 1943).

Ao recolocar a experiência da pesquisa e da ação do projeto urbano/arquitetônico em contato com a realidade de hábitos e costumes cotidianos, enquanto expressão de reinterpretações da cultura predominante, faz-se palpável a ação do corpo. Nas

7 O workshop “Culturas do cotidiano e corpo da cidade II – a escala do pormenor”, realizado entre 6 e 11 de fevereiro de 2017, propôs, como sugestão, a possibilidade de detalhamento e complementação das propostas que deram relevo às práticas sociais do cotidiano, em suas variadas cadências e modos de apropriação da cidade, bem como a expressão de culturas locais entendidas como substrato de projeto. Conserva, ainda, a postura de reconhecimento da importância das relações entre a descrição empírica e a reflexão teórica. Contando também com a experiência e o apreço pelo projeto na escala do pormenor, permanece a questão do construir no construído como uma maneira específica de contribuir ao projeto na cidade consolidada, sua composição, configuração e discurso. Participantes promotores: Professores doutores FAU-UPM: Maria Isabel Villac; Lizete Maria Rubano; Volia Regina Costa Kato; Lucas Fehr. Convocados: Participantes externos: Carlos de Almeida Marques, professor Doutor CAPP-ISCP UL, Lisboa, Portugal; André Balsini, professor da Uninove. Aluno da Pós-Graduação FAU Mackenzie: Edison Batista Ribeiro, doutorando. Voluntários: ex-alunos da Graduação FAU Mackenzie [que já contribuíram com pesquisa anterior]: Hugo Rossini Costa Longa; Marcella Pereira Nery; Karina Yumi Pessanha Ieri. Alunos da Graduação FAU Mackenzie: Isadora Machado; Jennifer Liu; Larissa Cortezani; Larissa Ragaini; Larissa Tateno; Lucas Dalcim; Marco Paes; Natalia Imamura; Nay Alves de Souza.

culturas das práticas do cotidiano, nos jeitos de corpo dos “praticantes da cidade” (JACQUES, 2006, p. 127), por um lado. Por outro, na ação do pesquisador, que se relaciona e se envolve com o que pesquisa.

O projeto, por sua vez, em sua relação com a dinâmica da vida pública, aprende com o processo, inventa suas próprias táticas de aproximação e elege a experiência também como método de projeção (ARGAN, 1973). Dessa forma, se propõe a dilucidar os processos corporais e mentais que o objeto de pesquisa proporciona em um horizonte de experiência.

Esta trama experimental, exercício do próprio corpo em atividade perceptiva – a corporeidade intersubjetiva (*Einfühlung*) –, não pode se descrever de maneira direta e explícita, em explicações objetivas, senão em construções de diálogo, que, por inerência, envolvam “em configurações de sentido, ao sujeito e ao objeto” (VILLAC, 2002). Sua leitura, interpretação e crítica exige a expressão da “experiência viva”⁸, de aproximação entre o sujeito, que dirige o olhar interpretativo⁹, e as ações no território, que o levam ao habitar-pensar enquanto desenhador das oportunidades de vida pública¹⁰ (Figura 5).

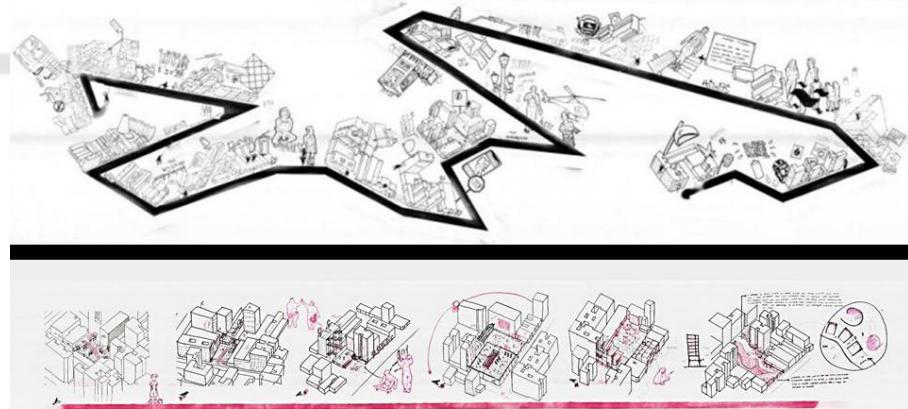


Figura 5: Cartografia que observa o território e suas dinâmicas por meio do PROTOCOLO “Codes sinais, píxos, tipografia, grafismo – Proposta de áreas públicas em interiores de quadras”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROJETO CONTEMPORÂNEO, UM CONVITE AO DIÁLOGO

A elaboração de reflexões e o obrar do projeto como “corpo em ação”, como exercício

8 O pensamento que relaciona sujeito que pesquisa e vida cotidiana a ser pesquisada é o mesmo que “o raciocínio do projeto que se move em uma relação dialética entre ‘habitar’ e ‘pensar’ a arquitetura” a partir do contato com a realidade de hábitos e costumes cotidianos (VILLAC, 2002).

9 O olhar “se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. [...] O olhar não acumula e não abarca, mas procura. [...] Ao invés, pois, da dispersão horizontal da visão” (CARDOSO, 1988, p. 349), o olhar prescreve “o direcionamento e a concentração focal do olho da investigação, orientado na verticalização” (CARDOSO, 1988, p. 349).

10 O workshop de projeto, desenvolvido pela FAU Mackenzie e a École d’Architecture Paris Val de Seine, de 7 a 14 de fevereiro de 2019, propôs: 1. Trabalhar dinâmica da área central de São Paulo (Campos Elíseos): pesquisa, reconhecimento e interface com movimentos de luta pelo território da cidade – a partir de trabalhos pregressos do Emau Mosaico FAU Mack; 2. Agregar: método de registro de ocorrências dos fenômenos de estudo – “transecto” como técnica; metodologias de trabalho coletivo, cartografias e experiências anteriores; 3. Projetar, a partir das áreas Peuc sugeridas (função social da propriedade) possibilidades à moradia (formas de vida) + apoio à vida pública e cotidiana. Participaram: FAU Mackenzie: Professores: Lizete Maria Rubano; Maria Isabel Villac. Alunos: Anna Júlia Senno Bringhenti Reis; Carla Prete Vasconcelos; Gabriel Gorski Junqueira Paiva; Gabriela Lamanna Soares; Georgia Santaniello Abejon; João Marcos Pobbe dos Santos; Maria Luiza Portugal Dib; Mariana Campos Chaim; Victor Moraes da Silva. Paris Val de Seine: Professores: Catherine Rannou; Khedidja Mamou; Sabrina Bresson; Vincent Laureau. Alunos: Adèle Vasselin; Agnès Marion; Charles Herrou; Elissa Al Saad; Fanny Cahu; Julia Olpinska; Lucie Baron; Rouba Daham; Salma M'Haidra; Tristan Fernandois; Yasmine Alaoui Fdili.

"em ato", é uma totalidade aberta. E porque a ação do corpo na cidade, "mais que o indício de um conceito", é, antes de tudo, "um acontecimento", no qual distintas percepções ampliam a intuição de seus sentidos,¹¹ a experiência se quer apresentar de maneira direta.

A relação de envolvimento do pesquisador com o objeto de pesquisa e do arquiteto com as dinâmicas urbanas, sua presença, em campo e na ação do registro, abre espaço para uma formulação teórica, advinda da expressão de um raciocínio sociocultural contemporâneo, e permite fundamentar o projeto da arquitetura e da cidade na dimensão do uso do espaço, ou seja, de sua apropriação.

Porque, afinal, o que se propõe é a construção de lugar comprometido com as questões de método de pesquisa e também de projeto de Arquitetura e Urbanismo. Pois não se trata tão somente de combinar pesquisas com métodos e conceitos diversos, mas de formar o arquiteto culto e, com as culturas, construir um novo aparato conceitual, metodológico e comportamental para a aproximação ao foco da Arquitetura e do Urbanismo: a vida abrigada, a cidade e os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2007.

ARGAN, G.C. *El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días*. Curso dictado en el Instituto Universitario de Historia de la Arquitectura de Tucumán. Traducción, introducción y notas Liliana Rainis (1961). Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

BOUTINET, J.-P. *Antropologia do projeto*. São Paulo: Artmed, 2002.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARDOSO, S. *O olhar dos viajantes*. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 347-360.

CARERI, F. *Walkscapes*. O caminhar como prática estética. São Paulo: G. Gilli, 2013.

CERTEAU, M. de (1990). *A invenção do cotidiano*. Artes do fazer. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1.

GORELIK, A. *Para una historia cultural de la "ciudad latinoamericana"*. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS URBANOS, 1., 2011, Buenos Aires. Tradução livre. Disponível em: <http://www.urbared.ungs.edu.ar/pdf/paneles/Adrian%20Gorelik.pdf?PHPSESSID=559f0e7729c73fe0ddcab720b5a4b95f> Acesso em: 30 abr. 2013.

¹¹ "En el curso de la percepción los esbozos sucesivos son retocados, y una nueva silueta de la cosa puede venir a corregir una silueta precedente; no obstante, no hay contradicción, puesto que la corriente de todas esas siluetas se funde en la unidad de una percepción, pero ocurre que la cosa emerge a través de retoques sin fin" (LYOTARD, 1989, p. 31-32).

- JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade.* In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. (org.). *Corpos e cenários urbanos. Territórios urbanos e políticas culturais.* Salvador, EDUFBA, PPG-AU, FAUFBA, 2006.
- KATO, V. R. C.; VIANNA, N. T.; CRUZ, P. M. *Intervenções artísticas efêmeras e vida cotidiana: as experiências do Coletivo Pi na cidade de São Paulo, Brasil.* In: MARQUES, C. A. *Planeamento cultural urbano em áreas metropolitanas. Revitalização de espaços pós-suburbanos.* Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio, 2015.
- KOOLHAAS, Rem. *Espaço lixo.* In: KOOLHAAS, R. *Três textos sobre a cidade.* Barcelona: Gustavo Gili, 2010. p. 67-111.
- KRAUSS, R. *A escultura no campo ampliado.* *October*, n. 8, p. 31-44, 1979. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/bc/Krauss_Rosalind_1979_2008_A_escultura_no_campo_ampliado.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.
- LATOUR, B., WOOLGAR, S. *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.
- LENOIR, T. 'Practice, Reason, Context: The Dialogue Between Theory and Experiment'. *Science in Context*, Vol. 2, No. 1 (1988), 3-22.
- LUNCH, M.; WOOLGAR, S. (eds.). *Representation in Scientific Practice.* Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- LYOTARD J. F. *La fenomenología.* 1. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1989. p. 31-32.
- MARICATO, E. *As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias.* In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à Esquerda).
- MATOS, O. C. F. *Descartes: o eu e o outro de si.* In: NOVAES, A. (org.). *A crise da razão.* São Paulo: Cia. das Letras, Brasília: Ministério da Cultura, Rio de Janeiro: Funarte, 1996.
- MERLEAU-PONTY, M. *O olho e o espírito.* São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
- MUSIL, R. E. V. *Der Mann ohne Eigenschaften.* Lausanne: Imprimerie Centrale, 1943.
- NUNES, J. A. *Teoria, crítica, cultura e ciência: o(s) espaço (s) e o(s) conhecimento(s) da globalização.* In: SANTOS, B. de S. *A globalização e as ciências sociais.* São Paulo: Cortez, 2002.
- OITICICA, H. *A obra, seu caráter objetual, o comportamento.* In: FIGUEIREDO, L.; PAPE, L.; SALOMÃO, W. *Aspiro ao grande labirinto.* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 118-123.
- PAIS, J. M. *Vida cotidiana. Enigmas e revelações.* São Paulo: Cortez, 2003.
- PEIXOTO, N. B. *Cidades desmedidas.* In: NOVAES, A. (org.). *A crise da razão.* São Paulo: Cia. das Letras, Brasília: Ministério da Cultura, Rio de Janeiro: Funarte, 1996. p. 519-558.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo.* 2. ed. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2016.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. S. dos. *Integração e diferença em encontros disciplinares. Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a05v2265>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SASSEN, S. *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar. Estudos Cebrap*, n. 3, p. 150-161, jan. 1973. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/estudos_cebrap_3_as_ideias_fora_do_lugar.pdf. Acesso em: 10 mar. 2013.

VILLAC, M. I. *La construcción de la mirada. Naturaleza, ciudad y discurso en la arquitectura de Paulo Archias Mendes da Rocha*. 2002. Tese (Doutorado) – Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Cataluña, 2002.

VILLAC *et al.* Relatório MackPesquisa, referente ao fomento Auxílio à Pesquisa, concedido de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, p. 39.

UMA CIDADE MEDIEVAL E O PROBLEMA DA ÁGUA: O EXEMPLO DE VENEZA

A MEDIEVAL CITY AND THE WATER PROBLEM: THE EXAMPLE OF VENICE

UNA CIUDAD MEDIEVAL Y EL PROBLEMA DEL AGUA: EL EJEMPLO DE VENECIA

Elisabeth Crouzet-Pavan, professora de História Medieval
 (Sorbonne Université, UMR 8596)
 E-mail: Elisabeth.crouzet_pavan@paris-sorbonne.fr

Resumo

A construção, no coração das lagunas, de um dos maiores assentamentos do oeste medieval – Veneza – exigiu obras contínuas, esforços cumulativos e técnicas imaginativas. O ambiente multiplicou as dificuldades e é longa a lista de obstáculos e das operações que este local, particularmente impróprio, carregou. No entanto, o homem aprendeu a viver na água, prova de que não é apenas o equilíbrio de poder para atuar na história, mas também a imaginação. Vários exemplos, analisados nos arquivos medievais de Veneza, podem ilustrar a história do abastecimento de água ou o manejo da água negra.

Palavras-chave: Política urbana medieval; Água; Ecossistema; Veneza; Urbanização.

Abstract

The construction in the heart of the lagoon of one of the largest settlements in the medieval west – Venice – required continuous works, cumulative efforts and imaginative techniques. The environment has multiplied the difficulties and the list of long operations that this site, particularly inappropriate, carried obstacles. However, man has learned to live in water, proving that it is not only the balance of power to act in history, but also the imagination. Several examples, analyzed through medieval Venetian archives, can illustrate, such as the history of water supply or the management of black water.

Keywords: Medieval urban policy. Water; Ecosystem. Venice. Urbanization.

Resumen

La construcción en el corazón de las lagunas de uno de los asentamientos más grandes del oeste medieval – Venecia – requirió continuos trabajos, esfuerzos acumulativos y técnicas imaginativas. El entorno ha multiplicado las dificultades y la lista de operaciones largas que este sitio, particularmente inapropiado, conlleva obstáculos. Sin embargo, el hombre

ha aprendido a vivir en el agua, lo que demuestra que no solo es el equilibrio de poder actuar en la historia, sino también la imaginación. Varios ejemplos, analizados a través de archivos venecianos medievales, pueden ilustrar, como la historia del suministro de agua o la gestión del agua negra.

Palabras Clave: Política urbana medieval. Ecosistema; Agua; Venecia. Urbanización.

Nessa altura, em que as grandes cidades do mundo contemporâneo estão enfrentando dificuldades, muitas vezes agudas, que resultam do seu enorme crescimento, num momento em que todos têm de gerir as consequências que o seu peso demográfico e industrial faz pesar sobre o seu ecossistema, a história de uma cidade medieval – Veneza – pode fornecer elementos de reflexão de uma tropicalidade surpreendente. Essa aglomeração muito grande, a terceira na hierarquia urbana do Ocidente medieval, era de fato capaz de enfrentar as estacas relacionadas à sua construção no meio da lagoa e, em particular, de inventar uma série de respostas políticas e técnicas para o problema da gestão da água. Estas são as lições desse exemplo aqui analisadas.

Veneza nasce na água, Veneza nasce da água. E essa cidade, hoje como ontem, triunfa sobre a água. Pelo menos, de acordo com a própria interpretação da história veneziana, é esse o destino que lhe foi atribuído.

Aos que a descobrem nos últimos séculos da Idade Média, ela oferece, pois, erguido acima da linha dessas águas, o espetáculo de uma semeadura densa de casas, palácios e igrejas. É o “tão grande casario” no meio das lagunas, o que muito surpreendeu o embaixador francês Philippe de Commynes. Segue-se que esta cidade “assentada no mar”, como dizem os textos do final da Idade Média, parece aos visitantes mais profundamente urbana do que todas as cidades que conhecem. Esse paradoxo é enfatizado a partir do século XV por todas as narrativas de estrangeiros. Aqui, casas, pátios, ruas expulsaram a relva e as árvores. Uma paisagem urbana inédita se revela: uma cidade feita apenas de pedras e homens. E, a seguir, em seus imponentes monumentos ou em suas construções comuns, a cidade veneziana aparece admirável. Lugar de plenitude, encerraria todas as belezas, todas as riquezas. Assim se capture a glória de Veneza. A cidade está instalada num local ingrato e hostil e, no entanto, é uma maravilha para os visitantes, é um milagre de pedras construído sobre a água.

Mas quando moldam a história de sua cidade, os venezianos da época nada escrevem de diferente. Todos os textos, desde as primeiras crônicas medievais até as histórias oficiais da era moderna, exaltam a singularidade do cenário no coração das lagunas. Nenhum tema é retomado, desenvolvido, enriquecido pelo discurso local. “Nós, que no meio dos pântanos salgados, construímos uma cidade tão grande”, dizem os senadores e, com eles, toda a comunidade. Repetindo essa realidade, os venezianos dizem, pois, que sua cidade é única e que seu ordenamento é admirável. Basta, aliás, apreciar algumas pinturas famosas. Repetindo os textos escritos, sua função é colocar em imagens a história da cidade. Eis o Milagre da Cruz ou o da Ponte San Lorenzo. Com riqueza de detalhes, essas composições representam os homens e seu lugar na cidade. Eles retratam uma cidade que não é apenas uma moldura ou um fundo necessário. As chaminés e os telhados, as pontes e os barcos, os pórticos e as lógias fazem parte da sua vida e da sua intensidade da mesma forma que os numerosos atores humanos, principais ou secundários e a água, domesticada pelo homem e sua indústria, realça o cenário monumental e a teatralidade urbana e vem criar as próprias condições de uma magia veneziana. No entanto, foi a duras penas que os homens realizaram sua luta plurianual contra as águas e os pântanos quando se instalaram no local veneziano no início da Idade Média.

É, portanto, conveniente propor, de início, algumas observações sobre o local e as modalidades de expansão urbana.

UMA CIDADE NA ÁGUA

Com exceção de alguns afloramentos rochosos (Dorsoduro), algumas ilhas mais sólidas, onde as comunidades se estabeleceram no início, para construir suas casas e igrejas, o próprio solo não existia. Nisso reside uma primeira e impressionante singularidade veneziana. Sem local antigo preexistente, sem núcleo central ordenador, sem qualquer herança planimétrica, a trama urbana é constituída de vários pivôs de crescimento: as poucas terras que emergiram. Gradualmente, essa trama se adensa, à medida que a cidade em movimento conquista seu espaço e o território de cada ilhéu é seco, organizado, aproveitado. As relações entre a terra e a água são, portanto, constantemente modificadas, e as fronteiras respectivas desses dois

elementos delineiam os limites do corpo urbano. Descobrimos, assim, uma segunda originalidade veneziana comparada às criações urbanas contemporâneas. Em toda parte, a cidade medieval levanta muralhas que mantém e monitora, que amplia várias vezes. Sabemos que a construção das muralhas sucessivas dá, em traços largos, o ritmo à urbanização. Na laguna, as águas sozinhas cercam as construções. As únicas defesas são erguidas nos limites com o mundo exterior: uma torre em Mestre, antes que a expansão territorial veneziana não parta à conquista da terra firme, pequenos bastiões, a San Nicolò do Lido, para defender, do lado marítimo, a principal passagem costeira. Veneza é a cidade cujas muralhas são feitas de água salgada.

A expansão urbana supõe, portanto, em uma primeira e indispensável etapa, que se crie o solo antes de construir, donde uma série de avanços e conquistas sobre a laguna e os lagos interiores, uma frente de secagens, drenagens, melhorias, colocação de pilastras, aterros. Esta frente, que marca a história do povoamento, aumentou ao longo dos séculos para se tornar uma formidável empresa que multiplicou os locais de implantação e deu origem a ilhas onde antes havia água. Quanto à rede dos canais, excetuando-se o eixo do Grande Canal, que dá forma geral à aglomeração, bem como a grande via fluvial da Giudecca, não constituiu um elemento estável da paisagem, semelhante ao que seria um rio em outros locais. Muitos canais foram drenados, outros foram abertos nas áreas de drenagem; o conjunto do sistema foi constantemente remodelado. A toponímia, nos termos de "rio Terrà" ou "rio Novo", lembra ao caminhante de hoje tais empreendimentos de ontem. Da mesma forma, as poucas ruas retilíneas, que cortavam o habitual labirinto de vielas, muitas vezes repetem a rota de um canal drenado cuja memória de outra maneira seria perdida.

Em outros lugares, a cidade, para se expandir, faz recuar a vegetação, absorve campos ou jardins. Aqui se deve repetir que a água e a lama foram colonizadas. Essas breves evocações, no entanto, não são suficientes para divulgar todos esses projetos que, grandes e pequenos, continuaram por séculos e que apenas foram interrompidos por surtos de peste e períodos de recessão demográfica e econômica. A expansão foi liderada inicialmente pelos grandes proprietários seculares e especialmente eclesiásticos que programaram seus empreendimentos e melhorias na escala de um bairro. Nessa continuada criação, as ordens religiosas desempenham por muito tempo um papel determinante.

Em primeiro lugar, os Beneditinos, ativos no distrito de Dorsoduro. Entre o Grande Canal e o canal da Giudecca, eles lançaram, no início do século XIII, em torno do mosteiro de San Gregorio, uma vasta empresa de melhorias. Até o final desse século, todo o perímetro foi loteado. As casas, construídas com tijolos, são geralmente cobertas de telhados. Novos canais de comunicação terrestres reforçaram a antiga rede aquática reorganizada. A seguir, o estabelecimento das ordens mendicantes tem, para o planejamento urbano, grandes consequências. Ao sul da cidade, na área de San Tomà, vêm os Franciscanos, construindo sua primeira igreja, para apoiar uma fase de desenvolvimento contínua. A nobre linhagem Badoer, bem como os paroquianos da região, já haviam iniciado o assalto contra os vastos espaços pantanosos e aquáticos que continham ou entravam o progresso das construções. Ao Norte, por outro lado, os Dominicanos abrem uma verdadeira fronteira para os lados de Santi Giovanni e Paolo em torno de sua basílica. E poder-se-ia evocar a ação pioneira, ainda, em outros confins, de Carmelitas, Sachets ou Agostinianas. Nas margens incertas, em constante redefinição, o papel das instituições religiosas continua por muito tempo.

Nas últimas décadas do século XIII, no entanto, um ponto de viragem se define. A autoridade política agora tende a controlar, mesmo a organizar, esse empreendimento coletivo de marcha em frente. A esfera pública reafirma seu direito sobre as águas e os pântanos. Contra "um aluguel de água", concede lagoas e pântanos, todas essas superfícies, esses enclaves que fracionavam o tecido urbano e retardavam o progresso da urbanização. A comuna chega a controlar diretamente certos programas importantes de melhorias. Mencionemos o programa mais espetacular: o da *nuova* Giudecca. Entre as duas ilhas de San Giorgio Maggiore e Giudecca, nas primeiras décadas do século XIV, ele faz surgir da água e da lama uma nova ilha: a Giudecca *nuova*. Mas, mais frequentemente, a autoridade comunal, graças ao apoio de seus magistrados, supervisora a secagem que é realizada, cotidianamente, em

cada paróquia. Os pequenos proprietários de terras, os vizinhos das paróquias, se lançam à conquista do solo; eles se voltam contra os pântanos e as bacias do interior, as margens da laguna. A urbanização também toma forma graças à sua drenagem recorrente, a esse tímido, mas constante avanço da terra e das construções às expensas da água.

O crescimento aumenta no decorrer do século XIII e seus ritmos permanecem particularmente fortes até o início dos anos 1340. Os primeiros acidentes demográficos, atestados em 1307 ou em 1320, ainda não afetam, apesar do número de vítimas, essa irreprimível marcha, e o ritmo anterior continua a fazer sentir os seus efeitos. É então necessário imaginar uma atividade intensa. Nas fronteiras de Veneza, atrás de centenas de jardins, na Giudecca, em Santa Croce ou em Cannaregio, diariamente são plantadas pilas, pranchas encerram uns poucos metros de solo esponjoso; os proprietários carregam para lá imundície, um pouco de terra, alguma lama; e uma lenta erosão se realiza. Ao mesmo tempo, flotilhas de barcos circulam de um quarto para outro, carregadas de terra e dejetos. A lama proveniente da limpeza de canais, os escombros de locais de construção ou o lixo recolhido no mercado ou das ruas, tudo serve de fato para preencher uma lagoa adicional, para o aproveitamento de mais uma parcela. A diminuição dessa atividade precede de pouco o choque da peste negra. Por volta de 1343, o colapso das concessões comunitárias se evidencia. Então, a peste vem. E é necessário esperar até 1385 para que a conquista territorial comece novamente. No século XV, os anos de forte pestilência ainda são observados, mas a expansão ganhou as várias fronteiras. O processo, no entanto, não encontra a força intensa nem a tremenda vitalidade que o caracterizou no começo do século XIV.

Outras transformações, lideradas ou favorecidas pela autoridade pública e seus numerosos magistrados delegados, modelaram, durante essas mesmas décadas férteis, o tecido urbano. Nessas primeiras décadas do século XIV, abrem-se ou alargam-se vielas. Abrem-se alguns eixos principais para desimpedir os microbairros que são, então, pavimentados. Esses canais são responsáveis pela confluência do tráfego de redes secundárias, aquelas que cobrem o espaço de uma paróquia ou um grupo de paróquias. Cais são construídos, consolidados, reparados quando a água os danifica. Pontes são construídas, reconstruídas, em madeira, depois em pedras durante o século XV. Dessa forma, grandes itinerários são instalados nos bairros. Nos últimos séculos da Idade Média, a primeira rede de canais foi duplicada por uma segunda rede de rotas terrestres. É uma verdadeira revolução que transforma, na escala de Veneza, a história da circulação na cidade. Entre os dois sistemas de água e a comunicação terrestre, as funções são equilibradas. Os homens desde então preferem utilizar as *calli* (rua), a menos que a falta de passarelas sobre uma via navegável os obrigue a usar a gôndola para um *traghetto* (transposição). Quanto às mercadorias e a todos os bens e pesos, do porto ao mercado, do Arsenal até a bacia de San Marco, de um armazém para outro, circulam nos canais.

A construção, no coração da laguna, de uma das maiores aglomerações do Ocidente medieval exigia, como pôde ser visto, trabalho contínuo, esforços cumulativos e técnicas imaginativas. O meio multiplicou as dificuldades e é longa a lista das operações que esse local, particularmente impróprio, carregou de obstáculos. No entanto, o homem aprendeu a viver na água, prova de que não são apenas as relações de força que atuam na história, mas que a imaginação também age, e dois exemplos servem de ilustração.

UM ATOR: A IMAGINAÇÃO

Mencionaremos, em primeiro lugar, as técnicas de melhoria e construção, diferentes de um espaço para outro. Elementar quando se tratava de drenar um pântano, o trabalho tornava-se mais longo e difícil quando havia que ganhar terreno sobre a água. Em qualquer caso, havia que fechar o lote concedido, construir uma boa paliçada de pranchas e pilas, por vezes reforçada com pedras ou cofragem, quando esses *polders* (muros de contenção) avançavam na laguna e que a corrente ameaçava. Uma vez garantida a drenagem, a água e a lama eram retiradas, e o terreno macio e esponjoso, consolidado. E, para operações maiores, a escavação de um canal artificial facilitava o fluxo de água. Mas os problemas não eram, contudo,

resolvidos. Frágil, escorregadio, apesar das várias intervenções, o solo não suportava construções pesadas. Por isso, era necessário construir sobre pilotis. E, dependendo da configuração do terreno e do peso das futuras construções, o espaçamento e a disposição dos pilotis variaram. Curtas, numerosas, apertadas, de acordo com a técnica de compactação, as pilastras não afundavam além das camadas superficiais. Longas, mais distantes, alcançavam as camadas rígidas e apoiavam então os alicerces. Nos edifícios mais bem construídos, ambos os sistemas de pilastras foram associados. Uma vez assegurado o suporte, reunia-se na cabeça das pilastras uma estrutura horizontal, uma plataforma de madeira feita de vigas entrecruzadas. As fundações descansavam sobre essa balsa. Vinham então os alicerces do edifício. Um único comentário basta para pontuar esta descrição. Quando hoje os empreendimentos de restauração mais sistemáticos se voltam para a substituição dessas pilastras, com tempos de execução muito longos, os custos são enormes e, portanto, muitos projetos não são realizados.

A história do abastecimento de água demonstra, sob outra perspectiva, a aspereza do cotidiano. As cidades do Antigo Regime sofriam, desnecessário dizer, uma escassez geral de água potável. Mas, em Veneza, essa escassez podia tornar-se dramática porque, se a água é ali onipresente, não é boa para beber. É a um viajante francês do século XV que devemos a definição mais marcante desse paradoxo: uma cidade onde os habitantes estão dentro d'água até a boca, e muitas vezes têm de sofrer de sede. Como a comunidade poderia superar esse grande problema?

Primeiro, cabe observar que a laguna e os canais foram utilizados para servir uma grande variedade de propósitos domésticos. Os inventários *post-mortem* citam, mesmo nos interiores mais modestos, os numerosos baldes esvaziados e enxaguados, destinados a conter água salobra ou água doce. No entanto, mesmo para satisfazer essas necessidades, as águas dos canais venezianos não deviam ser excessivamente poluídas. Havia, para a autoridade política, matéria para uma primeira série de intervenções. Desde o início do século XIV, o Grande Conselho proibiu a lavagem de tecidos e lãs tingidas nos canais, bem como de neles jogar a água das tinturas. Daí em diante, apenas a laguna poderia servir como uma saída para esta água suja. A medida é polêmica por causa da resistência e numerosas violações dos tintureiros. Um século depois, no entanto, a maioria das oficinas que tingem com sangue e índigo se estabelece na periferia urbana. Assim como estão localizadas nas margens da aglomeração todas as atividades “que emitem maus odores e cheiros”, por exemplo, o abate de carne. O sangue, as carcaças, as carnes deterioradas são trazidas para a laguna. Em nome de uma consciência ecológica nascente, os canais de “*il corpo de Venexia*”, os canais que irrigam a cidade, começam a ser protegidos.

Mas, para garantir o abastecimento de água potável, foram necessárias medidas de outro alcance. As populações da laguna foram, nos primeiros séculos da instalação na bacia, abastecidas por poços naturais escavados nos depósitos arenosos dos cordões litorâneos e protegidos pela camada grossa de argila subterrânea. Não há evidências, no entanto, de que os tanques e reservatórios artificiais foram mantidos nas ilhas e nas margens. O uso desse equipamento é necessário, por outro lado, assim que uma população relativamente grande se concentre no arquipélago de Rialto. Os poços artificiais se espalham na cidade em formação. Eles são construídos de acordo com uma técnica que nos é bem conhecida, característica do que chamamos de “*poço veneziano*”. A cavidade da cisterna, aberta a uma profundidade de 3 ou 4 metros abaixo do nível da maré mais alta, é coberta nos fundos e nas paredes com um revestimento de argila. No centro, em uma laje de pedra, instala-se o *canna*, isto é, o duto de tijolos; o cimento que junta os tijolos, composto de argila e areia, também tem a função de filtrar a água. O resto da cavidade é preenchido com areia obtida nos cordões litorâneos. Um telhado levantado em direção à periferia cobre a escavação. Finalmente, as aberturas, duas ou quatro, dependendo do tamanho do poço, prolongadas por dutos, permitem a captação das chuvas. Uma pedra, perfurada em vários pontos, protege cada uma dessas aberturas. A água, que atravessa as areias que a depuram, infiltra-se no canal central que encima a borda, desde cedo adornada e esculpida como evidenciado por alguns exemplares do século IX que se preservaram.

Tal construção era obviamente cara. Os primeiros poços, naturalmente privados, estão assim dispostos nos pátios das casas aristocráticas. Eles são, como tais, usados por toda uma comunidade de dependentes, servos, parentes, inquilinos. A casa aristocrática forma um vasto conjunto onde vive, se hospeda e trabalha um grupo humano. Essa casa e a família que a possui, de fato controlam, com uma série de pequenas casas, um imponente conjunto de infraestruturas, prédios anexos, dependências. O poço forma um desses equipamentos que os textos citam, ao enumerar as calli, pontes, os bancos, cais, armazéns ou hangares de barcos. Ao longo do tempo, esses vastos conjuntos imobiliários apresentam-se divididos. É, portanto, da responsabilidade dos vendedores, compradores ou herdeiros regulamentar cuidadosamente o acesso ao poço. As casas são colocadas no mercado com um direito de uso sobre a cisterna e servidões essenciais à passagem através das ruelas e dos pátios que permanecem privados.

Nos últimos séculos da Idade Média, os poços tornam-se cada vez mais numerosos. Agora, todas as casas de alguma importância são dotadas de tal conveniência. As mais modestas, contudo, dividem os poços com um grupo de edifícios. Mas também estão equipados, com uma ou duas cisternas por beco, os conjuntos de pequenas casas para inquilinos que os proprietários venezianos construíram, para alugar, em bairros em processo de urbanização rápida. Lendo-se os documentos notariais, é um sistema complexo de usos coletivos, servidões e relações de vizinhança que se forma em torno do acesso à água. Não se deve apenas compartilhar os poços; mas também é necessário construir, manter, reparar, muitas vezes a custos comuns, as canalizações, o *gorne* (canalização), que alimentam esses poços com água de chuva. Nas casas dos patrícios, os *gornes* são muitas vezes de pedra, mesmo de mármore, ou de madeira coberta de chumbo. Em outros lugares, a madeira prevalece por um longo tempo. Os dutos, podres, devem ser substituídos. Acordos e licenças descrevem instalações numerosas e engenhosas. Os *gornes* atravessam as ruelas; eles conduzem, de várias casas, a um único canal que serve o poço e descobre-se uma paisagem surpreendente de canalização.

Paralelamente, foi estabelecida uma rede de poços públicos. Cada uma das pequenas praças paroquiais, os *campi*, abrigava, por exemplo, uma dessas construções, úteis para os mais pobres. Mas, no século XIV, o sistema de poços comunais realmente mudou de escala. Na década de 1320, foi tomada uma decisão para que 50 poços adicionais fossem instalados com prioridade nos perímetros da urbanização recente. Ao mesmo tempo, um programa de reabilitação de cisternas existentes começou; ele permaneceu ativo até a chegada da Peste Negra. Sem surpresa, foi depois necessário esperar o fim da crise demográfica para que essa política de equipamentos fosse retomada. No século XV, novos tanques, com maior capacidade, são instalados. Os antigos são reparados e suas bocas são elevadas para evitar que em período de *acqua alta* (enchente), quando a laguna enche, as águas salgadas não as invadam e estraguem as reservas.

Apesar desse trabalho, o abastecimento de água, especialmente em períodos de seca, permaneceu inadequado. Era necessário que as flotilhas de barcos se abastecessem de água na saída dos rios vizinhos: primeiro o Bottegno, depois o Brenta. A água foi então vendida por baldes, pelas ruas ou vertida maciçamente nas cisternas. A autoridade pública tentou agir sobre essa fonte paralela de fornecimento. Nos séculos XIV e XV, vários projetos de canal e até aquedutos foram planejados. Seu custo impediu sua execução. Coube então novamente à Senhoria, no verão, com grande regularidade, comprar a água por cargas inteiras, depois distribuí-la, em consideração à *povara gente*, ou gente pobre, nos poços públicos secos. Em Veneza, mais do que em qualquer outra cidade, foi pela abundância de água que se mediram as qualidades do bom governo, os princípios do bem comum. As crises do abastecimento foram, assim, na medida do possível, conjuradas por múltiplos paliativos; apesar das dificuldades, a comunidade pôde subsistir no meio das águas salgadas.

Mas a história da relação com a água pode ser considerada de maneira diferente e é outra, a das águas negras, que agora pretendemos considerar de forma sintética, e nos servirá para estabelecer alguns marcos em uma história ambiental de mais amplo alcance.

ÁGUA NEGRA, POLUIÇÃO URBANA

I Venexian caga in aqua... Mais do que zombar, o estribilho é francamente injurioso e durante séculos foi dirigido aos venezianos por não venezianos.

Caga in aqua sem dúvida... Afinal, várias vezes ao dia, a corrente de purificação da maré limpava os canais e o fluxo transportava para a laguna, depois para o mar, a imundície, a água suja, os resíduos humanos e das atividades produtivas da aglomeração... Sem mencionar que todo esse lixo, reunido e coletado, foi utilizado para a secagem, pois o solo e a lama foram retirados dos canais. Os barcos responsáveis pela limpeza, assim, descarregavam suas cargas nos canteiros de obras em processo de melhoria. As graças do Grande Conselho dão prova, na ocasião, dos favores de que gozavam os proprietários prestes a aterrarem um pântano ou uma lagoa, concedendo-lhes um ou vários carregamentos de lixo. Uma flotilha inteira, que os atores das melhorias alugavam ou emprestavam, removia, por sua vez, o lodo para transportá-lo para outro lugar, a fim de preencher um lago adicional, para secar uma outra porção de terra. Na cidade anfíbia, nada se perdia e o crescimento urbano também foi alimentado pelo lixo doméstico e pelo das atividades produtivas.

Os equipamentos sanitários, no entanto, existiram e até se tornaram mais numerosos nos últimos séculos da Idade Média. À disposição dos transeuntes, foram construídas raras latrinas públicas. Uma delas, pelo menos, pode ser localizada. Situada na Praça de São Marcos, ela foi sem dúvida amplamente utilizada. A comuna, em todos os casos, ordenava sua limpeza regular. Quanto aos arquivos judiciais, e mais especificamente os processos por sodomia que atestam a violência sexual cometida nesses lugares, eles propõem outra crônica. As fontes, de outra forma, são silenciosas. Simplesmente, quando as petições dos vizinhos, exasperados pelo odor horrível, reivindicam a secagem de um pântano ou a limpeza de um lote vazio, adivinham-se, nas malhas frouxas do tecido urbano, lugares essenciais imundos. Por causa do mau cheiro, por causa do lixo acumulado, para remover o odor infecto, reclama-se o direito de poder começar os trabalhos.

As casas, ou ao menos algumas delas, dispunham, sobretudo, de equipamentos sanitários. Fontes textuais, deve-se repetir, não multiplicam a informação. O historiador deve, portanto, organizar, à maneira de um minucioso quebra-cabeça, descrições raras e detalhes miúdos até poder desenhar uma paisagem de *cloacae*, canalizações e esgotos, geralmente desconhecida, escondida pelas fachadas de mármore dos palácios e igrejas e pela estética triunfante da sociedade.

No século XIII, apenas as grandes unidades residenciais, as vastas *domus a statio*, parecem ter essas comodidades. Ou é mais exato dizer que a documentação ignora as bricolages frágeis usadas por uma grande parte da população, esses amontoados de madeira que flutuavam diretamente para o canal. A latrina, uma vez que muitos desses complexos residenciais têm acesso à água, geralmente é instalada em contato com um rio. Ela faz parte de uma dessas construções anexas que os notários descrevem nas dependências da *domus magna*: a cozinha e o depósito de madeira, o paiol de cereais, o estábulo ou o galinheiro sob a escada externa que sobe para os andares superiores, o abrigo dos barcos, o ancoradouro privado. Os atos mencionam assim a *jaglacio* (tubulação de esgoto sanitário), essa canalização, que se acredita ter sido aberta a princípio e que despejava águas usadas e águas negras no canal. Havia, para esses conjuntos imobiliários que pertenciam aos poderosos, equipamentos indispensáveis, por exemplo, repetimos, o poço. Nesse poço, poderiam se abastecer os inquilinos, os dependentes alojados nas casinholas amontoadas no pátio, atrás ou nos lados da casa nobre. Por outro lado, o grupo inteiro nem sempre pareceu frequentar a mesma latrina, uma vez que, com frequência, duas instalações foram construídas nesses grandes complexos residenciais: uma era reservada para a casa principal, a outra para o bloco de casas alugadas. Mas as latrinas também podiam se espalhar pela ruela vizinha, e quando esta pertencia ao domínio público, as autoridades logo se preocupavam. O problema do escoamento de lodo na via pública e seu eventual esvaziamento é recorrente, como se sabe, na história da cidade antiga, na luta contra excrementos que parecem sitiar as construções e os homens.

As latrinas, no entanto, tendem a se multiplicar no final da Idade Média, nessas décadas em que as lareiras e calhas, sinais e meios de bem-estar material e progresso da construção, também estão se espalhando. Desde o final do século XIV, as transações imobiliárias refletiam a rapidez do movimento desses equipamentos. Quando novas, as casas geralmente têm essa conveniência. Restauradas, elas passam a tê-las. As propriedades de aluguel, construídas ou reconstruídas em série para fins de investimento, agora são equipadas com instalações sanitárias. As casas independentes muitas vezes também têm um lugar no quintal ou no beco, embora, como o poço, elas geralmente compartilham-no com um grupo de edifícios. Essas novas servidões, como resultado, passam a regular a vida de uma pequena célula da vizinhança, mas também causam, quando não são respeitadas, disputas e ações judiciais. O sistema de tubulação aérea, antes mencionado, destinado, a partir das calhas, a alimentar os poços coletivos, também pode ser usado para servir as latrinas de água limpa. Havia, portanto, um uso comunitário de equipamentos que, para alguns vizinhos, engendrava formas de sociabilidade e conflitualidade, pontuando essa história de civilização material. Devemos primeiro pensar nos problemas relacionados à manutenção, essencial porque, a exemplo dos outros canos, muitos desses tubos eram de madeira e apodreciam muito rapidamente. No momento de compartilhar os custos, poderiam surgir tensões, mais numerosas, sem dúvida, quando o equipamento não tinha um escoamento direto na água, e que era necessário – os trabalhos se tornavam então mais caros – construir e depois limpar regularmente as fossas cuja impermeabilização era incerta, apesar de reforçadas com madeira ou tijolos.

Mais numerosas no final da Idade Média, as latrinas, mesmo externas, não são mais sempre instaladas em contato direto com um rio. Elas são então conectadas a uma fossa, servindo, dependendo do caso, para coletar a água negra de um ou mais lugares onde havia latrinas – muitas vezes instaladas nesses espaços estreitos que separavam as casas, pequenas vielas com mau cheiro, conforme nos dizem os textos, até mesmo os literários, pois o *Decameron* de Boccaccio faz uma alusão terrível a isso. A disposição dessas fossas, ou receptáculos, permite outra evolução. Latrinas, pelo menos em casas nobres ou burguesas, agora podem ser integradas ao corpo do edifício, onde os trabalhos são mais demorados e mais caros. Torna-se necessário então construir canalizações internas; elas se juntam a um coletor subterrâneo que leva ao poço mais ou menos próximo. Mais uma vez, todo um contencioso mostranos como poderiam se manifestar os conflitos relacionados com a manutenção e reparo dessas instalações, uma conflitualidade que surgia da frequentação cotidiana e da exasperação ante a estreiteza do quadro de vida. Quando lemos, processo após processo, e em Veneza são milhares de processos preservados, as queixas engendradas pela vida em torno de um pátio ou no interior de uma casa várias vezes fragmentada em unidades familiares após divisões da propriedade; quando reunimos em série todos esses textos que reclamam que uma janela se torne cega, que uma parede seja abaixada ou levantada, que especificam até quais flores colocar no quintal, imaginam-se os atritos no momento em que se tinha de esvaziar a fossa ou refazer a canalização.

Nem tudo, nessas mudanças, depende da evolução autônoma das unidades habitacionais e de suas técnicas de construção e, portanto, da distribuição relativa, num certo tipo de habitação, dos banheiros. Um movimento dialético está em operação. A autoridade pública interfere muito cedo nessa questão e, portanto, monitora os sistemas de evacuação das *cloacae*. Desde o primeiro terço do século XIII, o crescimento da população, que nas paróquias centrais levaram a um verdadeiro amontoado humano, colocou novos problemas para a comuna. Não nos esqueçamos de que Veneza é então a terceira cidade do Ocidente medieval, com uma população que ultrapassa os 110 mil habitantes no momento do apogeu demográfico, por volta de 1300. As medidas se seguem, então. O escoamento de água negra na via pública é proibido. E várias deliberações dos conselhos especificam que as tubulações que não fluem necessariamente para um canal devem desde então se dirigir para uma fossa coberta. As visitas de inspeção, das quais se conservam os traços nos documentos,

estão organizadas em toda a Veneza. E, desde o início do século XIV, as multas impostas por esses magistrados atingiram os proprietários recalcitrantes. No entanto, a normatização tem dificuldade de atingir seus fins: os atrasos são relatados várias vezes durante o século XIV. A crise econômica e demográfica do segundo milênio do século XIV não facilitou o trabalho.

A aplicação desses regulamentos parece ser difícil. Os arquivos, claro, descrevem reformas coerentes e um progresso real do processo construtivo. Mas equipamentos antigos também continuam sendo mantidos e reparados, e seus proprietários continuam a ser multados. O fato é que o sistema de esgoto veneziano é considerado cada vez mais perigoso para o ecossistema no século XV. Com a recuperação demográfica, a produção regulatória é reativada e reforçada e realizam-se progressos. Em vez do derramamento *in li paludi e in canali nostri*, os magistrados no século XV recomendam que se construam fossas a serem regularmente esvaziadas e limpas. Eles também recomendam que os canos sejam enterrados cada vez mais profundamente. Na minúcia de suas injunções, a autoridade política elabora um modelo que a evolução das estruturas materiais, embora real, tem dificuldade em absorver. Esta lacuna existe. Não deve esconder o fato de que há uma consciência crescente das necessidades da comunidade e da higiene da cidade.

Isto é o que nos faz descobrir que a consciência a respeito da poluição e de suas consequências nefastas existia nos últimos séculos da Idade Média e que os limiares da tolerância realmente se movem gradualmente. Daí uma série de reflexões finais sobre a cidade medieval e sobre aqueles que a governaram.

MIASMA E SALUBRIDADE: REFLEXÕES SOBRE A CIDADE MEDIEVAL

Persiste, pensemos, no discurso histórico, certo resíduo conceitual que resiste à diluição. Esse resíduo, feito de pressupostos antigos, fortalecido por uma imagem intangível de uma cidade medieval entregue ao lixo e uma concepção teleológica da história, explica que seria inútil buscar durante os séculos medievais uma política de saúde e uma sensibilidade para a poluição. É, antes de tudo, esquecer que, para a medicina medieval, o ar era um dos elementos mais necessários para a manutenção da saúde. Mas era provável que o ar fosse viciado e do ar viciado nascia a "doença pestilenta". Basta referir-se às explicações eruditas dadas pelos colégios de médicos consultadas na época da peste negra e as sucessivas epidemias. Para todos esses homens sábios, houve uma causa de mortalidade: a degradação do ar. Mas acreditar que as autoridades políticas teriam sido insensíveis à poluição também equivale a esquecer que o poder, nesta Itália dos últimos séculos, assim como continuava convencido de que a cidade terrena deveria ser feita à semelhança da cidade de Deus, também agia em nome de um bem comum que proporcionava a própria legitimidade de sua dominação, e que se definia em um diálogo sem dúvida desequilibrado e, no entanto, real com uma demanda social. Em suma, uma sensibilidade se manifesta em nome de uma primeira e explícita preocupação com a higiene, útil para a manutenção da saúde pública, porque, e este é um segundo objetivo repetido e complementar, é necessário preservar a "honra" e a "beleza" da cidade. A cidade deve ser saudável tanto quanto deve ser linda.

De uma cidade para outra, na Itália dos séculos XIII e XV, medidas são tomadas e reiteradas, os oficiais são eleitos. A limpeza das praças principais e do mercado é ordenada, o transporte de lixo é organizado uma vez por semana, no mesmo dia era responsabilidade dos moradores limpar a frente da porta. A limpeza é, de fato, baseada no esforço de todos. É preciso que haja uma dialética do coletivo e do indivíduo, uma aliança dos "*omnes*" e do "*quilibet*", que, em harmonia e por meio de esforços cumulativos, poderá triunfar contra as forças da desordem e as variações da poluição, um modelo urbano. Poder-se-ia fazer uma longa lista de cidades, Parma, Bolonha, Florença ou Siena, e uma longa lista de arranjos feitos pelas elites que as governaram para tornar a proposição mais clara.

Mas as disposições venezianas, e aqui reside sua originalidade, estão subordinadas a um objeto principal, ausente em outro lugar. Ele nos diz que o desafio é a própria sobrevivência da comunidade veneziana. E é assim que a legislação veneziana, se confrontada às demais disposições tomadas no resto da Itália comunal, confirma, repito, a sua singularidade profunda. Um texto votado em 1295 pelo Grande Conselho, a principal assembleia dessa república, destaca a ansiedade filtrada por meio deste conjunto de regulamentos: "Porque, por causa das imundícies jogadas nos canais, esses canais e o porto são devastados [...]" Em uma disposição sobre o lixo, que é aparentemente banal, é todo o meio, toda a bacia da lagoa, local da implantação da cidade, que é evocado para ser colocado sob vigilância. Por quê? É porque, e é o que está dito, da preservação de seu ecossistema depende a própria existência de Veneza. A "enfermidade" da cidade, para citar um termo frequentemente presente nos textos, pode resultar de um excesso de lama nos canais e da consequente exalação de miasmas. Quando o Grande Canal se coalha de depósitos orgânicos, além da "desgraça" que essa situação provoca, há dificuldades para a circulação dos produtos e de todas as mercadorias pesadas; se a grama cresce nos bancos de terra mais elevados, uma "extrema corrupção" aguarda toda a comunidade urbana. Os textos são promulgados "para utilidade", "para ornamento e honra". Mas eles são voltados primeiro à "saúde", à "salubridade de Veneza".

Não há dúvida de que, em Veneza, a fragilidade do meio aumentou os medos e atiçou a regulamentação. Também é certo que, no final da Idade Média, devido à degradação do ecossistema, o discurso da autoridade pública se dramatizou, refletindo um alarme que legitimava o peso crescente dessa autoridade, mas que problemas reais o justificavam. Incansavelmente, os medos são expressos diante da ameaça da poluição do ar, e como não poderiam deixar de se expressar quando vemos, durante o século XV, o progresso do assoreamento na bacia das lagunas e, com o aumento da lama, a malária se desenvolver ao norte da laguna?

Assim, entende-se o sistema complexo que, em Veneza, controlava as relações ambivalentes do homem no meio. Este local anfíbio, quase impróprio para a vida, onde faltava terra, onde nada crescia, era o único que Deus havia oferecido à comunidade para transformá-lo em um lugar de beleza, ordem e riqueza. Não é de admirar, portanto, que os venezianos tenham sido coletivamente e, no longo prazo, persuadidos de que sua história era uma história providencial. Mas este lugar, ao mesmo tempo, exigia trabalhos constantes e uma gestão cuidadosa do meio, uma capacidade de empreender trabalhos frequentes, como o local exigia, e aqui reside uma das chaves de compreensão da história veneziana, um tipo de colaboração forçada entre a autoridade pública e a instância social, a fim de permitir a vida no meio das águas. A luta diária dos habitantes lembrou-os, mais do que para qualquer outra comunidade, da fragilidade da existência aqui embaixo.

São duas as conclusões que podem ser extraídas desta breve história de Veneza sobre a água e diante da água. A primeira analisa a história veneziana, mas informa mais amplamente nosso conhecimento sobre a história da cidade ocidental, a cronologia do seu crescimento, os processos de urbanização e a capacidade política dos que a governavam.

A *Vue Perspective* de Veneza, executada em 1500 por Jacopo de Barbari, informa sobre o trabalho realizado durante a Idade Média. Mostra uma cidade cuja extensão é próxima da sua configuração atual, bem como uma trama urbana apertada. Nas bordas da aglomeração, os contornos, às vezes, permanecem imperfeitamente desenhados. Nessas bordas indecisas, estendem-se, na verdade, terrenos vagos e cultivo de vegetais. Em galpões, justapõem-se oficinas e áreas de armazenamento para matérias-primas. Mas, uma vez deixando-se para trás essas margens, a urbanização torna-se densa, as casas se espalham, os bairros são compactos. E todos os elementos estruturantes de um tecido urbano complexo são implantados. Acima de tudo, a cidade desenvolve sua forma peculiar, a mesma que se impõe à imagem dos tempos modernos, pois, por longos séculos, esse plano, que se tornou

uma referência obrigatória, influencia as representações, e até as congela. Jacopo de Barbari representa o circuito de água, já que algumas das terras ao redor de Rialto formam o mundo da lagoa. Mas a cidade veneziana, pela extensão do seu desenvolvimento, por sua posição central, inegavelmente domina e constitui um verdadeiro polo para o olhar e a atenção. As várias ilhotas que são lembradas valem apenas como os modestos satélites do imponente conjunto veneziano.

O que este plano mostra a todos, com incrível força ideológica, com tremendo poder de comunicação política, é que as forças das lagunas convergiram para criar Rialto. A riqueza adquirida pelos operadores venezianos em todos os lugares econômicos do mundo possibilitou sua construção em madeira, tijolo, calcário, mármore. Séculos de trabalho resultaram na produção desse artefato prodigioso. Veneza, em 1500, se mostra como uma criação quase acabada.

Quanto à segunda conclusão, ilumina ainda mais amplamente a história do relacionamento do homem com o ecossistema. O exemplo veneziano mostra que, durante certos períodos da história europeia, houve uma importante política urbana, estimulando o trabalho contínuo, e uma regulamentação urbana, atentas ao problema do abastecimento de água ou da limpeza da cidade, mas não só, e que estavam localizadas menos na periferia, nas margens ou nos anexos de projetos mais importantes do que no centro do esforço do governo. Essas obras e esse regulamento animam uma história, iniciada desde cedo, e que pode ser escrita em breve, a das relações dos homens com seu meio ambiente, da consciência que tiveram de que sua duração, pelo menos a coletiva, vinha como que se inscrever, às vezes chocando-se com ela, sobre outra duração: aquela do meio.

A história de Veneza é particularmente interessante pois, por causa da singularidade do local, ela reforça o traço, ilumina fenômenos talvez menos visíveis em outros lugares. Como tal, mostra que, com diferentes graus de sucesso e lucidez variável, as sociedades urbanas foram desde cedo conscientes dos riscos que seu próprio peso poderia engendrar para sua duração histórica, e que elas os enfrentaram cometendo erros, falhando, mas, também, valendo-se de intuições, aprendendo e negociando diante desses riscos e de todos os demais obstáculos, visando, em última instância, sua conservação.

REFERÊNCIAS

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Corporazioni religiose sopprese, S. Gregorio, Busta 2.

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Corporazioni religiose sopprese, Santa Maria Gloriosa dei Frari, Buste 109, 110.

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Corporazioni religiose sopprese, Santi Giovanni e Paolo, B. B.

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Avogaria di Comun, Deliberazioni, Bifrons.

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Avogaria di Comun, Deliberazioni, Cerberus.

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Maggior Consiglio, Comunis.

ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Maggior Consiglio, Fronesis.

- ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Maggior Consiglio, Leona.
- ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Maggior Consiglio., Pilosus.
- ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Collegio, Notatorio, reg. 13.
- ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (A.S.V.). Senato, Terra, reg. 5.
- BELLETTINI, A. *La popolazione italiana dal'inizio dell'era volgare ai giorni nostri. Valutazione e tendenze.* In: VV. AA. *Storia d'Italia.* Torino: Einaudi, 1973. v. 5, p. 487-532.
- BELOCH, G. *La popolazione di Veneziani nei secoli XVI e XVII.* Nuovo Archivio Veneto, n. s., v. 3, p. 5-49, 1902.
- BELTRAMI, D. *Storia della popolazione di Venezia dalla fine del secolo XVI alla caduta della Repubblica.* Padova: Cedam, 1954.
- BOLDRIN, G.; DOLCETTI, G. *I pozzi di Venezia.* 1015-1906. Venezia: 1910.
- BONI, G. *Una cloaca antica veneziana.* Archivio Veneto, 31, p. 275-279, 1886.
- CASSINI, G. *Piante e vedute prospettiche di Venezia (1479-1855).* Venezia: La Stamperia di Venezia Editrice, 1971.
- CASSOLA, P. *Canon Pietro Casola's Pilgrimage to Jerusalem in the year 1494.* M. M. Newett, ed. Manchester: Manchester University Press, 1907.
- CECCHETTI, B. *Delle fonti della statistica negli Archivi di Venezia.* In: *Atti del R. Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti*, 1, serie 4, 1871-1872. p. 1031-1050 .
- CESSI, R. (ed.). *Le Deliberazioni del Maggior Consiglio di Venezia,* Academia dei Lincei, Commissione per gli atti delle Assemblee costituzionali italiane. t. 1, Bologna, 1950; t. 2, Bologna, 1931; t. 3, Bologna, 1934.
- CODEX PUBLICORUM (*Codice del Piovego*), v. 1 (1282-1298), *Fonti per la storia di Venezia,* sez. I, Archivi pubblici, B. Lanfranchi Strina éd. Venezia, 1985; v. 2, Venezia, 2006.
- CORBIN, A. *Le miasme et la jonquille: l'odorat et l'imaginaire social, XVII^e-XIX^e siècle.* Paris: Aubier-Montaigne, 1986.
- COSTANTINI, M. *L'acqua di Venezia. L'approvvigionamento idrico della Serenissima.* Venezia: Arsenale, 1984.
- CROUZET-PAVAN, E. *Venise: une invention de la ville (XIII^e-XV^e siècle).* Seyssel: Champ Vallon, 1997.
- CROUZET-PAVAN, E. *Venise triomphante.* Les horizons d'un mythe. Paris: Albin Michel, 2001.
- CROUZET-PAVAN, E. *Les villes vivantes: Italie XIII^e-XV^e siècle.* Paris: Fayard, 2009.
- CROUZET-PAVAN, E. *Le Moyen Age de Venise. Des eaux salées au miracle de pierres.* Paris: Albin Michel, 2015.

- CROUZET-PAVAN, E. *La mort lente de Torcello. Histoire d'une cité disparue*. Paris: Albin Michel, 2017.
- DA POGGIBONSI FRÀ. *Viaggio da Venetia al Santo Sepolcro et al Monte Sinai*. Venezia, 1614.
- DE COMMYNES, Ph. *Mémoires. Historiens et chroniqueurs du Moyen Age*. Paris: Gallimard, 1942.
- DEL PANTA, L. et al. *La popolazione italiana del medioevo a oggi*. Rome, Bari: Laterza, 1996.
- DE VOISINS, P. *Voyage à Jérusalem de Philippe de Voisins, seigneur de Montaut*. Tamisey de Larroque (ed.). Paris: Honoré Champion, 1883.
- DIEDO, A. *Vere o sponde dei pozzi*. Esercitazioni dell'Ateneo Veneto. Venezia, 1841.
- DORIGO, W. *Venezia romanica. La formazione della città medioevale fino all'età gotica*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2003. 2 v.
- FELIX FABRI. *Les errances de Frère Félix, pèlerin en Terre sainte, en Arabie et en Égypte*, t. I: traités 1 et 2, éd. de Jean Meyers et Michel Tarayre. Paris: Classiques Garnier, 2014.
- FORTINI BROWN, P. *Venetian narrative paintings in the age of Carpaccio*. New Haven, London: Yales University Press, 1987.
- FRATRIS FELICIS. *Fabri Evagatorium in Terram Sanctam Arabiae et Aegypti peregrinations*. C. D. Hassler (ed.). Stuttgart: Bibliothek des Literarischen Vereins, 1843. v. 1.
- GADDONI, S. (ed.). *Statuti di Imola, secolo XIV*. (Corpus statutorum italicorum, XIII). Milano, 1932.
- GIANIGHIAN, G. Scarichi veneziani in epoca moderna: Canoni da acqua-Canoni da necessario. *Studi Veneziani*, n. 7, p. 161-183, 1983.
- GIL SOTRES, P. Les régimes de santé. In: GRIMEK, M. D. (ed.). *Histoire de la pensée médicale en Occident*. Paris: Le Seuil, 1995. t. 1: *Antiquité et Moyen Age*, p. 257-282.
- GINATEMPO, M.-SANDRI, L. *L'Italia della città. Il popolamento urbano tra Medioevo e Rinascimento (secoli XIII-XVI)*. Firenze: Le Lettere, 1990.
- GLI STATUTI VERONESI del 1276 colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. In: SANDRI, G. (ed.). *Monumenti storici par le Venezie*, Venezia, n. s., v. 3, 1940, l. 2.
- HENDERSON, J. Epidemics in Renaissance Florence. Medical Theory and Government Response. In: BULST. N.; DELORT, R. (ed.). *Maladies et société. XII^e-XVIII^e siècle*. Paris: Éditions CNRS, 1989. p. 165-185.
- LE VOYAGE de la saincte cyté de Hierusalem avec la description des lieux, ports, villes, citez et aultres passaiges, fait l'an mil quatre cens quatre vingt. In: SCHEFER, Ch. (ed.). *Recueil de voyages et de documents pour servir à l'histoire de la géographie depuis le XIII^e siècle jusqu'à la fin du XV^e siècle*. Paris: Ernest Leroux, 1882. p. 11-12.

LE VOYAGE de P. Barbatre à Jérusalem, 1480. P. Tucoo Chala; N. Pinzuti, édition critique d'un manuscrit inédit. *Annuaire-Bulletin de la Société de l'Histoire de France*, Éditions de Boccard, p. 75-172, 1972-1973.

LIBERALI, G. *Gli statuti del Comune di Treviso*: Monumenti storici pubblicati della Deputazione di storia patria per le Venezie. Venezia, 1951-1955. n. s., 4, 3 v.

LOMBARDO, A. (ed.). *Le Deliberazioni del Consiglio dei XL della Repubblica di Venezia*, v. I-III; Deputazione di storia patria per le Venezie, v. IX, XII, XX. Venezia, 1957-1967.

MALANIMA P. *L'economia italiana*: dalla crescita medievale alla crescita contemporanea. Bologna: Il Mulino, 2003.

MAZZARIOL, G.; PIGNATTI, T. *La pianta prospettica di Venezia del 1500 disegnata da Jacopo de Barbari*. Venezia: Cassa di Risparmio, 1962.

MAZZI, M. S. *Salute e società nel Medioevo*. Firenze: La Nuova Italia, 1978.

MORPUGO, E. Nuovi documenti di demografia veneta. *Atti del Regio Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti*, Venezia, 6, serie 5, 1879-1880.

MUELLER, R. C. Aspetti sociali ed economici della peste a Venezia nel medioevo. In: *Venezia e la peste 1348-1797*. Venezia: Comune di Venezia, Assessorato alla Cultura e alle Belle Arti, Marsilio Editore, 1979a. p. 71-76.

MUELLER, R. C. Peste e demografia. Medioevo e Rinascimento. In: *Venezia e la peste 1348-1797*. Venezia: Comune di Venezia, Assessorato alla Cultura e alle Belle Arti, Marsilio Editore, 1979b. p. 93-96.

MUSEO Civico Correr, Ms. Cicogna 2562 (3824), *Codex Publicorum (Codice del Piovego)*.

PIGNATTI, T. La pianta di Venezia di Jacopo de Barbari. *Bulletino dei Musei Civici Veneziani*, n. 1-2, p. 9-49, 1964.

ROMANELLI, G. D. Venezia tra l'oscurità degl'inchiostri, Cinque secoli di cartografia. In: BIADENE, S. (ed.). *Venezia, piante e vedute*. Venezia: Museo Correr, 1982.

ROSAND, D. *Venezia figurata*: the iconography of a myth, in interpretazioni veneziane. Studi di storia dell'arte in onore di Michelangelo Muraro. Venezia: Arsenale, 1984. N. Bulst; R. Delort éd., Part 9,s, op. cit., p. t., p. myheions. inédites principalement à Modène et à Mantoue.

SCHULZ, J. Jacopo de Barbari's view of Venice: map making city views and moralized geography before the Year 1500. *Art Bulletin*, p. 425-474, 1978.

SCHULZ, J. Maps as metaphors: mural maps cycles in the Italian Renaissance. In: WOORDWARD, D. (ed.). *Art and cartography*. Six historical essays. Chicago, London: Chicago University Press, 1987.

SEGUSO, A.-L. *Delle sponde marmoree o vere dei pozzi e degli antichi edifizi della Venezia marittima*. Venezia, 1859. BULST, N.; DELORT R. (éd.). Part9,s, op. cit., p. t., p. myheions. inédites principalement à Modène et à Mantoue., N. Bulst-R. Delort éd., Part9,s, op. cit., p. t., p. myheions. inédites principalement à Modène et à Mantoue., N. Bulst-R. Delort éd., Part9,s, op. cit., p. t., p. myheions. inédites principalement à Modène et à Mantoue.

TAFUR, P. Andanças é viajes per diversas partes del mundo (1435-1439). In: GINESTA, M.; ESPADA, J. de la (ed.). *Collection de libros espagnoles raros o curiosos*. Madrid, 1874. v. VIII.

TASSINI, G. Tre celebri vere di pozzo in Venezia. *Archivio Veneto*, 2, p. 442-447, 1871.

VIGARELLO, G. *Histoire des pratiques de santé. Le sain et le malsain depuis le Moyen Age*. 2. ed. Paris: Seuil, 1999.

ZOLI, A.; BERNICOLI, S. (ed.). *Statuto del secolo XIII del Comune di Ravenna*. Ravenna: Ravegnana, 1904.

A INVESTIGAÇÃO DA REDUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DO CIAM DE 1929

THE INVESTIGATION OF SPACE REDUCTION AS FROM CIAM OF 1929

LA INVESTIGACIÓN DE LA REDUCCIÓN DEL ESPACIO A PARTIR DEL CIAM DE 1929

Gabriela de Oliveira Riccio, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu
 E-mail: gabi.riccio@gmail.com

Paula de Vincenzo Fidelis Belfort Mattos, Doutora em História da Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu
 E-mail: prof.darte@gmail.com

Eneida de Almeida, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu
 E-mail: eneida.almeida@saojudas.br

Resumo

Este artigo faz parte de um estudo em desenvolvimento, vinculado à Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade São Judas Tadeu, que indaga a respeito dos motivos que podem ter contribuído para a redução do espaço da planta de apartamentos em São Paulo. O artigo parte de uma investigação cronológica da transformação da tipologia habitacional nas primeiras décadas do século XX, evidenciando os principais fatores relacionados à redução do espaço; em seguida, procura estabelecer relações entre as diretrizes do CIAM de Frankfurt de 1929 com a redução da área interna das habitações. Interessa investigar se há indicações de que este documento possa ter sido um impulsionador no repensar das dimensões dos ambientes, procurando relacioná-lo com as práticas e discussões exercidas no campo da arquitetura em São Paulo, por meio da análise de exemplos de unidades habitacionais construídas pós-CIAM de 1929.

Palavras-chave: CIAM; Habitação mínima; Industrialização; Apartamento; Quitinete.

Abstract

This article is part of a study under development, linked to the Master's Dissertation of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Architecture and Urbanism, at the University of São Judas Tadeu, which inquires about the reasons that may have contributed to the reduction

of space of the apartment building in São Paulo. The article is based on a chronological investigation of the transformation of the housing typology in the first decades of the 20th century, showing the main factors related to the reduction of space, and then seeks to establish relations between the Frankfurt CIAM guidelines of 1929 with this reduction of the internal area of the housing. It is interesting to investigate if there are indications that this document may have been a driver in the rethinking of the dimensions of the environments, trying to relate it to the practices and discussions practiced in the field of architecture in São Paulo, through the analysis of examples of housing units built after CIAM of 1929.

Keywords: CIAM; Minimum housing; Industrialization; Apartment; Kitchenette.

Resumen

Este artículo forma parte de un estudio en desarrollo, vinculado a la Disertación de Maestría del Programa de Postgrado Stricto Sensu en Arquitectura y Urbanismo, junto a la Universidad São Judas Tadeu, que indaga acerca de los motivos que pueden haber contribuido a la reducción del espacio de la planta de apartamentos en São Paulo. El artículo parte de una investigación cronológica de la transformación de la tipología habitacional en las primeras décadas del siglo XX, evidenciando los principales factores relacionados a la reducción del espacio, a continuación procura establecer relaciones entre las directrices del CIAM de Frankfurt, de 1929, con la reducción del área interna de las viviendas. Interesa investigar si hay indicaciones de que este documento puede haber sido un impulsor en el repensar de las dimensiones de los ambientes, buscando relacionarlo con las prácticas y discusiones ejercidas en el campo de la arquitectura en São Paulo, por medio del análisis de ejemplos de unidades habitacionales construidas después CIAM de 1929.

Palabras clave: CIAM; Vivienda mínima; Industrialización; Apartamento; Vivienda pequeña.

INTRODUÇÃO

A redução do espaço da unidade habitacional é um tema relevante que surge em São Paulo no início do século XX. Faz parte do debate que envolve as práticas exercidas no campo da arquitetura paulista, intrigando os que se dedicam ao desenvolvimento de habitações de qualidade. Essa discussão foi exposta durante o movimento moderno, no II Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), de 1929, realizado em Frankfurt, no qual foram analisadas as condições para a existência mínima, objetivando a redução dos espaços da habitação. Desse modo, o presente ensaio dedica-se a estabelecer conexões entre o CIAM de Frankfurt e a redução dos espaços das unidades habitacionais encontradas em São Paulo, buscando encontrar indícios da influência do Congresso na redução da área interna das habitações e identificar em que medida as questões discutidas naquele contexto tenham, em alguma medida, refletido na produção habitacional local.

Para isso, foram escolhidos dois exemplos de edifícios habitacionais paulistanos construídos no período pós-CIAM de 1929, considerados emblemáticos por autoras como Adriana Gurgel (2016) e Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2008): o Edifício Lívia Maria e o Edifício Copan, os dois localizados em áreas centrais da cidade, representativos das primeiras quitinetes aqui construídas.

O trabalho inicia-se com uma revisão bibliográfica, partindo dos textos escritos pelos oradores presentes no II CIAM, entre eles Ernst May (1929) e Le Corbusier (1929). A seguir, procura trazer o debate para tempos mais recentes, com a contribuição de Peter Hall (1995), e, por fim, busca complementar a análise dos pressupostos teóricos e históricos com a colaboração de autores do panorama nacional, como: Maria Cecília Naclério Homem (1984), Nadia Somekh (1997), Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2008), Adriana Gurgel (2016) e Raquel Rolnik (2017), que tratam de assuntos relacionados à verticalização, à produção habitacional e à redução do espaço interno das habitações.

O relato foi dividido em três seções: de início são analisados os fatos que antecederam o II CIAM; na sequência, apresenta o seu conteúdo, suas diretrizes, premissas e anseios; e, por fim, expõe uma análise das plantas das unidades habitacionais dos edifícios escolhidos, correlacionando-as com as doutrinas estabelecidas pelo Congresso. Concluindo o artigo, assinala o II CIAM como um dos instrumentos de propagação das pesquisas sobre a redução dos espaços habitacionais, e procura sugerir aproximações entre o que estabelecia em suas deliberações e as discussões exercidas na produção arquitetônica paulistana entre as décadas de 1930 e 1960.

RELATO DA REDUÇÃO DA ÁREA INTERNA DOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E POSSÍVEIS RELAÇÕES COM AS CONCEPÇÕES DO II CIAM

FATORES DESENCADEANTES

A racionalização dos espaços objetivando a produção de habitações mínimas é uma discussão relatada por Raquel Rolnik (2017) em um de seus artigos, no qual discute sobre os apartamentos lançados em 2017 em São Paulo, de pequenas dimensões. Segundo a autora: "Essa discussão é antiga. Foi lançada por arquitetos e urbanistas modernistas, no começo do século XX, ganhando especial relevância no período entreguerras" (ROLNIK, 2017, n.p.). Contudo, para entendermos melhor a questão de que, ao longo dos anos, os espaços das habitações tendem a ser cada vez menores,

precisamos situá-la a partir do seu surgimento e assinalar que a reformulação dos projetos habitacionais foi antecedida por remodelações urbanas que priorizavam os aspectos técnicos ligados às condições de mobilidade, salubridade e higiene. Esses últimos pressupostos confirmaram-se na concepção dos projetos da chamada habitação mínima.

Foi a partir da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII, caracterizada pela reformulação do trabalho e pela mecanização da produção, que as cidades passaram a ter um aumento populacional, uma vez que os indivíduos migraram do campo para a cidade, em busca de trabalho, provocando o aumento acentuado de moradores e a escassez de espaços. Dessa forma, a população, em especial a operária, passou a viver sob condições precárias, não higiênicas, abarrotada em um único cômodo (HALL, 1995, p. 18 e 20).

Essa situação gerou a preocupação das autoridades que, segundo Hall (1995), não estavam preocupadas com a classe operária em si, mas com os riscos que essas condições poderiam causar à classe burguesa, como, por exemplo, a proliferação de doenças. Logo, os líderes dos países europeus começaram a elaborar planos e leis para tentar resolver os problemas de superlotação das unidades habitacionais e os males que acometiam as cidades do século XIX.

Segundo Hall (1995), no ano de 1885, em Londres, foi criada a Comissão Real Britânica, que procurava resolver os problemas da superpopulação da cidade, realojando a classe trabalhadora em novos conjuntos arquitetônicos. Foram concebidos também novos planos de cidade. Um dos mais importantes foi o conceito de "Cidade Jardim", concebido entre 1880 e 1898 por Ebenezer Howard (1850-1928). Conforme assinala Gravagnuolo (1998), um dos principais objetivos dessa proposta foi estabelecer uma mediação pacífica entre a contraposição cidade/campo, assumindo os requisitos positivos de ambas as condições, isto é, as vantagens ambientais do habitat rural e a rede de intercâmbios sociais do habitat urbano (GRAVAGNUOLO, 1998, p. 79).

No século XIX, em Paris, as condições da cidade eram parecidas e os indivíduos habitavam moradias superlotadas. De 1894 a 1912, foram criadas legislações que permitiam a construção de habitações de baixo custo para as classes trabalhadoras. Também foram criados novos planos de cidade, como o de Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), que exemplificava a capacidade técnico-administrativa de modernização das cidades antigas, conferindo prioridade às redes viárias e de infraestrutura. Convém assinalar que o plano de remodelação do centro antigo destruía o tecido urbano histórico para dar lugar à nova configuração espacial definida pelos largos e longos *boulevards*, ladeados por edifícios de aspecto uniforme. De acordo com Gravagnuolo, os *grands travaux* oferecem modelos inéditos para os desenhos dos conjuntos de habitação, confiando ao sistema viário a função de traçado regulador da fenomenologia metropolitana (GRAVAGNUOLO, 1998, p. 44).

Em Nova York, no ano de 1890, inicia-se um processo de verticalização, com a construção de prédios de habitação coletiva que se espalhavam por toda parte, estimulados pela industrialização e imigração, habitados por pessoas de baixa renda. Aqui o planejamento dominador foi o movimento City Beautiful, de Daniel Burnham, movimento zoneador baseado no plano de Haussmann de Paris (HALL, 1995, p. 42 e 212). Pode-se indicar que intervenções estatais como essa correspondem aos primeiros passos a influir na criação de habitações menores, decorrentes de leis e planos, que alavancaram o desenvolvimento e a verticalização das cidades.

Nadia Somekh (1997), ao analisar o processo inicial de verticalização ocorrido na área central de São Paulo, descreve um fenômeno que tem na reprodução do capital o seu aspecto central, ancorado no desenvolvimento da indústria da construção civil e nas condições de valorização fundiária, impulsionado tanto pelo aumento da população quanto pela multiplicação do solo urbano. Nesse contexto, refere-se aos apartamentos residenciais como medida do aumento de produtividade e estímulo à “cidade como negócio”, defendida por Anhaia Melo, e ao “rendimento urbano”, como sugeriu Prestes Maia.

É possível afirmar que a disseminação do conceito de espaço mínimo tenha sido impulsionada em um primeiro momento pela superlotação das cidades. Outros aspectos relacionados à minimização dos espaços das habitações estariam associados ao período crítico do pós-Primeira Guerra Mundial: “O século 20 tem início com [...] prejuízos financeiros, restrições ao crédito e consequentemente a paralisação da construção de habitações nos territórios envolvidos no conflito [...]” (SILVA, 2006, p. 15). Essas condições estimularam o desenvolvimento racional na reconstrução das cidades “[...] e a implementação de projetos que utilizavam e buscavam novos materiais e métodos que colaborassem como facilitadores para uma produção estandardizada da habitação” (MENDONÇA, 2015, p. 34).

Assim, em 1928, com a criação do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), os arquitetos passaram a discutir, entre outras questões, a arquitetura como possível suporte de planejamento da cidade, buscando contemplar a igualdade social e econômica entre os indivíduos, priorizando questões relativas à salubridade e à segurança. Em 1929, com a realização do II CIAM, em Frankfurt, Alemanha, discutiu-se o tema “A existência mínima”, num contexto em que a racionalidade e o funcionalismo não deveriam ser encarados como princípios unicamente voltados à diminuição de custos. Passaram a ser considerados conceitos associados a uma nova forma de morar, em combinação com a adoção de critérios técnicos e construtivos associados à industrialização. Logo, o dimensionamento exíguo do espaço habitacional está vinculado à criação de ambientes que priorizassem questões relativas à saúde, segurança e conforto, objetivando a produção em massa, por meio da aplicação de métodos industriais, alcançando um grande número de pessoas em um curto período de tempo e espaço.

O II CIAM – DE 1929-1930 E AS QUESTÕES DEBATIDAS

O II Congresso Internacional de Arquitetura Moderna foi realizado em 1929 na cidade de Frankfurt, Alemanha, sob o título “Die Wohnung für das Existenzminimum” (Habitação para o mínimo nível de vida). A cidade-sede foi escolhida por apresentar uma relevante experiência de projetos baseados na racionalização do espaço (GURGEL, 2014; SILVA, 2006).

Os projetos que vinham sendo realizados em Frankfurt eram do arquiteto alemão Ernst May, convidado pela administração municipal para assumir o posto de arquiteto chefe em 1925. May reuniu uma equipe de arquitetos e iniciou um programa de desenvolvimento habitacional em larga escala, baseado na economia e velocidade da construção, usando formas simplificadas e elementos construtivos pré-fabricados. O programa priorizava o acesso igualitário à luz solar, ao ar e às áreas comuns; e facilitava a atividade doméstica, contando com uma cozinha projetada pela arquiteta

Grete Shutte¹, cujo funcionamento otimizado assumia papel de destaque no projeto. Em apenas cinco anos o programa de May produziu 15 mil unidades, diminuindo o déficit habitacional (FRAMPTON, 1997, p. 165-166).

Entretanto, as experiências praticadas por Ernst May trouxeram à tona outro problema com que se debatia na construção das habitações: o aumento do aluguel dos edifícios, o que obrigava a reduções de áreas nas unidades destinadas às classes de baixa renda.

Uma abordagem assim objetiva, reforçada pelas realidades dos custos da edificação, levou inevitavelmente à formulação de espaços padrão do “mínimo para a existência”, que se tornariam o polêmico tema do Congresso do CIAM de 1929, em Frankfurt (FRAMPTON, 1997, p. 166).

Dessa forma, a habitação mínima seria uma das melhores soluções para os problemas da superlotação das cidades e da redução de gastos com a habitação destinada à classe trabalhadora, tornando-se o tema central de discussão do II CIAM. Partia-se do princípio de que a moradia mínima deveria possibilitar a realização das atividades domésticas em espaços reduzidos funcionais e confortáveis, organizados para diminuir o tempo de cada atividade e dotados de iluminação e ventilação natural (GURGEL, 2016).

Com a utilização das novas tecnologias, acreditava-se que a industrialização dos componentes do projeto iria garantir maior igualdade entre as classes, incentivando a padronização dos elementos, o que comportaria a diminuição de custos na produção e o barateamento do valor final. Assim, seria ampliado o acesso à moradia, priorizando-se questões sociais.

Nesse sentido, pretendia-se que, por meio do Congresso, fossem formuladas normas que definiriam os padrões dimensionais mínimos, com base nessas questões levantadas. Segundo Somekh (1997, p. 78), o Congresso, sob orientação do arquiteto Ernst May, resultou em um dos documentos mais importantes sobre “Habitação para as necessidades mínimas”.

O programa do congresso consistia em quatro conferências e uma exposição com desenhos à mesma escala de projectos de habitação mínima em 26 cidades europeias e dos Estados Unidos, preparados por colaboradores de May. O tamanho das unidades expostas variava entre 29,5 a 76,5 m² para casas unifamiliares; 24,7 a 52,7 m² para unidades individuais em casas bifamiliares, e de 23 a 91,2 m² em unidades multifamiliares. Entre os oradores estavam Victor Bourgeois, Hans Schmidt, Le Corbusier e Walter Gropius [...] (GONÇALVES, 2013, p. 18).

Nesse encontro, os oradores ministraram palestras e discutiram sobre as necessidades básicas da família. Walter Gropius apresentou seu ensaio sobre habitação mínima: “Die Soziologischen Grundlagen der Minimalwohnung” (As bases sociológicas da habitação mínima), no qual elabora medidas para serem adotadas pelo governo no intuito de melhorar os projetos de habitação de caráter social, evitando o desperdício

¹ A arquiteta Grete Shutte desenvolveu um modelo de cozinha de máxima eficiência: “A Cozinha de Frankfurt”, que facilitaria o trabalho doméstico, economizando tempo para que a mulher se dedicasse ao trabalho fora do lar, ou seja, a era industrial não só revolucionou os modos de se viver, trazendo a população para as cidades, e de se morar, reduzindo o espaço habitável, mas também introduziu a mulher no mercado de trabalho fabril (FRAMPTON, 1997, p. 167).

de fundos públicos em apartamentos superdimensionados, determinando limites máximos para o tamanho das unidades, com o objetivo de "[...] reduzir o custo inicial das vias de circulação e serviços, facultar os terrenos para construção, arrebatá-los das mãos da especulação e liberalizar no possível os regulamentos da edificação" (GONÇALVES, 2013, p. 18).

A segunda apresentação, de Victor Bourgeois, abordou as implicações da taylorização no trabalho doméstico no planejamento de cada unidade e a de Schmidt teve como título *Críticas e Melhoramentos nos Regulamentos de Construção Vigentes Relativamente à Habitação Mínima* (GONÇALVES, 2013, p. 20).

A última exposição foi uma leitura feita por Pierre Jeanneret do ensaio de Le Corbusier, intitulado "Análise dos elementos fundamentais do problema da habitação mínima". Tratava-se da concepção de uma habitação com espaços mínimos para se viver, pautada na aplicação de métodos industriais que garantiriam sua padronização e, como consequência, a diminuição dos custos na produção e maior democratização dos novos modelos habitacionais: "Precisamos encontrar e aplicar novos métodos, métodos claros que nos permitam elaborar planos úteis para o lar, prestando-se naturalmente à padronização, à industrialização e à taylorização".²

A taylorização, ou administração científica da atividade produtiva, foi um modelo criado pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) que objetivava o aumento da eficiência na produção industrial em nível operacional. Consistia em diminuir o tempo da execução das tarefas por intermédio da padronização dos métodos, do controle das atividades e da racionalização do trabalho. Isso explica o porquê de Le Corbusier querer utilizar a taylorização como método na produção de moradias, dado que o recurso garantiria naturalmente a velocidade da construção.

Le Corbusier sugeria ainda a restrição do espaço, mediante a redução dos cômodos e da circulação entre eles. "Uma exata e rápida circulação econômica é a chave da arquitetura contemporânea. As funções precisas da vida doméstica requerem várias áreas cujo conteúdo mínimo pode ser determinado com precisão".³

Outra questão importante relacionada a esse debate, observada por Gurgel (2016), é que o programa mínimo de se morar, apresentado pelo CIAM, alterava também o funcionamento de algumas atividades. Certos afazeres antes realizados em espaços privados, como cozinha e lavanderia, foram transferidos para espaços comuns ou semipúblicos, com o objetivo de redução ainda maior do espaço privativo das habitações. Portanto, a implantação das células mínimas deveria ser pensada de modo a compensar a redução da área nas unidades, ou seja, os espaços semipúblicos deveriam ser desenhados para compensar a redução, contando com equipamentos de serviço como cozinhas e lavanderias, e áreas de lazer como jardins e praças. Isso, segundo Gurgel (2016), contribuiu para a criação das habitações tipo quatinete, desprovidas de espaços destinados a esses usos variados, reprogramados como espaços de usos coletivos (GURGEL, 2016, p. 13-14)

[...] A palavra quatinete relaciona-se assim diretamente ao espaço da casa, que com os modernos, passou por grande reformulação

² We must find and apply new methods, clear methods allowing us to work out useful plans for the home, lending themselves naturally to standardization, industrialization, Taylorization (LE CORBUSIER, 1929, n.p., tradução nossa).

³ An exact, economic rapid circulation is the key to contemporary architecture. The precise functions of domestic life require various areas whose minimum content can be quite precisely determined (LE CORBUSIER, 1929, n.p., tradução nossa).

a fim de adequar-se aos novos modos de vida decorrentes da industrialização. O surgimento da quitinete como programa mínimo do morar relaciona-se à grande demanda por habitação decorrente do acelerado e desordenado crescimento das cidades [...] (GURGEL, 2016, p. 12).

O II CIAM DE 1929 PODE TER SIDO UMA REFERÊNCIA NAS PRÁTICAS E DISCUSSÕES EXERCIDAS NO CAMPO DA ARQUITETURA EM SÃO PAULO?

Com base no que foi exposto, pode-se entender como ocorreu a diminuição dos espaços nos cenários europeu e norte-americano. Em São Paulo também foram observados os mesmos fenômenos decorrentes do período industrial. Aqui, a preocupação com o dimensionamento das áreas vem ocorrendo desde 1929, quando se cria uma legislação regulamentadora do crescimento urbano e da ocupação do solo, representada pelo Código de Obras Arthur Saboya, de 19 de novembro de 1929, Lei n. 3.427.

Na segunda metade do século XIX, a economia cafeeira foi o fator que desencadeou o desenvolvimento acelerado da capital paulista, fazendo com que essa atividade atraísse capitais estrangeiros que instalaram a rede ferroviária, ligando São Paulo às regiões produtoras de café. O incentivo estrangeiro aos negócios gerou atividades urbanas, estimulando a migração para a cidade e criando as condições necessárias ao desenvolvimento industrial. De 1907 a 1926 houve um aumento significativo do parque industrial paulista. Isso desencadeou um aumento populacional considerável na região central de São Paulo, que de 47.697 habitantes em 1886, passou para 200.000 no início do século XX, muitos deles imigrantes (SOMEKH, 1997, p. 66; HOMEM, 1984). Logo, uma das soluções encontradas para resolver os problemas gerados pela superlotação da cidade foi a verticalização. Desse modo, conforme Somekh (1997), na década de 1920, consolidou-se a criação de novos espaços, gerando uma verticalização dos edifícios destinados ao setor terciário da economia, num momento em que a cidade tendia a reproduzir padrões urbanísticos europeus, em concomitância com a ampliação da divisão técnica do trabalho gerada pelas novas atividades industriais. Já em 1939, agora com influência americana, a verticalização passou a ser residencial, facilitada pela disseminação do uso do concreto e da implantação de elevadores.

Outro fato importante a se destacar é que justamente no período pós-CIAM de 1929 surgiram as primeiras quitinetes de São Paulo e, como já comentado, esse tipo de habitação relaciona-se diretamente com as ideias do II CIAM. A título de demonstração, serão apresentados a seguir dois casos emblemáticos dos aspectos levantados até aqui: o Edifício Lívia Maria e o Edifício Copan.

De início, é apresentado o Edifício Lívia Maria (Figura 1), por ser um exemplo de conjunto habitacional que continha em seu programa quitinetes e que “[...] constitui um dos mais característicos projetos de apartamentos residenciais daqueles anos” (PINHEIRO, 2008, n.p.). Inaugurado em 1939, localizado na Avenida São João, esquina com a Rua Timbiras, foi projetado pelo escritório H. S. Caiuby.

O edifício de uso misto era destinado à renda, construído em lote irregular de esquina, sem recuos frontais ou laterais, evidenciando a preocupação em ocupar a maior área possível do terreno no térreo (Figura 2). É constituído por 11 andares, cada um apresentando três tipologias: uma composta por sala, quarto e banheiro

(três unidades), sendo essas as quitinetes (Figura 3); as outras duas têm programas compostos por sala de estar, cozinha, banheiros e número de quartos variados (Figura 3). A variação de tipologias compostas por tamanhos e ambientes diferentes em um mesmo andar é característica das décadas de 1930 e 1940, pós-industrialização, cujo programa habitacional vertical e sua clientela se encontravam ainda indefinidos. Desse modo, buscava-se atender às expectativas de um novo mercado (PINHEIRO, 2008, n.p.).



Figura 1: Edifício Lívia Maria, Avenida São João esquina com Rua Timbiras.

Fonte: Gabriela Riccio (2019).

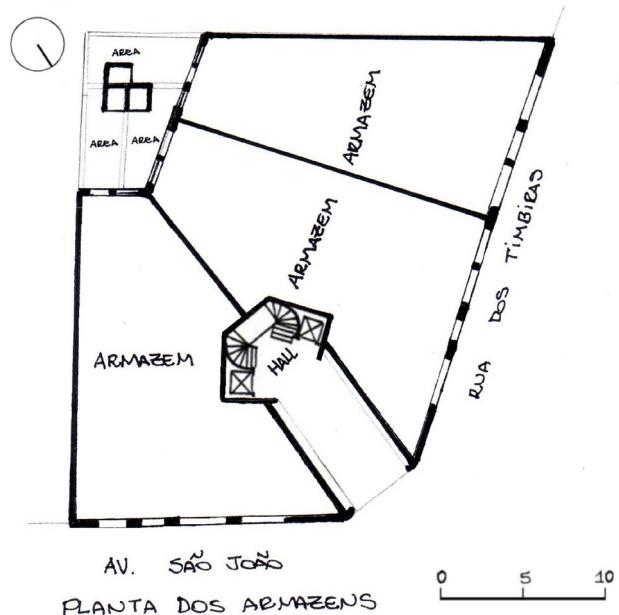


Figura 2: Reprodução da planta do Pavimento dos Armazéns do Edifício Lívia Maria.

Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio com base em Caiuby (1939, p. 19).

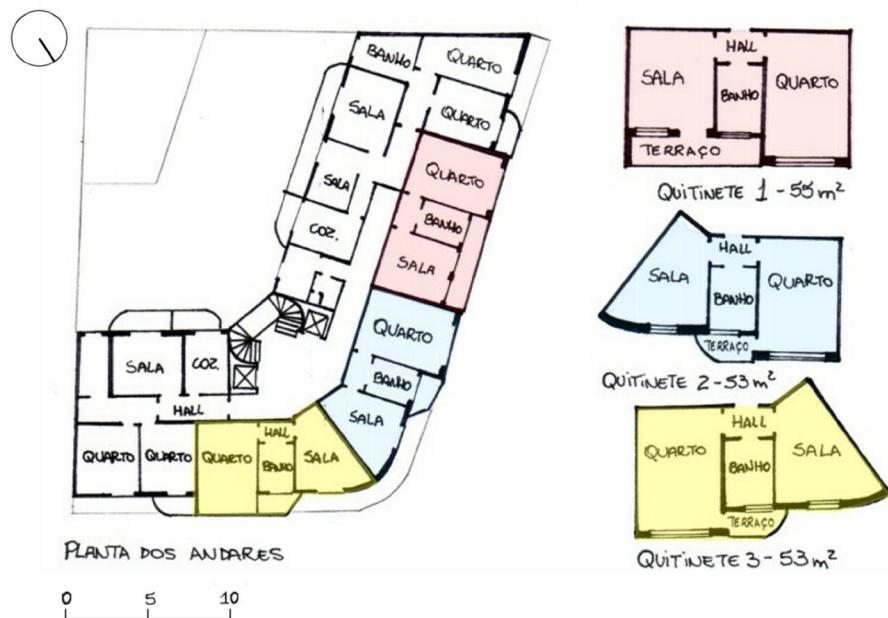


Figura 3: Reprodução da planta do Pavimento tipo do Edifício Lívia Maria.

Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio com base em Caiuby (1939, p. 19).

Com relação à habitação do tipo quitinete, objeto de estudo, é possível observar a inexistência de cozinha e área de serviço. Segundo Pinheiro (2008), essa condição é verificada em um número significativo de apartamentos residenciais desse período. Havendo a inexistência dessas áreas, o local onde se faziam as refeições e a higienização das roupas estava usualmente fora do espaço privado, em restaurantes, pensões e lavanderias avulsas (PINHEIRO, 2008, n.p.). Isso denota evidente aproximação com a quitinete do CIAM de 1929, que priorizava a realização de atividades domésticas antes realizadas em espaços privados, como cozinha e lavanderias, agora retiradas do espaço da unidade, com o objetivo de redução ainda maior do espaço interno das habitações.

Esse tipo de projeto foi aprovado em São Paulo, segundo Lemos (1978), como “econômicos”:

[...] destinados aos solteiros ou casais sem filhos, que passassem o dia no trabalho. Foram inspirados nos apartamentos de quarto e banheiro dos hotéis [...]. A prefeitura aceitou esse programa [...] e passou a aprová-los em quantidade, com uma condição, porém: não podiam possuir cozinhas diretamente acessíveis pelos quartos ou banheiros. Providência inútil [...] deixavam pontos de gás e de água clandestinos destinados às kitchenettes dos futuros usuários (LEMOS, 1978, p. 159).

No entanto, “A arquitetura moderna em São Paulo [...] manifesta-se ainda timidamente nos edifícios altos” (SOMEKH, 1997, p. 152). O Edifício Lívia Maria possuía quitinetes com áreas superdimensionadas, tendo unidades de 58 m². Segundo Somekh (1997, p. 14), isso se devia ao regulamento contido no primeiro código de obras de 1929, que

impunha dimensões mínimas para os ambientes. A redução efetiva dos espaços das unidades em si, do ambiente que os compõem e que é o tema central do II CIAM, só veio a ocorrer posteriormente.

A esse respeito, esclarece Lemos (1978):

[...] Os códigos de obras foram, aos poucos, se conformando com a realidade e abrandando as exigências mínimas, os pés direitos começaram a diminuir, abaixando as casas, economizando tijolos, reduzindo as alturas das janelas e portas, áreas dos cômodos minguaram [...]. Os programas se alteraram (LEMOS, 1978, p. 17).

Dois fatores colaboraram para a viabilização comercial das quitinetes: de início, uma leve redução na medida mínima dos ambientes especificada no Código de 1955, que permitiu construir unidades menores; e ainda [...] uma alteração na legislação passou a permitir a comercialização legal da quitinete como produto imobiliário [...]” (GURGEL, 2016, p. 14).

O Edifício Copan (figuras 4-5), localizado na Avenida Ipiranga, próximo à Praça da República, centro de São Paulo, inaugurado em 1966, também teve seu programa marcado pela multiplicidade de usos e diferentes configurações das unidades. Contou com apartamentos de dois e três quartos, conjugados de quarto e sala e quase 50% da área do edifício ocupada por quitinetes com dimensões de até 37 m² (Figura 6), nas quais é possível notar a redução efetiva do espaço, se comparada à quitinete do Edifício Lívia Maria.



Figura 4: Edifício Copan, visto do alto.

Fonte: RenattodSousa, fotógrafo (2004).



Figura 5: Edifício Copan, visto da Avenida Ipiranga.

Fonte: Renatto Sousa, fotógrafo (2002).

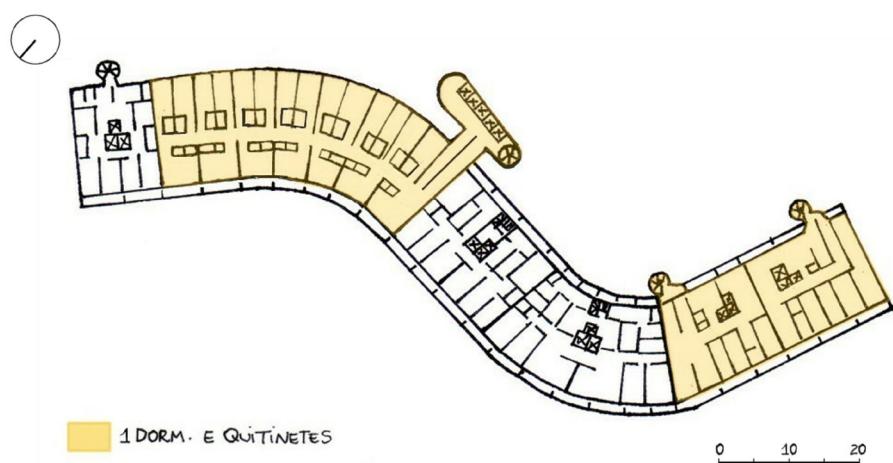


Figura 6: Reprodução da planta do Pavimento tipo do Edifício Copan.

Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio, com base em Gurgel (2016, p. 16).

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com colaboração de Carlos Lemos, o Edifício Copan possui 1.160 moradias, divididas em seis blocos de 32 pavimentos. Insere-se em forma de S (figuras 4-6) sobre o terreno, abrigando no térreo estabelecimentos comerciais e de serviço. Denota, mais uma vez, a aproximação aos conceitos estabelecidos pelo II CIAM, já que proporcionava em sua configuração inicial espaços semipúblicos desenhados para compensar a redução da área privativa dos apartamentos, com equipamentos de serviço como restaurantes, lojas, padarias, cinema etc.

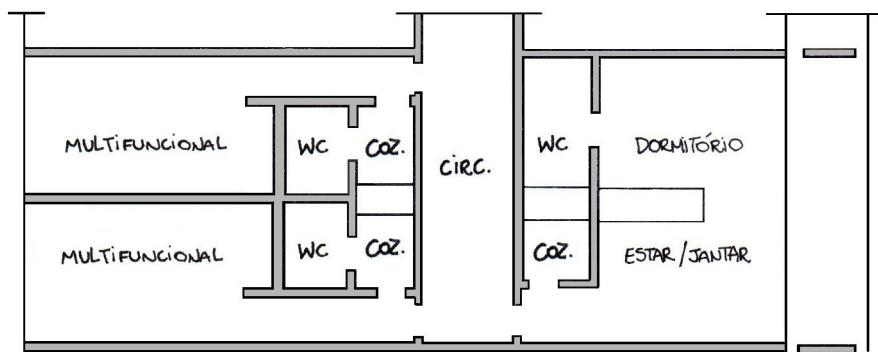


Figura 7: Reprodução do Bloco B, quatinete e apartamento de um dormitório do Edifício Copan.
Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio com base em Gurgel (2016, p. 18).

Tratando especificamente das unidades do tipo quatinetes, essas possuem 37 m². É possível notar, por meio da observação da planta (Figura 7), que são caracterizadas por áreas consideradas exíguas para a época e pela sobreposição de funções domésticas, contando com um espaço denominado multifuncional (uma das principais metas estabelecidas pelo CIAM de 1929). Os banheiros possuem ventilação e iluminação indireta, diferente do Edifício Lívia Maria, contando ainda com pequenas cozinhas que possuem aberturas para um fosso. Essas unidades configuravam-se como um programa de morar adequado a imigrantes recém-chegados, solteiros e indivíduos que procurassem moradia próxima ao local de trabalho.

Portanto, com base nos casos expostos, e com o auxílio do texto de Gurgel (2016), pode-se estabelecer uma relação entre as investigações sobre o *Existenzminimum* e os modelos das quatinetes:

O *Existenzminimum* e a quatinete brasileira aproximam-se, portanto, na busca pela definição do espaço mínimo de moradia [...] Ao surgir no mercado imobiliário brasileiro, a quatinete se relaciona com o acelerado crescimento das grandes cidades e a verticalização de suas áreas centrais. Volta-se principalmente para locação, atendendo o segmento formado em sua maioria por solteiros ou jovens casais, estudantes, trabalhadores em busca de ocupação ou início de carreira. [...] Esta tipologia apresenta entre 25 e 40 m² de área total (SILVA, 2018, p. 149), limitando excessos de qualquer ordem característica que, assim como no *Existenzminimum*, favorecia a execução de atividades domésticas de limpeza e manutenção [...] (GURGEL, 2016, p. 15).

Entretanto, os primeiros edifícios residenciais paulistanos eram destinados à locação. Com uma visão concentrada na rentabilidade, o proprietário-rentista, mediante a multiplicação do solo urbano, esperava obter o máximo de lucro possível (PINHEIRO, 2008, n.p.). Segundo Somekh, “Essa é a diferença com o urbanismo paulistano, que abarca a maioria dos conceitos do modernismo, [...] porém, exclui claramente a questão social” (SOMEKH, 1997, p. 160).

CONSIDERAÇÕES

Com base nos estudos realizados, conclui-se que um dos principais fatores impulsionadores da minimização dos espaços foi a superlotação das cidades causada pela industrialização, somada aos preços dos aluguéis extremamente altos. O II Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo, na tentativa de enfrentar esses problemas, propagou as pesquisas relacionadas à redução do espaço interno das habitações, em concomitância com a investigação acerca dos novos modos de morar compatíveis com o ambiente urbano da era industrial, difundindo a ideia de habitações mínimas, associadas à racionalização dos processos construtivos.

É possível afirmar que muitas das ideias, diretrizes, premissas e anseios discutidos no II CIAM, estão presentes na arquitetura dos edifícios Lívia Maria e Copan. São eles: a utilização de novas tecnologias empregadas na construção (uso do concreto armado), a redução das áreas de circulação, a criação de espaços de uso multifuncional, o repositionamento de áreas de serviços que são inseridas no espaço comum ou semipúblico e a valorização desses espaços.

No tocante às questões sociais, o objetivo do Congresso era produzir habitações mínimas em grande escala para dar abrigo à população que se encontrava abarrotada nos centros das grandes cidades, e ou em vilas operárias sob condições insalubres, situadas nas periferias. Nesse sentido, os idealizadores do II CIAM eram motivados por questões sociais ao formular diretrizes e normas para os novos padrões dimensionais mínimos dos ambientes, preocupados com a melhora de vida dos cidadãos, procurando criar projetos que priorizassem saúde, segurança e aspectos psicológicos da vida do indivíduo. Aspiravam que o uso das novas tecnologias vinculadas à industrialização dos elementos construtivos pudesse garantir tanto a diminuição dos custos quanto a padronização dos modelos, o que asseguraria uma democratização do acesso a moradias de melhor qualidade, pelo barateamento do valor final, o que confirmava a tentativa de resolver não só o problema habitacional, mas também o social. Essas preocupações têm algo em comum com o chamado socialismo utópico, responsável pelas utopias urbanas do século XIX, baseadas em comunidades residenciais surgidas à margem das concentrações industriais, promovidas por iniciativas de alguns mecenatas pautados por novos códigos éticos e de comportamento.

É certamente nesse ponto que a arquitetura habitacional paulistana mais se distancia do II CIAM. Em São Paulo, os agentes imobiliários se apropriaram dos principais conceitos da habitação mínima, ignorando as questões sociais. Aqui, a redução do espaço foi pautada na obtenção de maiores lucros, mediante a locação de mais unidades, que seriam concebidas por meio da redução do espaço das unidades combinada à multiplicação do solo urbano e à valorização fundiária.

REFERÊNCIAS

- CAIUBY, E. H. S. *Prédio "Lívia Maria". Acrópole*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 19-26, mar. 1939. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GONÇALVES, I. J. *O habitar mínimo*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora, 2013.
- GRAVAGNUOLO, B. *Historia del urbanismo en Europa, 1750-1960*. Madrid: Akal, 1998.
- GURGEL, A. *Morar/habitar: cidades inventadas*. In: FERRARA, L. D. A. (org.). *Cidade, entre mediações e interações*. São Paulo: Editora Paulus, 2016. p. 12-31.
- HALL, P. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HOMEM, M. C. N. *O prédio Martinelli: a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.
- LE CORBUSIER. *Analysis of the fundamental elements of the problem of "The minimum house"*. 1929. Disponível em: <https://modernistarchitecture.wordpress.com/2011/09/14/le-corbusier-%E2%80%99s-%E2%80%9Ciam-2-1929%E2%80%9D-1929/>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- LEMOS, C. A. C. *Cozinhas e etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MAY, E. *Die Wohnung für das Existenzminimum. Das Neue Frankfurt*, Alemanha: Heidelberg: Universitäts bibliothek, v. 3, n. 1, p. 209-217, jan. 1929. Disponível em: https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/neue_frankfurt1929/0343/image. Acesso em: 22 maio 2018.
- MENDONÇA, R. N. *Apartamentos mínimos contemporâneos: análises e reflexões para obtenção de sua qualidade*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.
- PINHEIRO, M. L. B. *Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 16, n. 1, Scielo, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 6 jun. 2018.
- ROLNIK, R. *Apartamentos de 10 m²: mínimo necessário ou lucro máximo?* 2017. Disponível: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/08/21/apartamentos-de-10-m%C2%B2-minimo-necessario-ou-lucro-maximo/>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- SÃO PAULO (Município). Lei n. 3.427, de 19 de novembro de 1929. Código de Obras Arthur Saboya. São Paulo: Leis Municipais, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.PAULO/LEI-3427-1929-SAO-PAULO-SP.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.

SÃO PAULO (Município). Lei n. 4.615, de 13 de janeiro de 1955. Regula as Condições Gerais das Edificações. São Paulo: Leis Municipais, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1955/461/4615/lei-ordinaria-n-4615-1955-regula-as-condicoes-gerais-das-edificacoes>. Acesso em: 9 jun. 2018.

SILVA, R. D. *Habitação mínima na primeira metade do século 20*. 2006. Monografia (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo-USP, 2006.

SOMEKH, N. *Trinta anos de urbanismo em São Paulo: teoria e ação*. Arquitextos, São Paulo, ano 12, n. 143.00, Vitruvius, abr. 2012. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4324>. Acesso em: 1 out. 2019.

SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Studio Nobel, Edusp, Fapesp, 1997.

Evolução do projeto de plantas de apartamentos em Curitiba: uma análise da obra do arquiteto Elgson Ribeiro Gomes

Evolution of apartment's plant design in Curitiba: an analysis of the works of architect Elgson Ribeiro Gomes

Evolución del diseño de plantas de apartamentos en Curitiba: un análisis de la obra del arquitecto Elgson Ribeiro Gomes

Fabiano Borba Viana, Doutor e mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP). Pesquisador visitante na Delft University of Technology (TU DELFT). Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Professor assistente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Arquiteto e urbanista no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Foi colaborador do escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados. Atuação na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano, Projeto Urbano e Projeto de Arquitetura.

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar elementos para analisar a evolução do projeto de plantas de apartamentos em Curitiba, com ênfase na obra do arquiteto Elgson Ribeiro Gomes. Considera-se o aparecimento dos primeiros projetos de apartamentos na cidade e a transição para um momento de maior especialização dos seus autores, com evolução qualitativa no desenho das plantas. O método considera uma dupla estratégia, com abordagem bibliográfica e analítica, a partir do mapeamento das plantas e do seu redesenho sintético na forma de diagramas. A análise de plantas possibilita identificar diferentes elementos de desenho e aumentar a compreensão sobre as razões de suas alterações ao longo do tempo.

Palavras-chave: Apartamentos; Edifícios residenciais; Habitação, Tipologia, Verticalização.

Abstract

The aim of this essay is to identify elements to analyze the evolution of plant design of apartment in Curitiba, with emphasis on the work of architect Elgson Ribeiro Gomes. It is considered the early designs of apartments in the city, and the transition to a moment of

greater specialization of its authors, with qualitative evolution in the design of plants. The method considers a double strategy, with bibliographical and analytical approach, from mapping of the plants to their redesign in the form of synthetic diagrams. Plant analysis makes it possible to identify different design elements and increase understanding of the reasons for their changes over time.

Keywords: Apartments; Residential buildings; Housing; Typology; Verticalization.

Resumen

El objetivo de este artículo es identificar elementos para analizar la evolución del diseño de plantas de apartamentos en Curitiba, con énfasis en la obra del arquitecto Elgson Ribeiro Gomes. Se considera la aparición de los primeros proyectos de apartamentos en la ciudad y la transición a un momento de mayor especialización de sus autores, con evolución cualitativa en el diseño de las plantas. El método considera una doble estrategia, con abordaje bibliográfico y analítico, a partir del mapeo de las plantas y de su rediseño sintético en forma de diagramas. El análisis de plantas permite identificar diferentes elementos de diseño y aumentar la comprensión sobre las razones de sus cambios a lo largo del tiempo.

Palabras Clave: Apartamentos; Edificios residenciales; Vivienda; Tipología; Verticalización.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apontar elementos para analisar a evolução do projeto de plantas de apartamentos em Curitiba. Considera-se o desenvolvimento dos primeiros edifícios de apartamentos na cidade e a transição para um momento de maior especialização do seu projeto, a partir de uma análise das plantas das unidades. Enfatiza-se, para efeito de comparação qualitativa nesse processo, a obra do arquiteto Elgson Ribeiro Gomes, cuja produção entre os anos de 1950 e 1980 pode ser considerada quantitativamente expressiva na cidade de Curitiba e por evidenciar uma transição qualitativa no resultado dos projetos nesse período, quando comparada com a produção imediatamente anterior na cidade.

As plantas dos apartamentos são estudadas segundo aspectos que tratam sobre o nível físico da unidade habitacional e seus espaços e compartimentos, com ênfase na distribuição funcional. A leitura é feita a partir do desenho de diagramas de análise funcional e diagramas de distribuição de unidades por pavimento. A coleta de dados, com o mapeamento das plantas dos apartamentos, foi realizada a partir de pesquisa nas plantas dos alvarás de construção do acervo do Arquivo Público de Curitiba, todavia, consideram-se também fontes diversas com plantas coletadas em livros, pesquisas e material de divulgação dos apartamentos. Posteriormente, amostras selecionadas de plantas foram redesenhadadas na forma de diagramas sintéticos.

O método de análise considera os diagramas de distribuição funcional representados a partir de quatro marcações gráficas: a) convívio íntimo; b) convívio social; c) serviços; d) varanda/terraço. O método proporciona avaliar, com a leitura dos diagramas, parâmetros projetuais como: proporção entre cada setor; integração entre os setores; relação entre os compartimentos; polivalência no uso dos compartimentos; áreas de estocagem; fluxos e circulações. Os diagramas de distribuição de unidades por pavimento, por sua vez, possibilitam avaliar: relação entre núcleo de circulação vertical e as unidades habitacionais; relação entre as unidades e o perímetro da edificação; circulação horizontal entre unidades; número de unidades por pavimento.

Importa esclarecer que a pesquisa trata de análise gráfica, com recurso visual de leitura das plantas, pois não se teve a preocupação de comparar medidas e áreas dos ambientes. Compreende-se que esse método de análise é complementar a outras formas de investigação do projeto de plantas, pois não se pretende esgotar as possibilidades de avaliação dos desenhos. Entretanto, o método possibilita identificar elementos de projeto, proporcionando a comparação entre diferentes plantas.

TRANSFORMAÇÃO URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL

Nos anos de 1940, concomitante ao plano elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache para Curitiba (BOLETIM PMC, 1943), surgem novos valores urbanos na cidade, com reflexo na escala e no porte das novas construções, momento em que edifícios de maior altura começam a surgir na paisagem curitibana, com destaque para os edifícios de apartamentos. Fruto de um desenvolvimento urbano tardio quando comparada com os grandes centros urbanos do país, percebe-se inicialmente em Curitiba, pelos projetos analisados, certo anacronismo no desenvolvimento arquitetônico dos primeiros edifícios de apartamentos, fato que será revertido com maior contundência a partir da fundação do curso de arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1962.

Todavia, os projetos de apartamentos do arquiteto Elgson Ribeiro Gomes ganham relevância por apresentarem uma transição qualitativa nos processos de projeto entre os anos de 1950 e 1960 em Curitiba, em razão de sua formação como arquiteto na Universidade Mackenzie, em São Paulo e, também, em razão dos conhecimentos adquiridos do período em que trabalhou no escritório de Adolf Franz Heep, entre 1949 e 1958 (GOMES, 2012). Considera-se que a figura profissional do arquiteto Elgson Gomes representou em Curitiba um momento de conjunção entre a grande produção do mercado imobiliário local e o desenvolvimento de pesquisa acadêmica, por ter sido o autor também professor de arquitetura e urbanismo na UFPR desde o início do curso, em 1962, até sua aposentadoria da atividade docente.

Numa apreciação quanto ao quadro nacional, deve-se considerar que nos anos de 1940 ocorreram importantes transformações urbanas nas principais cidades do país, com intervenções do Estado no setor habitacional. Destaca-se a produção de moradias vinculadas aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), a criação da Fundação da Casa Popular e a promulgação da Lei do Inquilinato, com o congelamento dos aluguéis durante o Estado Novo do governo Getúlio Vargas (BONDUKI, 1998). Na cidade de São Paulo, o projeto de edifícios residenciais formou seus primeiros exemplares ainda em meados da década de 1920, quando tem início o processo de verticalização na cidade, com a peculiaridade de serem os primeiros apartamentos destinados basicamente ao aluguel. A planta das unidades, no início, ainda procurava reproduzir a rígida setorização das casas da época, sendo que os projetos eram moldados conforme os estilos e preferências de cada momento (LEMOS, 1990).

Ao descrever a evolução desse processo, Carlos Lemos assinala a importância da instituição da Lei do Inquilinato como responsável por uma transformação na tipologia do edifício residencial, em razão da desvantagem financeira decorrente da economia rentista. Segundo o autor, com a promulgação da lei em 1942, a construção de edifícios para aluguel praticamente parou de existir, sendo a classe média a mais afetada devido à carência de novas habitações destinadas a ela. Esse dispositivo legal, que congelou os aluguéis, fez surgir a presença do especulador imobiliário, figura que passou a atuar como um “condicionador de gostos e preferências arquitetônicas” (LEMOS, 1990, p. 57).

Nestor Goulart Reis Filho (2014) também descreve, referindo-se à década de 1930, o surgimento dos edifícios de apartamentos. Os edifícios eram resolvidos como as casas da época, e não como um problema novo. Repetiam as soluções de planta das casas isoladas e a própria implantação no lote urbano, com a preocupação de ornamentar a fachada junto à rua acompanhando os estilismos do momento. Segue o autor:

Os novos tipos de edificação conservariam os mesmos lotes e os mesmos esquemas de relacionamento com esses, como as antigas habitações, cujos terrenos tinham vindo ocupar. Torturavam-se então as plantas, a tentar conciliar os velhos esquemas com as novas estruturas. Ocupando-se novamente dois ou três dos limites laterais dos terrenos, sobravam as áreas internas como solução para arejamento e iluminação dos vários compartimentos afastados da rua (REIS FILHO, 2014, p. 79).

INÍCIO DA VERTICALIZAÇÃO EM CURITIBA

Em Curitiba, o quadro nacional terá repercussão local principalmente a partir da década de 1940, com destaque para o período de vigor econômico que o Estado do Paraná registrava em razão da expansão da economia cafeeira. Porém, já nos anos de 1930 surge um edifício relevante na esfera regional. Localizado em lote de esquina no prolongamento da Rua XV de Novembro, na Avenida Luiz Xavier, ergue-se em 1933 o Edifício Garcez, de autoria do engenheiro João Moreira Garcez (GNOATO, 2009). Com nove pavimentos de altura, o edifício é considerado o primeiro arranha-céu de Curitiba, sendo que introduziu técnicas construtivas e materiais ainda incomuns para as práticas locais. Inicialmente pensado para comportar um hotel, o Edifício Garcez acabou sendo utilizado para escritórios comerciais, estabelecendo um marco na paisagem curitibana, destacando visualmente a ligação entre a Rua XV de Novembro e a Praça Osório.

Outro edifício de importância local está localizado em lote de esquina em frente à Praça Tiradentes, ao lado da Catedral Matriz. O edifício residencial Nossa Senhora da Luz, projetado em 1940, é formado por térreo comercial e sete pavimentos, com seis apartamentos por pavimento. O corpo da torre utiliza todo o perímetro do lote, como uma extrusão de sua área repetida sete vezes, com vazio interno tipo fosso de ventilação para as áreas de serviços das unidades residenciais. As unidades possuem um terraço de serviços voltado para este vazio no interior do lote. O terraço de serviços como uma área residual da planta é comum nos primeiros apartamentos, um arranjo espacial advindo da setorização típica das residências unifamiliares e que será repetido nas plantas dos apartamentos do período.

O arquiteto Elgson Ribeiro Gomes descreve, conforme declarou em palestra no IAB-PR em 1995, que acompanhou a execução do Edifício Nossa Senhora da Luz como funcionário da construtora Surugi & Colli, ainda como estudante de engenharia, na função de apontador de obras, sendo que o projetista da construtora, responsável pelo projeto do edifício, tinha *status* de arquiteto, porém, sem titulação formal (GOMES, 2012).

Também é um exemplar representativo o Edifício Pizzato, de 1940, implantado em frente ao Parque Passeio Público de Curitiba. O edifício apresenta solução em lote de esquina com desenho de balcão curvo de transição entre as duas fachadas principais no alinhamento predial. Esse desenho, com balcão de ligação a formar a dobra do edifício na esquina, é recorrente no período. A própria escolha dos terrenos para construção, em lotes de esquina, propicia o dimensionamento de áreas de convívio, com salas e quartos voltados às duas fachadas principais no alinhamento predial, ocultando e comprimindo áreas de serviços para o interior do lote.

A despeito da presença de uma circulação vertical comum a distribuir acesso a várias unidades residenciais, percebe-se nesses primeiros edifícios de apartamentos uma segmentação funcional de planta ainda similar ao observado nas casas térreas, com áreas sociais à frente e áreas de serviços localizadas no interior do lote. O edifício em lote de meio de quadra, mais complexo de projetar em razão de suas duas fachadas cegas de divisa lateral do lote, só irá aparecer em Curitiba uma década depois, numa evolução dos processos de projeto.

A partir dos anos de 1950, deve-se considerar maior interferência da legislação urbana na produção da habitação coletiva. Conforme aponta Salvador Gnoato

(2009), o Plano Agache já especificava um código de obras, sobre o qual, em 1953, surge a lei que dispõe a respeito do Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba. A lei refere-se também ao zoneamento, sendo que atualiza um conjunto de ordenamentos que continha decretos e leis ainda do início do século, incompatíveis com a nova dinâmica urbana.

Um dos projetistas de destaque no âmbito curitibano será Romeu Paulo da Costa, que estudou engenharia civil na Universidade Federal do Paraná e desenvolveu, entre outros, o projeto do Edifício Banco Comercial do Paraná, em 1953, da Sinagoga Francisco Frischmann, em 1959, e da Escola Barão do Rio Branco, em 1961. É autor também do projeto da Biblioteca Pública do Paraná, em 1951, edifício construído no domínio das comemorações do centenário da emancipação política do Estado do Paraná (SUTIL; GNOATO, 2004). O edifício residencial Marumby, projetado pelo engenheiro em 1947, tornou-se o edifício mais alto da cidade na época, com 13 pavimentos.

O Edifício Marumby (Figura 1) possui quatro unidades por pavimento, com vazio central de ventilação e iluminação. Pelo desenho da planta do pavimento tipo, percebe-se que o núcleo de circulação vertical, acoplado às unidades de modo a contornar o vazio central, tem funcionamento similar a um anexo. Com relação à análise do diagrama da planta de uma unidade do Edifício Marumby, verifica-se também a presença do terraço de serviços em área privativa externa ao apartamento, aberta, sendo que funciona como circulação e acesso ao quarto de auxiliar doméstico, ao banheiro de serviço e à cozinha.



Figura 1: A) Projeto de João Moreira Garcez, Edifício Garcez, 1933; B) Projeto da construtora Surugi & Colli, Edifício Nossa Senhora da Luz, 1940; C) Projeto de Romeu Paulo da Costa, Edifício Marumby, 1947.

Fonte: Fotos do autor.

Também de autoria de Romeu Paulo da Costa, o Edifício Ângela Perrone, de 1950, segue solução semelhante à do Edifício Marumby, com extrusão de um terreno de esquina no eixo histórico da Rua Riachuelo. O edifício sobrepõe pavimentos que ocupam quase a totalidade da área do lote, com a solução de esquina com balcão curvo de ligação entre as duas fachadas do edifício, a exemplo dos projetos já mencionados.

Ao se comparar o arranjo interno das unidades, percebe-se no Edifício Ângela Perrone, por meio da leitura dos diagramas, a separação bem definida entre os setores – social, íntimo e serviços –, mantendo fosso de iluminação formado parcialmente

pela empêna lateral do edifício vizinho, além do terraço de serviços aberto em área privativa externa (Figura 2). Áreas de convívio social e íntimas estão voltadas para o alinhamento predial e espaços de serviços com terraço estão comprimidos no interior do lote, formando uma disposição espacial que revela hierarquia social de fluxos e ambientes.

Ressalta-se, também, que as normas técnicas de instalações prediais e normatização de segurança para edificações de vários pavimentos ainda são rudimentares nesse período, principalmente relacionadas aos sistemas de aquecimento de água, fornecimento de gás, ao sistema de escada protegida de emergência e, ainda, à coleta e depósito de resíduos. Ao longo do tempo, a evolução das normas técnicas terá impacto no dimensionamento das plantas de apartamentos.



Figura 2: Diagramas com unidades por pavimento e distribuição funcional das unidades 4 e 1, respectivamente. A) Edifício Marumby, 1947; B) Edifício Ângela Perrone, 1950.
Fonte: Elaborado pelo autor.

TRANSIÇÃO QUALITATIVA DO PROJETO DE PLANTAS DE APARTAMENTOS

O edifício-sede do antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi) pode ser considerado paradigmático para a realidade da arquitetura de Curitiba. Localizado na esquina oposta da mesma quadra do Edifício Marumby, ambos na Rua XV de Novembro, foi projetado em 1955 por Ulisses Burlamaqui. Formado no Rio de Janeiro, Burlamaqui possuía um grau de especialização muito superior à prática arquitetônica curitibana do período. O edifício de uso misto é formado por dois corpos principais, com parte inferior com área para escritórios sobreposta por torre em forma de edifício laminar com apartamentos. Apesar de situar-se em lote de esquina, a implantação das massas rompe com o desenho característico dos edifícios antecessores, eliminando o tradicional balcão curvo na dobra das fachadas. Brises tipo colmeia de geometria quadrada destacam o embasamento do edifício, reforçando visualmente a separação funcional do projeto (Figura 3).

Com modulação estrutural formada por apenas duas linhas paralelas de pilares e balanços nos dois lados no sentido transversal, dois núcleos de circulação vertical servem duas unidades habitacionais cada. No projeto do Iapi há clara separação entre estrutura e vedações, o que proporciona liberdade espacial da compartimentação interna e fachada livre, com grandes esquadrias de vidro. Os apartamentos têm cozinha compacta com copa para refeições correntes, instalações sanitárias com dutos de ventilação – tecnicamente mais eficientes do que os antigos vazios com fosso – e dimensionamento de áreas de estocagem com previsão de armário embutido.

Com três quartos, a modulação estrutural permite polivalência no uso, com possibilidade de reversão de ambientes de forma a integrar um quarto à sala, por exemplo, ou mesmo à área do depósito, com ligação prevista pela área de serviços e que pode ser transformada como ampliação do espaço de convívio. Nesse edifício, percebe-se com nitidez um salto qualitativo no projeto de apartamentos em Curitiba, por demonstrar um repertório arquitetônico, pode-se dizer, até então inédito na capital paranaense.

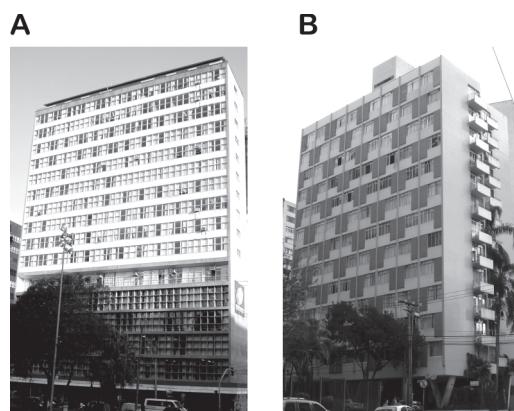


Figura 3: A) Projeto de Ulisses Burlamaqui, Edifício Iapi, 1955; B) Projeto de André Masini, Edifício Anita, 1961.

Fonte: Fotos do autor.

Dois edifícios residenciais projetados pelo engenheiro André Masini merecem ser destacados no período de transição para o momento de maior especialização do projeto de apartamentos verificado nos anos de 1960. O primeiro é o Edifício Brasílio de Araújo, de 1960, uma edificação que estabelece um marco na paisagem urbana da Rua Visconde de Nácar, no centro da cidade. O corpo do edifício é dividido em três volumes prismáticos de alturas diferentes, interligados por dois núcleos de circulação vertical entre eles. O volume frontal apoia-se em pilotis, liberando área de jardim com espelho d'água no térreo com ligação à rua, criando um espaço integrado que qualifica a paisagem árida do centro da cidade. Um painel de arte na fachada principal, montado em mosaico de vidro, completa a relação entre espaço público e privado que o edifício estabelece, numa liberalidade espacial fruto de uma época em que os edifícios ainda não estavam fortificados com muros e guaritas de segurança.

O segundo projeto de autoria de Masini a destacar, o Edifício Anita, de 1961, tem localização de esquina com pilotis em forma de "V", e também jardim e painel de arte de mosaicos no térreo. O prédio é formado por dois blocos prismáticos deslocados em meio nível de altura um do outro. Dessa forma, um único núcleo de circulação

vertical atende os dois blocos, cada um com seu elevador, porém, com escada comum, com acesso das unidades pelos patamares intermediários, compactando ao máximo o núcleo de circulação vertical que alimenta quatro unidades por pavimento.

A verificação do diagrama de distribuição funcional de uma unidade do Edifício Anita revela o desenho de área de serviços tipo corredor, também com ligação à cozinha, ao quarto de auxiliar doméstico e ao banheiro de serviço, porém, não mais em terraço aberto no fosso de ventilação, como observado nos edifícios Marumby e Ângela Perrone. O diagrama revela que a unidade com três dormitórios tem apenas um banheiro, sendo que a área de convívio social é dividida em dois ambientes parcialmente integrados, com possibilidade de utilização como uma grande área contínua, ou divididos em sala de estar e sala de jantar, mediados por divisórias de correr (Figura 4). Destaca-se, ainda, a relação entre a modulação estrutural e o dimensionamento dos compartimentos internos, com flexibilidade espacial entre os ambientes e o desenho de uma fachada neutra, com repetição de elementos.

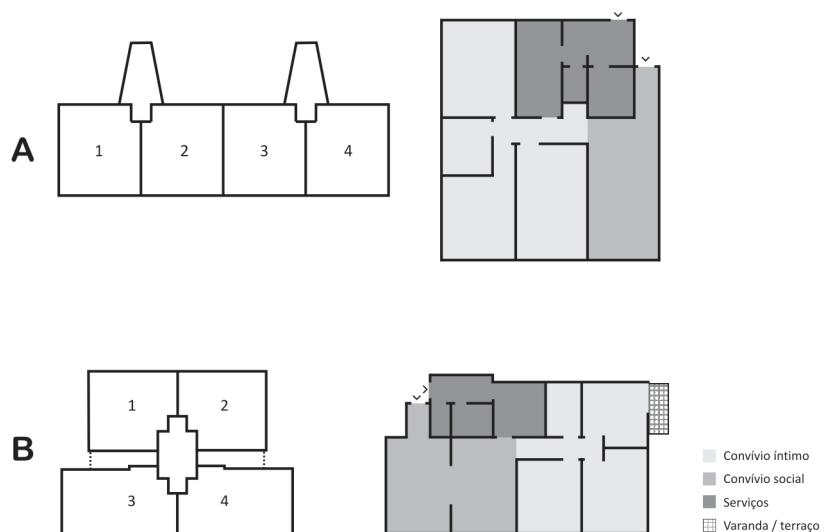


Figura 4: Diagramas com unidades por pavimento e distribuição funcional das unidades 1 e 4, respectivamente. A) Ulisses Burlamaqui, Edifício Iapi, 1955; B) André Masini, Edifício Anita, 1961
Fonte: Elaborado pelo autor.

A implantação em dois blocos do Edifício Anita, com desnível entre eles apesar do terreno plano, possibilitou criar uma área interna, vedada parcialmente com elementos vazados, local em que se localiza o espaço de serviços das unidades. Trata-se de uma evolução dos antigos fossos de iluminação e ventilação, sendo que o desnível criado desalinha as janelas das duas torres, garantindo maior privacidade dos apartamentos, de forma a minimizar os efeitos negativos da proximidade entre os dois prismas. Na setorização da planta da unidade, a concentração da coluna hidráulica inclui o banheiro da área íntima, localizado na divisa com a cozinha. Pelo conjunto de soluções de projeto, comprehende-se que a obra de André Masini demonstra potencial para ser investigada e aprofundada em novas pesquisas, pois seus projetos estão praticamente ausentes da literatura que trata da arquitetura de Curitiba.

ANÁLISE DE PLANTAS DE ELGSON RIBEIRO GOMES

Nos anos iniciais da década de 1960, surgem em Curitiba os primeiros edifícios residenciais projetados pelo arquiteto Elgson Ribeiro Gomes, que acabava de retornar à cidade após uma década de estudos e trabalho na cidade de São Paulo. Cita-se, como exemplo desses primeiros projetos, os edifícios América e Canadá, ambos de 1960, e os edifícios Alvorada e Itália, ambos de 1961. Elgson Gomes teve uma atuação profissional intensa que resultou em mais de duas centenas de obras construídas, conjugando a prática projetual em escritório com a atuação docente, como professor do curso de arquitetura da UFPR.

Após cursar engenharia civil na UFPR, Elgson Gomes estudou, conforme já mencionado, na Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, em São Paulo, e trabalhou no escritório do arquiteto Adolf Franz Heep. Ao retornar a Curitiba no final dos anos de 1950, Elgson Gomes tinha formação e experiência cultural superior à encontrada na esfera local para atuar em arquitetura, de modo que introduziu uma nova concepção profissional no mercado curitibano, por meio da prática em escritório de arquitetura. Importa destacar dois projetos que Elgson Gomes desenvolveu em coautoria com Franz Heep no Paraná: o Edifício Souza Naves, de 1953, em Curitiba; e o conjunto Mapi, de 1957, em Caiobá, no litoral paranaense (GNOATO, 1997).

Ao se analisarem os diagramas de planta do Edifício Itália, percebe-se uma tipologia com seis unidades por pavimento, contemplando apartamentos com dois e três dormitórios, uma variação dimensional que procura atender a um programa habitacional sintonizado a diferentes arranjos familiares, principalmente famílias com menor número de membros e com variações de renda. O diagrama de análise da unidade com dois dormitórios revela, a partir de um vestíbulo de distribuição, um espaço de convívio alargado que centraliza os demais ambientes. Um único banheiro ventilado por duto serve a todo o apartamento. A área de serviços é desenhada como uma extensão da cozinha de formato linear que, por sua vez, é acessada diretamente pelo vestíbulo de entrada, único acesso da unidade.

O núcleo de serviços dessa unidade do Edifício Itália é posicionado na fachada principal do edifício, formando um elemento de composição com varanda e elementos vazados, e não mais em terraço em área residual confinada no interior do lote, como se observa nas plantas dos edifícios da fase inicial de verticalização. Por atender famílias com faixas de renda diferentes, trata-se de uma unidade habitacional compacta, sem a existência do quarto de auxiliar doméstico. Cabe ressaltar a atenção ao detalhamento das esquadrias, janelas com amplas áreas de iluminação e ventilação, além de floreiras que criam textura e qualificam ambientalmente a fachada, que é levemente curvada e com geometria que segue a forma irregular do lote. Evidencia-se, ainda, a mediação da arquitetura com o partido estrutural modular, a formar uma viga de transição no térreo como elemento de composição entre a base e a torre (Figura 5).

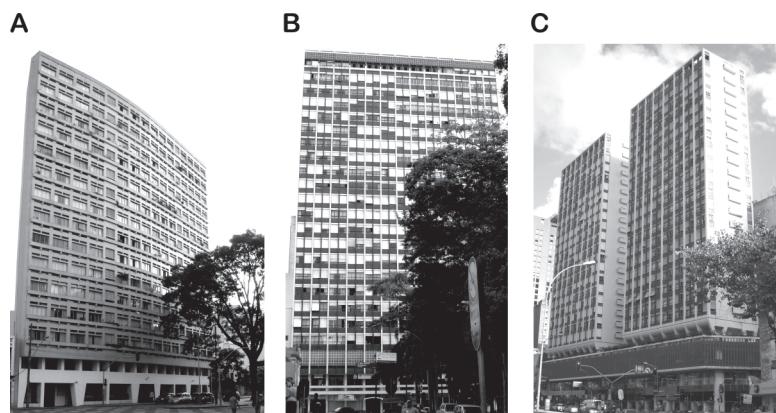


Figura 5: Projetos de Elgson Ribeiro Gomes. A) Edifício Itália, 1961; B) Edifício André de Barros, 1968; C) Edifício Gemini, 1970.
Fonte: Fotos do autor.

A partir do ano de 1962, com a criação do curso de arquitetura da UFPR, inaugura-se um momento promissor da arquitetura de Curitiba, período denominado por Alberto Xavier (1985, p. XIV) como “a fase de transformação”. No domínio da criação do curso de arquitetura, diversos arquitetos se instalaram na cidade, com atuação profissional em diferentes programas e tipologias arquitetônicas, num momento de grande crescimento urbano. A tipologia do edifício de apartamentos, da mesma maneira, foi bastante desenvolvida pelos arquitetos desse período. Elgson Gomes, conforme mencionado, já estava atuando profissionalmente em Curitiba e realizará, a partir desse momento, sua produção mais contundente de projetos de apartamentos.

Outro projeto relevante de Elgson Gomes está localizado em lote de esquina frontal à Praça Osório. Trata-se do Edifício André de Barros, de 1968, projeto que atende a um programa habitacional com apartamentos de três dormitórios. Nessa planta, percebe-se pelo diagrama de análise a distribuição dos arranjos internos determinada pela modulação da estrutura, que se revela com ritmo regular na fachada principal da edificação. Dois sanitários atendem os três dormitórios, sendo o dimensionamento da suíte menor do que o do banheiro de uso coletivo, seguindo uma lógica funcional, uma vez que aquela é utilizada apenas pelo casal. Os dois banheiros têm ventilação indireta através da área de serviços disposta em forma de corredor. Na planta do pavimento percebe-se a dobra do corpo principal do edifício acompanhando a esquina do lote, de forma a maximizar os espaços de convívio dos apartamentos, aproveitando a melhor orientação solar e visuais para a Praça Osório, ao mesmo tempo que comprime os ambientes de serviços localizados na parte posterior da edificação.

Um dos exemplares mais emblemáticos projetados por Elgson Gomes, em razão de suas perspectivas visuais no centro da cidade, é o Edifício Gemini, de 1970, que fica localizado em lote de esquina com face para três ruas no centro da cidade. Suas duas torres nascem a partir de um único volume translúcido com garagem, formado por elementos vazados desenhados pelo arquiteto. O corpo das torres transmite leveza em razão da soltura dos prismas em relação à base da garagem, a revelar os pilares em “V” na junção. Todo o conjunto apoia-se em uma caixa de vidro que forma a frente comercial junto à rua, evidenciando a laje em balanço da garagem.

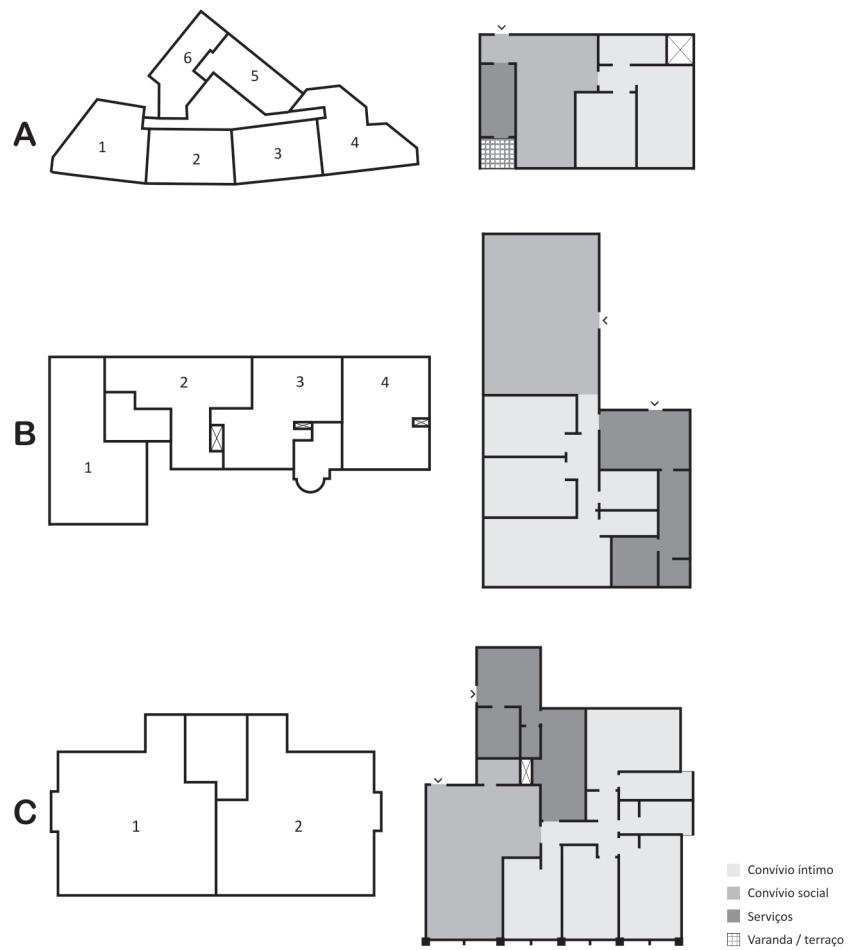


Figura 6: Diagramas com unidades por pavimento e distribuição funcional das unidades 2, 1 e 2, respectivamente. A) Edifício Itália, 1961; B) Edifício André de Barros, 1968; C) Edifício Gemini, 1970. Fonte: Elaborado pelo autor.

O sistema estrutural do Edifício Gemini, formado por pilares em concreto armado com modulação revelada na fachada principal do edifício, determina a distribuição interna dos ambientes, sofrendo leve alargamento no vão estrutural para compor a sala principal da unidade, conforme se observa pelo diagrama de análise (Figura 6). Cada torre possui um conjunto de circulação vertical para duas unidades com quatro dormitórios. Cabe ressaltar, também, o tratamento das empenas laterais, com aberturas e pequenos balcões de iluminação dos banheiros, soltos do plano da fachada lateral, um recurso muito utilizado no repertório de projetos do arquiteto. O detalhamento das empenas laterais, raramente cegas, pode ser observado em diversos projetos do autor.

Na planta do Gemini, nota-se a proporção de dois banheiros para quatro dormitórios, sendo uma suíte. Atenta-se, também, para o fato de o banheiro maior e equipado com banheira não estar localizado na suíte. Seu uso é comum aos demais moradores, a exemplo do Edifício André de Barros. O bidê ainda é um equipamento sanitário presente no desenho dos banheiros, e áreas de estocagem, como despensas e armários embutidos nos dormitórios, fazem parte da preocupação do arquiteto,

sendo dimensionados na planta. O lavabo junto à sala principal, inexistente nos primeiros apartamentos relatados anteriormente, passa a ter presença recorrente nos projetos para padrões de renda similares do período.

Percebe-se, pelo diagrama de distribuição funcional da planta do Edifício Gemini que, exceto a suíte, os três outros dormitórios têm dimensionamento decrescente à medida que se aproximam da sala de estar. O quarto menor, na divisa com a sala, tem função polivalente e pode ser utilizado como uma sala íntima, escritório ou, ainda, revertido e incorporado à sala, a formar um grande espaço comum. A área de serviços da unidade forma um ambiente autônomo, diferentemente do modelo em formato de corredor. A área de serviço tipo corredor é um arranjo comum em projetos de apartamentos do mesmo período e pode ser observada, por exemplo, na planta da unidade do Edifício André de Barros.

SISTEMATIZAÇÃO DE PLANTAS DE ELGSON RIBEIRO GOMES

Além das grandes torres de forte impacto visual no centro da cidade, Elgson Gomes também projetou edifícios de menor tamanho, menos conhecidos pela localização afastada da região central. O arquiteto utilizou uma vasta gama de tipologias de projeto (Figura 7), sintetizadas em razão do cruzamento de três sistemas principais: a) necessidades programáticas; b) imposições da legislação; c) condicionantes do sítio.



Figura 7: Projetos de Elgson Ribeiro Gomes. A) Edifício Canadá, 1960; B) Edifício Leonor Moreira Garcez, 1971; C) Edifício Buriti, 1976.

Fonte: Fotos do autor.

O método resultou num repertório de elementos-tipos, assegurando um desenho característico das unidades habitacionais, independentemente de suas dimensões ou faixa de renda a que se destinam. Assim, podem-se indicar seus edifícios de apartamentos divididos em quatro categorias principais, segundo o partido adotado:

- 1) Prisma autônomo: torre solta das divisas, com circulação vertical central ou deslocada à sua face posterior. Exemplos de edifícios: Canadá (1960), Valência (1967), Maurício Thá (1967), Dom Pedro II (1968), Gemini (1970), Parque das Graças (1971), José Biscaia (1974).

2) Edifício laminar: disposição linear com implantação em meio de quadra ou esquina. Exemplos de edifícios: Paraná (1962), Baeta de Faria (1966), Buriti (1976).

3) Modelagem do terreno: extrusão do lote com dobras e recuos no volume. Exemplos de edifícios: América (1960), Alvorada (1961), Itália (1961), Colombo (1965), Barão do Cerro Azul (1966), Veneza (1967), André de Barros (1968), Carolina (1970), Leonor Moreira Garcez (1971), Rosy (1975).

4) Barras paralelas interligadas: dois edifícios laminares paralelos com circulação por ponte de ligação. Como variação em alguns casos, elementos vazados envolvem o conjunto a formar um único volume. Exemplos de edifícios: Kennedy (1967), Fernão Dias (1969), Pedro Álvares Cabral (1973).

Um projeto de destaque do autor encontra-se nos edifícios Maurício Thá e Veneza, de 1967 (Figura 8). Ambos são desenhados como um único projeto, determinando, porém, edifícios independentes a partir da junção de duas tipologias diferentes num mesmo lote, ou seja: prisma autônomo e modelagem do terreno.



Figura 8: Projetos de Elgson Ribeiro Gomes. A) Vista do Edifício Maurício Thá; B) Vista do Edifício Veneza; C) Detalhe da junção entre os dois edifícios.

Fonte: Fotos do autor.

Cada edifício atende a programas habitacionais diferentes e segmentos comerciais diversos. O Edifício Maurício Thá (prisma autônomo) é desenhado como uma torre, com núcleo de circulação vertical conectado a duas unidades de três dormitórios por pavimento. A análise de sua planta revela uma área de serviços com disposição em corredor, uma reinterpretação dos antigos terraços de serviços, porém, fechado com elementos vazados. Sala e quartos acompanham a modulação regular da estrutura, com destaque para os pequenos volumes de iluminação dos banheiros que sobressaem na composição da empena lateral.

Já o Edifício Veneza (modelagem do terreno) tem unidades de padrão comercial mais modesto e menor dimensão, com cinco apartamentos por pavimento acessados através de balcão de circulação lateral semiaberto. A disposição das unidades em leque, semelhante à planta dos edifícios Itália e Barão do Cerro Azul, novamente é utilizada para formar um edifício curvo, com interior crescente em direção às aberturas da fachada. O desenho resultante aumenta a visibilidade do interior dos apartamentos ao maciço vegetal do Parque Passeio Público, frontal ao lote. A área de serviços é desenhada como uma pequena extensão da cozinha que, junto ao banheiro, tem ventilação indireta pelo balcão de circulação horizontal. A fachada

neutra, com repetição de esquadrias e estrutura modular, possibilita alterações de planta com integração entre sala, quarto e cozinha, a partir da simples supressão de paredes (Figura 9).

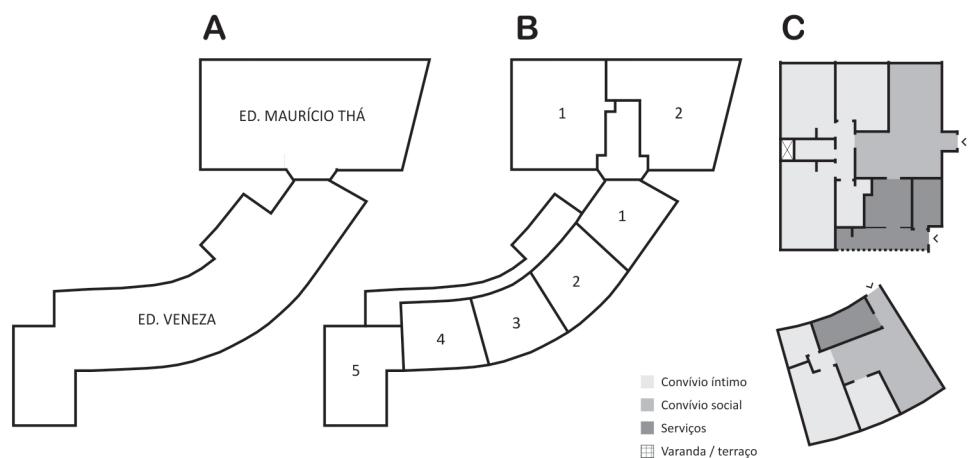


Figura 9: Edifício Maurício Thá e Edifício Veneza, 1967. A) Diagrama de implantação; B) Diagrama com unidades por pavimento nos dois edifícios; C) Diagramas com distribuição funcional das unidades 1 e 3, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Da forma como foram concebidos, os dois edifícios, em conjunto, abrigam grande diversidade de arranjos familiares, a partir de um programa habitacional em sintonia com as transformações demográficas que já demonstravam evidências em Curitiba no final da década de 1960. Cumpre destacar, ainda, o volume da garagem do Edifício Maurício Thá. Fechado por membrana de elementos vazados de concreto, seu corpo dobra a esquina e forma a base do Edifício Veneza, com desenho que cria uma junção entre as torres. Aliado aos pilotis e jardim junto à rua, na esquina, o conjunto cria um contexto urbano que estabelece relação de qualidade com o espaço público, diferentemente dos blocos de garagem opacos que também surgem em edifícios no centro da cidade, em um período anterior à regulamentação de leis de uso do solo para disciplinar o encontro do edifício com a rua.

O Edifício Buriti, de 1976, último projeto de Elgson Gomes a ser analisado, relaciona em sua concepção os principais elementos do repertório do arquiteto, transpostos aqui em um edifício de apenas quatro pavimentos, localizado em área residencial de um bairro periférico ao centro da cidade. Possui duas unidades por pavimento, com apartamentos de três e quatro dormitórios. Neste último, o diagrama de planta revela uma ampla sala de estar como centro ordenador do espaço, com diferencial de possuir um quarto ligado diretamente à sala. Esse ambiente, que pode ser reversível, integrando-se com a sala, também tem função de escritório ou local de estudo, ou, ainda, pode servir como dormitório para um agregado familiar (Figura 10). Trata-se de um espaço polivalente, a ser utilizado conforme as transformações oriundas do ciclo de uma família, adaptando seu uso ao longo do tempo.

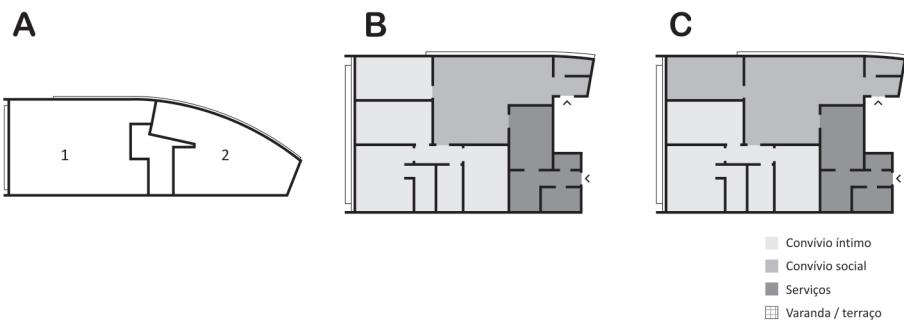


Figura 10: Edifício Buriti, 1976. A) Diagrama com unidades por pavimento; B) Diagrama com distribuição funcional da unidade 1; C) Alternativa de distribuição funcional.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Implantado em lote de meio de quadra, o partido do projeto emerge como um pequeno edifício laminar, levemente curvado em uma face devido à acomodação ao perímetro do terreno, com estreitamento em direção ao fundo do lote. Verifica-se, ainda, especificação de grandes esquadrias, relação entre estrutura e compartimentos internos, floreiras na fachada e elementos vazados de concreto, repertório de elementos comum a outros projetos do arquiteto. Não obstante a repercussão emblemática de seus projetos na forma de grandes torres no centro da cidade, pode-se inferir que Elgson Gomes revela, com o projeto do Edifício Buriti, quase uma síntese de suas posturas projetuais relacionadas a edifícios de apartamentos, atribuindo-lhe relevância a despeito de sua pequena escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo reúne elementos para analisar a evolução do projeto de plantas de apartamentos em Curitiba, no período do surgimento dessa tipologia na cidade. A análise apoia-se no mapeamento dos projetos e no seu redesenho no formato de diagramas de plantas, referenciando edifícios emblemáticos que surgiram na região central da cidade. A pesquisa enfatiza as plantas dos apartamentos projetados pelo arquiteto Elgson Ribeiro Gomes, sistematizando sua obra. Assim, consideram-se as seguintes questões a partir da observação dos dados levantados nas amostras analisadas:

a) Inicialmente, na década de 1940, as plantas dos apartamentos eram basicamente desenvolvidas a partir da extrusão total do lote urbano, preferencialmente em lotes de esquina, a criar uma clara divisão entre áreas frontais, mais qualificadas ambientalmente, e áreas residuais internas, com espaços de serviços confinados com fosso de ventilação e iluminação; desenho de balcão curvo na dobra da esquina; área privativa externa com terraço de serviços no interior do lote, com acesso ao dormitório e banheiro de auxiliar doméstico; constata-se certo anacronismo entre a produção de apartamentos em Curitiba e o projeto de apartamentos no mesmo período realizados em outros centros urbanos do país, especialmente os produzidos na esfera dos IAPs; alterações no código de obras e normatizações do uso do solo ainda incipientes; projeto de instalações técnicas com pouca regulamentação.

b) Registra-se, na década de 1950, uma transformação qualitativa dos projetos, por autores com maior nível de instrução e experiência em arquitetura; plantas

desenvolvidas com melhor abordagem técnica, a conferir maior mediação entre arquitetura e engenharias; espaço interior dos apartamentos dimensionado com amplitude espacial dos compartimentos, porém, ainda com divisão em setores estanques; surgem áreas de serviços localizadas no interior da unidade e até na fachada principal do edifício, com disposição como corredor ou como uma extensão da cozinha; expressão estrutural como recurso plástico, com estrutura revelada na fachada e modulação relacionada ao dimensionamento dos arranjos internos; um único banheiro atende unidades habitacionais com até três dormitórios.

c) Autores como Ulisses Burlamaqui, responsável pelo projeto do Edifício Iapi em 1955; e André Masini, projetista dos edifícios Brasílio de Araújo, em 1960, e Anita, em 1961, são considerados paradigmáticos na produção arquitetônica de Curitiba, por introduzirem novas concepções de plantas de apartamentos, diferenciando-as dos projetos precedentes observados na cidade.

d) O arquiteto Elgson Ribeiro Gomes atuou em projetos com grande variação do programa residencial, com soluções vinculadas a um repertório de elementos-tipo, recombinação de acordo com as necessidades de cada projeto; alterações do programa habitacional vinculadas com variações do perfil demográfico e renda, para atendimento a diferentes arranjos familiares, com desenho de unidades menores e sem dormitório de auxiliar doméstico; áreas de estocagem, como armários embutidos e despensas, são dimensionados em planta; mediação entre partido estrutural e dimensionamento dos arranjos internos; surgem experiências de projeto que proporcionam maior polivalência no uso dos ambientes; aproximação entre a experimentação projetual e a grande produção do mercado imobiliário.

Finalmente, cabe mencionar que, conforme apontado por pesquisas científicas, existe uma relação direta entre a qualidade da habitação e a qualidade de vida dos moradores, ou seja, a habitação impacta a qualidade de vida dos moradores (PEDRO, 2005). Nesse sentido, uma vez que parcela significativa da população urbana mora nessa tipologia habitacional, aumentar a compreensão sobre a evolução do projeto de plantas de apartamentos pode contribuir para instrumentar o arquiteto nas suas decisões de projeto.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM PMC. *Plano de Urbanização de Curitiba – Plano Agache*. Ano II, n. 12. Curitiba: Secretaria da Prefeitura, 1943.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Fapesp, 1998.
- GNOATO, S. Documento: Elgson Ribeiro Gomes. *Revista AU*, São Paulo, n. 70, p. 67-72, fev./mar. 1997.
- GNOATO, S. *Arquitetura do movimento moderno em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.
- GOMES, E. R. *Transcrição de apresentação*. In: BERRIEL, A.; SUZUKI, J. (org.). *Memória do arquiteto: pioneiros da arquitetura e do urbanismo no Paraná*. Curitiba: IAB-PR, UFPR, 2012. p. 30-47.

LEMOS, C. A. C. *Edifícios residenciais em São Paulo: da sobriedade à personalização.*
Revista Projeto, São Paulo, n. 133, p. 57-58, jul./ago. 1990.

PEDRO, J. B. *Definição e avaliação da qualidade arquitetônica habitacional.* Apresentação
do programa habitacional e do método de avaliação. Lisboa: LNEC, 2005.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil.* 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SUTIL, M.; GNOATO, S. *Romeu Paulo da Costa, vida e arquitetura.* Curitiba: Edição dos
Autores, 2004.

XAVIER, A. *Arquitetura moderna em Curitiba.* São Paulo: Pini, Curitiba: Fundação Cultural
de Curitiba, 1985.

POLÍTICAS URBANAS NO PÓS-FORDISMO: O CASO DO PUERTO NORTE EM ROSÁRIO, ARGENTINA

URBAN POLICIES ON POST-FORDIST: THE CASE OF PUERTO NORTE IN ROSARIO, ARGENTINA

POLITICAS URBANAS EN POSTFORDISMO: EL CASO DE PUERTO NORTE EN ROSARIO, ARGENTINA

Arthur Martins Oliveira. Arquiteto e Urbanista (FAU Mackenzie). Mestrando em Gestão Urbana (PPGTU) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Curitiba; Brasil.
 E-mail: au.oliveirarthur@gmail.com

Resumo

O enfraquecimento do modelo fordista aliado à ascensão de políticas neoliberais estabeleceram, após a década de 1970, novas formas de produção do espaço urbano. Tais formas, num sentido cada vez mais mercadológico, promoveram impactos em diferentes escalas nas cidades. Com o objetivo de discutir esses impactos, o presente artigo apresenta-se em duas partes. Na primeira parte destacam-se: a) As transformações funcionais e físico-espaciais das indústrias fordistas, dando origem a novas formas de ocupação industrial nas cidades; e b) O surgimento de novas políticas urbanas, que por meio de estratégias de planejamento e gestão, a exemplo de GPUs, visaram a reconstrução de determinados compartimentos urbanos subutilizados e obsoletos por meio de estratégias público-privadas. Já na segunda parte do artigo, a partir do estudo empírico do GPU Puerto Norte, em Rosário, Argentina, busca-se discutir alguns impactos gerados pelo projeto para a antiga área ferro-portuária subutilizada da cidade argentina. Além disso, o trabalho busca expor um breve histórico da produção da cidade pós-fordista, destacando algumas características e impactos originários desse “modelo” no espaço urbano contemporâneo. Compreende-se como necessária a análise dos impactos gerados pela implantação de novas políticas urbanas, de forma a contribuir para o debate e planejamento de intervenções nas cidades cada vez mais adequadas às suas realidades.

Palavras-chave: Fordismo; Pós-fordismo; Políticas urbanas; Neoliberalismo; Grandes projetos urbanos.

Abstract

The weakening of the Fordism model coupled with the rise of neoliberal policies established, after the 1970s, new forms of urban space production. Such forms, in an increasingly market sense, promoted impacts at different scales in cities. In order to discuss these

impacts, this paper is presented in two parts. The first part highlights: a) The functional and physical-spatial transformations of Fordist industries, giving rise to new forms of industrial occupation in cities; and b) The emergence of new urban policies, which through planning and management strategies, such as GPUs, aimed at the reconstruction of certain underutilized and obsolete urban compartments through public-private strategies. In the second part of the article, from the empirical study of the GPU Puerto Norte, in Rosario, Argentina, we seek to discuss some impacts generated by the project for the former underused iron-port area of the Argentine city. In addition, the paper seeks to expose a brief history of the production of the post-Fordist city, highlighting some characteristics and impacts originating from this "model" in contemporary urban space. It is understood as necessary to analyze the impacts generated by the implementation of new urban policies, in order to contribute to the debate and planning of interventions in cities increasingly appropriate to their realities.

Keywords: Fordism; Post-Fordist; Urban Policies; Neoliberalism; Large Urban Projects.

Resumen

El debilitamiento del modelo fordista junto con el surgimiento de políticas neoliberales estableció, después de la década de 1970, nuevas formas de producción espacial urbana. Tales formas, en un sentido cada vez más de mercado, promovieron impactos a diferentes escalas en las ciudades. Para discutir estos impactos, este documento se presenta en dos partes. En la primera parte, se destacan los siguientes: a) Las transformaciones funcionales y físico-espaciales de las industrias fordistas, dando lugar a nuevas formas de ocupación industrial en las ciudades; y b) La aparición de nuevas políticas urbanas, que a través de estrategias de planificación y gestión, como las GPU, apuntaban a la reconstrucción de ciertos compartimentos urbanos subutilizados y obsoletos a través de estrategias público-privadas. En la segunda parte del artículo, del estudio empírico de la GPU Puerto Norte, en Rosario, Argentina, buscamos discutir algunos impactos generados por el proyecto para la antigua área subutilizada del puerto de hierro de la ciudad argentina. Además, el documento busca exponer una breve historia de la producción de la ciudad pos fordista, destacando algunas características e impactos que se originan de este "modelo" en el espacio urbano contemporáneo. Se entiende que es necesario analizar los impactos generados por la implementación de nuevas políticas urbanas, a fin de contribuir al debate y la planificación de intervenciones en ciudades cada vez más adecuadas a sus realidades.

Palabras clave: Fordismo; Postfordismo; Políticas Urbanas; Neoliberalismo; Grandes Proyectos Urbanos.

INTRODUÇÃO

As transformações do capitalismo observadas a partir da década de 1970 motivaram novas formas de produção do espaço urbano, englobando modificações econômicas, socioculturais e políticas, marcando o início de uma nova cidade, definida por alguns autores como “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista” (LIPETZ, 1997; LEBGORN, 1988; HARVEY, 1992; BOTELHO, 2000; NOBRE, 2000; MENDES, 2009). Essa forma de produção do espaço surge em contraponto ao modelo do Estado como elemento fundamental de desenvolvimento, ideal fortemente abalado pelas reformas econômicas de características empresariais e também pelo surgimento das novas tecnologias. Nesse contexto, as cidades passaram a buscar alternativas para reversão de problemas aparentemente novos por meio de estratégias de desenvolvimento e produção do seu espaço. Tais estratégias vão além, portanto, das tradicionais formas de gestão urbana, de caráter precipuamente regulador e de monitoramento, adotando ações inspiradas no mercado, de modo competitivo.

Essa substituição de um modo de planejamento integrado e regulador por um modelo estratégico, de características comumente pontuais, dá origem a um processo de desregulamentação urbanística, de cunho neoliberal, em que a ênfase éposta na relação entre os governos locais e grupos corporativos na promoção do desenvolvimento urbano. Essa mudança de procedimentos é descrita por Nobre (2000) ao afirmar que:

[...] os governos locais e grupos empresariais mobilizaram-se para facilitar a atração de capitais, estimulando o mercado imobiliário, através da desregulamentação do uso do solo e financiamento público dos projetos (NOBRE, 2000, p. 94).

Considerando a adoção dessa definição de mudança de procedimentos na produção do espaço urbano, propõe-se para este artigo uma abordagem do contexto pós-fordista pela modificação da soberania e regulação por parte do Estado sobre a iniciativa privada. Como princípio fundamental desse processo, destacam-se a aliança e a exposição cada vez maior das empresas privadas na produção das políticas urbanas contemporâneas, evidenciando o papel promotor que passa a ser conferido ao Estado, e não mais um papel de ente regulador.

Atribui-se a origem desse processo a questões como o “Thatcherismo” no Reino Unido, no final dos anos 1970, e o “Reaganismo” nos EUA no início dos 1980, que promoveram o desprendimento dos padrões fordistas-keynesianos com mudanças graduais na orientação político-econômica. No contexto urbano, tais modificações impulsionaram o surgimento de novas políticas e estratégias de desenvolvimento da cidade, alinhadas às perspectivas empresariais e globais, a exemplo dos grandes projetos urbanos, que passaremos a tratar aqui de GPUs.

Sempre capazes de arregimentar grandes volumes de recursos privados e públicos, os GPUs na maioria das vezes sugerem uma expansão física e de renovação urbana de áreas subutilizadas. Por mais que seja evidente a emergência de projetos de intervenção em determinadas áreas que se encontram em contexto de degradação, a crítica a tais projetos é veemente por parte da literatura. Estudo de Ultramari e Rezende (2001), por exemplo, atesta que nesses projetos existe um grande risco de malversação de recursos, apropriação indevida por grupos minoritários e geração de impactos negativos de difícil mitigação e compensação para a cidade.

Por outra via, Garay *et al.* (2013), ao discorrerem sobre o GPU Puerto Madero, um dos mais emblemáticos de revitalização de áreas pós-industriais latino-americanas, aponta a importância de intervenções dessa ordem nas cidades contemporâneas. Segundo os autores, projetos assim podem possibilitar o estímulo à economia, criar empregos e recuperar a vitalidade de áreas urbanas.

Destaca-se, assim, que, independentemente da abordagem, os GPUs constituem um símbolo expressivo de modificação das políticas urbanas contemporâneas, marcando a ruptura de um contexto de intervenções estatais para a influência cada vez maior de empresas privadas no desenvolvimento das cidades.

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar e discutir o contexto pós-fordista nas cidades e o novo paradigma das políticas urbanas. Além disso, busca-se, a partir de uma perspectiva empírica de análise, contextualizar tais processos apontados por essa discussão na realidade latino-americana.

Para tanto, o artigo divide-se em duas partes. Na primeira destacam-se duas questões principais: a) As transformações funcionais e físico-espaciais das indústrias fordistas, dando origem a novas formas de ocupação industrial nas cidades; e b) As modificações e o novo paradigma das políticas urbanas contemporâneas, que por meio de estratégias alinhadas ao modo empresarial, a exemplo dos GPUs, visaram a construção de uma nova imagem urbana global.

Já na segunda, objetiva-se, a partir da análise empírica do GPU Puerto Norte em Rosário, Argentina, discutir o contexto pós-fordista na realidade latino-americana.

A PRODUÇÃO DA CIDADE NO PÓS-FORDISMO

Considera-se o período do pós-Segunda Guerra a meados da década de 1970 (1945-1970) como os “anos dourados” do capitalismo (BALANCO; PINTO, 2007). Nesse período, as formas de produção em massa alinhadas ao *Welfare State* keynesiano aqueciam a economia na medida em que se ampliava o mercado consumidor. Lipietz (1997), buscando a conceituação do fordismo e sua abrangência, utiliza três planos analíticos: a) Como princípio geral da organização do trabalho; b) Como estrutura macroeconômica; e c) Como sistema de regras, no qual o modelo também funcionava como instrumento de regulação social por meio das contratualizações de longo prazo, dos limites rígidos e das demissões.

Após os anos 1970, inicia-se um período de forte estagnação econômica global, que expõe a insustentabilidade do modelo de acumulação fordista e dá sinais profundos de uma crise estrutural do sistema (MÉSZÁROS, 2006. Para Harvey (1992), a partir da década de 1970, tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade fordista-keynesiana de conter as contradições do sistema capitalista, resultando em grandes dificuldades que podem ser entendidas por uma única palavra: rigidez (HARVEY, 1992).

Observam-se, a partir desse processo, determinados sintomas de mudança envolvendo a emergência de uma nova forma de pressão e funcionamento do capital, referindo-se ao tempo e ao espaço. Assim, o interesse de mercado e a promoção da imagem da cidade no contexto global competitivo atribuíram ao planejamento e à gestão urbana formas diferenciadas das ações produzidas anteriormente.

A preocupação das cidades passou a ser a promoção de sua competitividade por meio da atração de empresas e de grupos investidores. Segundo estudo de Somekh e Campos Neto (2005), a partir da década de 1980:

[...] o chamado “planejamento estratégico” passou a figurar de maneira proeminente entre as políticas urbanas adotadas por municipalidades europeias, tornando-se muitas vezes nada mais que o sinônimo de uma postura competitiva e empresarial preocupada com a atração de investimentos, eventos e turismo, com a imagem urbana e a reinserção otimizada de cada cidade no panorama europeu e mundial (SOMEKH; CAMPOS NETO, 2005, p. 1).

Em outras palavras, a produção da cidade no pós-fordismo assumiu caráter cada vez mais dinâmico e empreendedor, em que o planejamento urbano passou a atuar também como ferramenta promotora para a readequação dos mercados.

Nos itens subsequentes são apresentadas transformações originárias desse processo nas cidades. Num primeiro momento destaca-se a modificação dos padrões industriais fordistas de implantação urbana, e num segundo discute-se a implantação de GPUs como símbolo de uma nova política urbana, definida aqui como pós-fordista e que busca a reconstrução da imagem das cidades.

MODIFICAÇÕES FUNCIONAIS E FÍSICO-ESPACIAIS

Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano é sempre transformado e reconfigurado pela lógica do capitalismo, nunca se tratando de uma realidade fixa ou preconcebida. Nesse sentido, Boddy (1990) destaca que a organização das indústrias pós-fordistas estabeleceu novas dinâmicas de aglomeração em diferentes locais da paisagem. A descentralização industrial passou então a refletir de maneira direta nas cidades, primeiro pelas implantações em novos locais e, segundo, pela subutilização e obsolescência dos antigos espaços industriais.

Em meio a essa decadência das formas rígidas de produção fordistas, destacam-se questões como o surgimento da microeletrônica, a formação de complexos altamente tecnológicos, o aumento na associação de universidades com centros de pesquisa avançados e a ascendência da participação de empresas privadas nesse processo.

Como forma de ilustração para o surgimento desses novos complexos tecnológicos, o caso norte-americano do Silicon Valley é bastante significativo. Idealizado pela Universidade de Stanford, é localizado ao sul de San Francisco e tem como característica principal a abordagem tecnológica e a grande produção de silício aliada à mão de obra qualificada. Segundo Miskolci (2014):

[...] o modelo de ocupação urbana observado no Silicon Valley adquiriu ali um de seus pontos nodais, já que se constituiu como um dos centros irradiadores da nova economia, baseada em tecnologia, inovação e empreendedorismo (MISKOLCI, 2014, p. 271).

Entretanto, entende-se que os padrões observados em Silicon Valley não se aplicam a todos os contextos globais. Existem diferenças que atribuem distintos significados e formas de funcionamento do capital nos territórios, tornando específico cada

contexto. Bernstein (2010), por exemplo, ao analisar a produção do espaço de Silicon Valley, a define como atípica e de baixa representatividade, fazendo alusão às características de exceção que existem no complexo.

Dessa forma, mesmo não se comportando de maneira uniforme nas realidades urbanas globais, o contexto pós-fordista já produz impactos expressivos nas cidades ao redor do mundo. A subutilização e a obsolescência de antigas estruturas produtivas ligadas ao fordismo se traduzem em símbolos do interesse público-privado, em que as novas políticas urbanas confluem para uma ideia de revitalização dessas áreas, estimulando a competitividade nas lógicas empresariais de desenvolvimento predominantes na atualidade.

No próximo item discutem-se os GPUs e o novo paradigma da política urbana estabelecido pós-década de 1970, em que o Estado vincula-se exponencialmente à iniciativa privada na construção e promoção do desenvolvimento urbano dos espaços subutilizados e obsoletos e da cidade como um todo.

GPUS E AS NOVAS POLÍTICAS URBANAS

Segundo Barenboim (2015), a eficiência das políticas urbanas é construída por meio da heterogeneidade dos instrumentos adotados e da utilização racional dos recursos para solução das necessidades. Tais políticas, segundo a autora, compreendem três questões principais: I) O ordenamento urbano, buscando estabelecer critérios para o uso racional do solo; II) A gestão, que incide sobre o ordenamento urbano de forma a controlar seu desenvolvimento; III) A captação de mais-valias por parte do setor público, em que o Estado implementa instrumentos numa espécie de compensação para o espaço urbano.

Em determinados casos, tais políticas foram marcadas por uma atuação tradicionalmente de esquerda, enfrentando as problemáticas com políticas sociais compensatórias. Em outros, adquiriram atuação empreendedora, em que, por meio do dinamismo econômico, buscaram promover a competitividade urbana (SOMEKH; CAMPOS NETO, 2005). É o momento que marca a ascensão do planejamento estratégico, que a partir dos anos 1970 e 1980 passa a figurar predominantemente entre as políticas urbanas globais. Nesse contexto estratégico, os GPUs surgem como instrumento de uma nova política urbana, podendo combinar ações públicas e privadas com diferentes interesses em questão.

Lungo (2004) conceitua os GPUs como intervenções que vão desde a recuperação de centros históricos, construção de sistemas de transporte, reutilização de terras públicas em desuso (antigos aeroportos, zonas portuárias e industriais) até a execução de projetos de melhoramento habitacional de grande escala. Segundo Toffano e Valoto (2011), os GPUs são:

[...] um tipo de intervenção física que promove transformações territoriais nos espaços urbanos, podendo criar novas regiões na configuração de um lugar. Essas novas territorialidades atingem uma expressiva escala urbana e geram novos significados para os governos, as empresas e os cidadãos (TOFFANO; VALOTO, 2011, p. 83).

Segundo estudo de Gadens, Hardt e Frey (2012), é possível identificar duas correntes claras que discutem tais intervenções, uma positivista e uma crítica. A primeira, defendida por autores como Borja e Castells (2000) e Del Rio (2000), exalta, dentro

da perspectiva do planejamento estratégico, as possibilidades positivas sem destacar a natureza dos interesses envolvidos nos projetos. E a segunda, pela via crítica com autores como Harvey (1992) e Cuenya (2006), que discutem a dificuldade de consensos nos GPUs e o risco da distribuição desigual de espaço urbano.

Dessa forma, entendem-se os GPUs como um dos instrumentos da política urbana contemporânea utilizados para promover as cidades em um nível competitivo no cenário global. No item seguinte, tais discussões são trazidas para o contexto urbano latino-americano a partir do estudo empírico do GPU Puerto Norte, que busca destacar contextos históricos, fases do projeto e também alguns impactos já observados na área.

O CASO DO PUERTO NORTE EM ROSÁRIO, ARGENTINA

Observa-se que na América Latina, diferentemente dos países centrais, as políticas urbanas pós-fordistas, a exemplo da implementação dos GPUs, tornaram-se recorrentes somente após a década de 1990. De acordo com Gadens, Hardt e Frey (2012), com a globalização e a redemocratização latina, ocorreu um processo de reformulação política:

[...] onde o Estado, que na década de 1970 era ainda forte e centralizador de decisões com visão tecnicista, passou a ter a necessidade de se reestruturar na medida em que as cidades ganhavam dimensões globalizadas (GADENS; HARDT; FREY, 2012, p. 26).

Na realidade argentina, são observadas tais iniciativas de reconstrução por parte do Estado em casos como a reconversão de Puerto Madero em Buenos Aires e a reconversão do Puerto Norte em Rosário, este objeto de análise do presente artigo, onde as antigas atividades industriais e portuárias deram lugar a um novo tipo de urbanização, que alia iniciativas empresariais a concessões estatais. Consideram-se os mandatos do ex-presidente argentino Carlos Menem (1989-1999) como um dos principais símbolos desse processo de desregulamentação urbanística e novas políticas neoliberais. Nesse período, em toda a Argentina evidenciou-se a diminuição da gerência estatal, resultando em uma expressiva abertura comercial e um aumento da participação de empresas privadas.

Ao GPU Puerto Norte atribui-se o significado de uma das mais importantes obras de planejamento na cidade de Rosário em tempos recentes (CUENYA, 2011), sobretudo pela dimensão que representa na malha rosarina e também pela busca de conciliação de interesses, com clara geração de polêmicas a partir de uma relação entre Estado e iniciativa privada. Do seu ponto de vista conceitual, é claramente entendido como um GPU, abrangendo cerca de 100 ha de antigas áreas industriais inseridas na costa do rio Paraná e concentrando investimentos público-privados (CUENYA, 2006, 2011; CUENYA *et al.*, 2012; BARENBOIM, 2015; GALIMBERTI, 2016; VERA, 2018). Por possuir localização estratégica, a intervenção para a área já era discutida muito antes do projeto. Todavia, por questões políticas e econômicas, sua renovação só começou a ser materializada a partir dos anos 1990, muito influenciada pelo contexto neoliberal, afirmado anteriormente, que transcorria na política argentina desse período.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Rosário, localizada no sudeste do país, a 300 km da capital Buenos Aires, sempre representou importância na economia agroexportadora argentina, tendo

seu crescimento urbano marcado pela relação com o rio Paraná e com as instalações ferro-portuárias (SCARPACCI, 2017). Segundo Vera (2018), desde o século XIX, a área norte da cidade havia sido direcionada para fins industriais e portuários, tendo grande representatividade para o país por estar localizada na terceira cidade mais importante, depois de Buenos Aires e Córdoba.



Figura 1: Localização da área do Puerto Norte e da cidade de Rosário, na Argentina.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Destaca-se que, como em toda a América Latina, Rosário passa a experenciar as políticas urbanas pós-fordistas e modificar a produção de seu espaço num sentido empresarial expressivamente na última década do século XX. A área do Puerto Norte se caracterizou historicamente pela sua evidente relação com a industrialização, concentrando um dos enclaves industriais e portuários da cidade.

Por mais que os planos urbanos rosarinos de 1952 e 1967 já houvessem determinado o desmantelamento das atividades industriais e portuárias existentes em Puerto Norte, foi apenas após os anos 1990, com o fim da ditadura argentina e o início da ascensão neoliberal, que os governos locais passaram a modificar suas atuações.

Nesse sentido, em 1991 é realizado na cidade o Seminário Internacional de Projetos Urbanos para Puerto Norte. Scarpacci e Añaños (2014) destacam que o evento criado pela municipalidade de Rosário, em parceria com universidades locais, teve como característica principal a definição de três grandes eixos problemáticos para a área: I) Conexão Centro-Norte; II) Construção de habitações, equipamentos urbanos e espaço público; III) Preservação do patrimônio industrial ferro-portuário presente.

Dessa forma, após as modificações políticas e a forte influência de um novo pensamento na construção da cidade, o processo normativo para a reestruturação do Puerto Norte se inicia na década de 1990 como operação urbana “Centro de Renovación Urbana Scalabrini Ortiz”, definida em duas fases e que simbolizava o reordenamento dos espaços buscando adequar-se ao novo modelo de cidade predominante, de caráter neoliberal e em direção à economia de serviços.

FASES DO PROJETO

Puerto Norte se apresenta como área de oportunidade devido a sua localização privilegiada, sua importância histórico-cultural e sua possibilidade de gerar conexão entre diferentes regiões. As normativas e intervenções estabelecidas para a área por meio da operação “Centro de Renovação Urbana Scalabrini Ortiz” tiveram o início em 1996, com a primeira fase do projeto, e continuidade em 2005, com a segunda fase.

Na primeira fase (1996-2004), que engloba cerca de 30% da área, foi destinada a implantação do Parque Scalabrini Ortiz, do Shopping Alto Rosario e do Supermercado Coto. Segundo Barenboim (2016), essa fase também definiu a ampliação de ruas, a definição de novos usos e edifícios históricos a serem preservados.

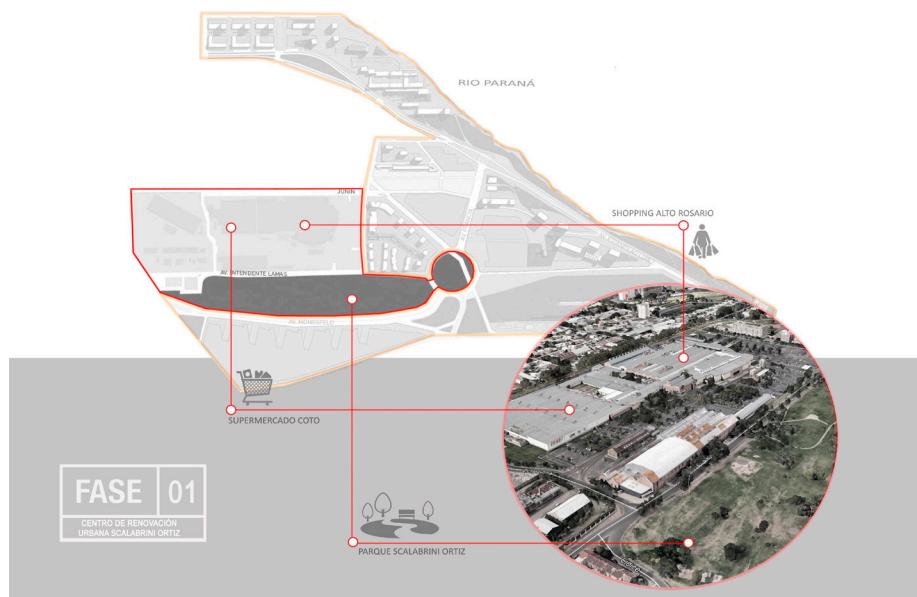


Figura 2: Fase 01 Centro de Renovación Urbana Scalabrini Ortiz.
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos arquivos da Secretaria de Planejamento de Rosário, Argentina.

Na segunda fase, que teve início em 2005, foi definida para o restante dos aproximadamente 98 ha do GPU a criação de um parque polifuncional contemplando a construção de habitações, espaços públicos e edificações de outros usos, especialmente recreativos. Segundo Galimberti (2016), o projeto para essa segunda fase é fruto do concurso nacional criado em 2004 pelo convênio entre municipalidade e Colegio de Arquitectos de la Provincia de Santa Fe, o qual foi vencido pela equipe de Juan Munuce. Scarpacci e Añaños atestam que:

[...] *El anteproyecto de Munuce va a sostener los intereses del seminario de 1991 y el jurado va a valorar esta lógicas de continuidad de las ideas que se habían elaborado de manera comunitaria a través del tiempo* (SCARPACCI; AÑAÑOS, 2014, p. 8).

A proposta dividiu o GPU Puerto Norte em sete unidades de gestão (UG) público-privadas, justificadas pela premissa de que áreas mais reduzidas facilitariam a dinamização e a gestão mais aplicada dos projetos e das diretrizes estabelecidas.

Segundo Barenboim (2016), esse modelo facilita a ascensão do setor terciário e a

realização de investimentos imobiliários nas antigas estruturas, sendo realizado para cada unidade de gestão (UG) um *Plan de Detalle*, visando estabelecer novos indicadores urbanos e também formalizar as obrigações dos atores envolvidos no GPU.

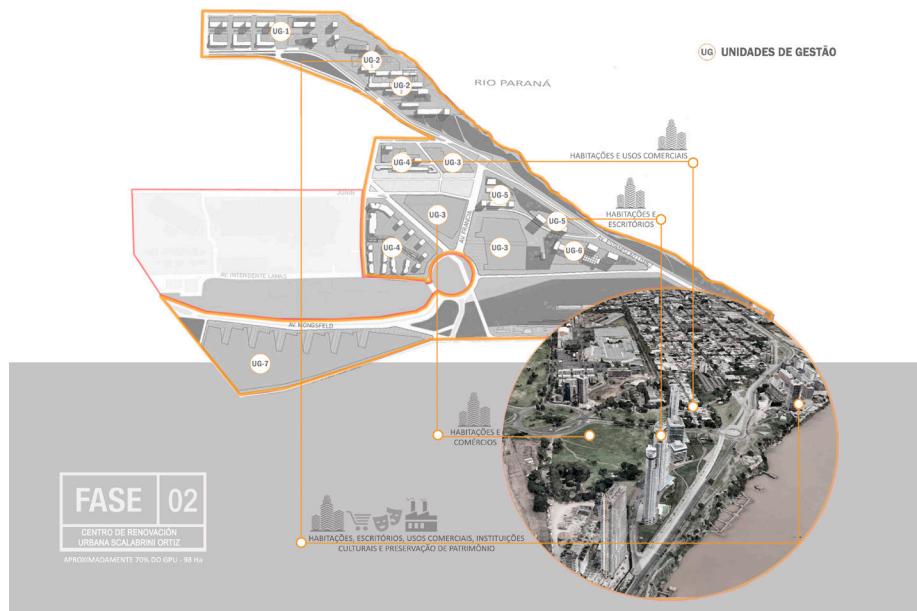


Figura 3: Fase 02 Centro de Renovación Urbana Scalabrini Ortiz e suas sete unidades de gestão (UG).
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos arquivos da Secretaria de Planejamento de Rosário, Argentina.

Desse modo, as fases do projeto buscaram definir, por meio de convênios público-privados, novos usos, indicadores urbanísticos e formas de ocupação visando a revitalização da antiga área industrial e portuária de Rosário, num claro contexto de redução da soberania estatal e expansão da participação privada na produção do espaço urbano.

ALGUNS IMPACTOS CONSIDERADOS

Destaca-se que o GPU Puerto Norte não se encontra finalizado, dificultando uma análise mais aprofundada de suas potencialidades e problemáticas. Todavia, alguns impactos produzidos durante seu desenvolvimento já são expressivos para a cidade de Rosário, envolvendo principalmente modificações no seu contexto socioespacial.

Evidencia-se que na maior parte da área projetada, organizada sob as sete unidades de gestão (UGs), foi proposta a construção de condomínios privados e de alto valor aquisitivo, contrastantes se comparados com a realidade local, historicamente marcada pela existência de assentamentos simples e muitas vezes informais, como os destacados por Galimberti (2016), especificamente na unidade de gestão 3.

Nos bairros lindeiros de Pichincha e Refinería, por exemplo, com o desenvolvimento do GPU, antigos moradores, que em sua maioria viviam em residências unifamiliares e possuíam níveis baixos de instrução, passaram a ter que lidar com a valorização e o sobrepreço dos imóveis e dos novos padrões de consumo, ao mesmo tempo que grupos sociais favorecidos passaram a se inserir na área e a redefinir níveis econômicos (BARENBOIM, 2015).

Essa lógica deu origem ao que Añaños (2016) define como *"desplazamiento voluntario y/o involuntario"* e gentrificação por escalas combinadas, refletindo em um forte processo de modificação do padrão social da área. Segundo Galimberti,

[...] los límites presentes en este sector urbano han cambiado de dueño y de nombre, pero siguen presentes, material e inmaterialmente, en el imaginario colectivo y en el reclamo por la apropiación de estas tierras para la sociedad en su conjunto (GALIMBERTI, 2016, p. 572).

Destaca-se também que mesmo o projeto evidenciando a importância de uma memória local da cidade, seus atores se utilizaram do discurso do patrimônio histórico e ambiental como um recurso para a mercantilização urbana. Prova disso é a ausência concreta de lugares, personagens, costumes e testemunhos no projeto que compõe a identidade da área. Segundo Vera (2018), tanto o governo local quanto o setor imobiliário empregaram o patrimonial como argumento e materialidade a favor dos processos de *"recualificación, estilización, escenificación y turistificación de fragmentos urbanos a partir de la fetichización del pasado"* (VERA, 2018, p. 65).

Conforme aponta Barenboim (2016), Puerto Norte produz uma “dupla transformação socioespacial”, que por um lado materializa novos edifícios sobre a antiga paisagem subutilizada e, por outro, direciona os novos usos a um mesmo “perfil social”. Desse modo, mesmo sendo observados na área fenômenos positivos de revitalização, os reflexos de segregação que vêm sendo gerados aprofundam as desigualdades e deflagram a predominância mercadológica do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os GPUs fazem parte de um novo contexto de políticas urbanas estabelecidas pós-anos 1970, definidas aqui como pós-fordistas e que passaram gradativamente a se tornar recorrentes nas cidades contemporâneas. Os impactos e reflexos produzidos por tais intervenções sobre os territórios são diversos e de amplas abordagens, tornando-se necessário o aprofundamento sobre seus reais benefícios e restrições para as cidades.

A esse tipo de intervenção atribui-se aspecto conflitante: ao mesmo tempo que possibilitam a revitalização urbana e a refuncionalização de áreas subutilizadas das cidades, podem também possibilitar a apropriação indevida por grupos minoritários e produzir aspectos gentrificadores.

No caso do GPU Puerto Norte, observa-se que mesmo o projeto dando lugar a novos usos e novas densidades economicamente renovadoras para a antiga área industrial e portuária, a valorização demasiada do seu território expressa a dificuldade de determinados setores sociais, principalmente dos bairros vizinhos, de se inserirem no projeto. Tal característica evidencia o aspecto conflitante destacado anteriormente, em que o êxito da intervenção depende da abordagem e do ponto de vista analisado.

Desse modo, é evidente que encontramos aspectos positivos e economicamente viáveis no GPU Puerto Norte e na reconstrução de uma nova linguagem de cidade para áreas carentes de revitalização urbana. Contudo, é inegável o impacto restritivo que o projeto provoca na população local. Conforme aponta Moura (2011), para o êxito desses projetos devem ser levadas em consideração as prioridades sociais de cada território, para que sejam estabelecidas novas contribuições compensatórias a partir das parcerias.

Evidencia-se, assim, a ideia de que a problemática não está no projeto urbano como um todo, mas, sim, na carência de determinadas infraestruturas, a exemplo da ausência de habitações sociais, que simbolizam e reforçam aspectos de segregação. Dessa forma, um dos desafios das políticas urbanas pós-fordistas é garantir que tais processos configurem oportunidade de melhoria para a cidade como um todo, sendo asseguradas as integrações físicas, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- AÑAÑOS, M. C. *Escalas combinadas de gentrificación: estado, empresas, propietarios individuales Puerto Norte y el barrio Refinería*. Madrid, Rosario (AR): Congreso Internacional Contested Cities, 2016.
- BALANCO, P.; PINTO, E. C. *Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes*. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 27-47, 2007.
- BARENBOIM, C. A. *Impacto del megaproyecto de Puerto Norte en la transformación urbana de sus barrios circundantes en Rosario*. *Revista Dereito da Cidade*, v. 7, n. 3, p. 1311-1331. 2015.
- BARENBOIM, C. *Cambios socioespaciales en los barrios aledaños a Puerto Norte Rosario. Cuestión Urbana*, v. 1, n. 1, p. 95-110, 2016.
- BERNSTEIN, E. *Temporarily yours: intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- BODDY, M. *Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica*. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (org.). *Reestruturação urbana*. Rio de Janeiro, Nobel, Iuperj, 1990.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era información*. México, DF: Santillana, United Nations for Human Settlements, Taurus, 2000.
- BOTELHO, A. *Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CUENYA, B. *Grandes proyectos y sus impactos en la centralidad urbana*. *Cadernos Metrópoles*, v. 13, n. 25, p. 185-212, 2011.
- CUENYA, B. *Grandes proyectos como herramientas de creación y captación de plusvalías urbanas*. Proyecto Puerto Norte Rosario, Argentina. *Medioambiente y urbanización*, Buenos Aires: IIED-AL, v. 65, n. 1, p. 81-108, 2006.
- CUENYA, B. et al. *Movilización de plusvalías en un gran proyecto urbano: la experiencia de Puerto Norte, en Rosario*. In: CUENYA, B. et al. (comp.). *Grandes proyectos urbanos: miradas críticas sobre la experiencia argentina y brasileña*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012. p. 67-118.
- DEL RIO, V. *Em busca do tempo perdido*. O renascimento dos centros urbanos. *Arquitextos* 006, São Paulo, Texto Especial 028, nov. 2000.

GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. *Das práticas de gestão de grandes projetos urbanos. Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 21-32, dec. 2012.

GALIMBERTI, C. I. *Políticas públicas en el desarrollo de grandes proyectos de reconversión urbana. Caso Puerto Norte en Rosario, Argentina. Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 36, p. 559-581, 2016.

GARAY, A. et al. *Puerto Madero: a critique*. Lincoln Institute of Land Policy, 2013. Disponível em: https://www.lincolninst.edu/pubs/2257_Puerto-Madero--A-Critique. Acesso em: 20 out. 2019.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPIETZ, A. *O mundo do pós-fordismo. Indicadores econômicos*, Porto Alegre, fev. 1997.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. *O pós-fordismo e seu espaço. Espaço & Debates*, São Paulo, n. 25, p. 12-29, 1988

LUNGO, M. Grandes proyectos urbanos. *Una visión general*. In: LUNGO, Mario (comp.). *Grandes proyectos urbanos*. El Salvador, Cambridge (MA): UCA Editores, Lincoln Institute of Land Policy, 2004.

MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MÉSZAROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006. (Mundo do Trabalho).

MISKOLCI, R. *San Francisco e a nova economia do desejo*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 269-295, apr. 2014.

MOURA, R. *Grandes proyectos urbanos e planejamento territorial*. 1ª Conferência ministrada na abertura da VI Semana de Geografia da Unicamp. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 1, n. 1, 2011.

NOBRE, E. A. C. *Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros – São Paulo*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCARPACCI, M. *El GPU de Puerto Norte en el planeamiento estratégico socialista: Rosario, Argentina 2003-2013*. 2017. (Tesis de maestría) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/7547>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SCARPACCI, M.; AÑAÑOS, M. C. *Puerto Norte-Refineria. Construcción y desconstrucción de una idea de ciudad*. In: JORNADA DE ENCUENTRO DE INVESTIGADORES, FACULTAD DE CIENCIA POLÍTICA Y RR. II., 2014, Rosario. Universidad Nacional de Rosario, 28 jul. 2014.

SMYTH, H. *Marketing the city: the role of flagship developments in urban regeneration*. London: E & F N Spon, 1994.

SOMECK, N.; CAMPOS NETO, C. M. *Desenvolvimento local e projetos urbanos. Arquitextos* 059, Texto Especial 059, abr. 2005.

TOFFANO, A. L.; VALOTO, F. M. *Grandes projetos urbanos no Estado do Rio de Janeiro: a influência da indústria do petróleo na Região da Ompetro e do Conleste. Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, p. 81-99, 2011.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. *Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2001.

VERA, P. *Imaginarios del patrimonio en los procesos de reconversión urbana. Puerto Norte, Rosario, Argentina. urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana [on-line]*, v. 10, suppl. 1, p. 49-67, 2018.

O PARQUE OLÍMPICO DO RIO DE JANEIRO/RJ E OS VESTÍGIOS DE SUA UTILIZAÇÃO

THE OLYMPIC PARK OF RIO DE JANEIRO/RJ AND THE TRACES OF ITS USE

EL PARQUE OLÍMPICO DE RÍO DE JANEIRO/RJ Y LOS VESTIGIOS DE SU UTILIZACIÓN

Felipe Buller Bertuzzi. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: arq.felipebertuzzi@gmail.com

Grace Tibério Cardoso. Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: grace.cardoso@imed.edu.br

Dirceu Piccinato. Doutor em Urbanismo, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: dirceu.piccinato@imed.edu.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar a qualidade do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ como um espaço de uso coletivo após três anos da realização dos Jogos. A partir de procedimentos metodológicos de observações técnicas *in loco*, buscou-se analisar a inserção do Parque na esfera sociocultural e a forma como esse local é apropriado pelos usuários. A cidade do Rio de Janeiro ganhou ainda mais destaque no cenário internacional para a implantação de megaeventos a partir das transformações urbanas ocorridas em razão dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Entretanto, mesmo com aspectos festivos oriundos da comemoração mundial do esporte em torno de um megaevento, pode-se observar a falta de comprometimento social e ambiental quando da idealização de um grande projeto urbano, como configura o Parque Olímpico. Ao levar em consideração as análises de imagens de satélite e da visita técnica à cidade, foi possível concluir as transformações urbanas no entorno do empreendimento e a atual circunstância do Parque Olímpico, destinando-o a eventos particulares e deixando em segundo plano os usos idealizados previamente à população carioca e visitantes, como áreas de lazer e espaços para a prática de exercícios físicos.

Palavras-chave: Megaeventos; Grande Projeto Urbano (GPU); Transformações Urbanas; Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ; Apropriação do ambiente construído.

Abstract

This article aims to investigate the quality of the Rio de Janeiro/RJ Olympic Park as a space for everyday use after three years of the games. From methodological procedures of technical observations in loco, we sought to analyze the insertion of the Park in the social and cultural sphere and the way users appropriate this place. The city of Rio de Janeiro has gained even more prominence in the international scenario for the deployment of mega-events, from the urban transformations that occurred due to the Pan American Games of 2007. However, even with festive aspects arising from the worldwide celebration of the sport around a mega-event. We can observe the lack of social and environmental commitment when designing a large urban project (GPU), as configured by the Olympic Park. Taking into consideration the satellite image analysis and the technical visit to the city, it was possible to conclude the urban transformations around the neighbourhood. The current purpose for the Olympic Park is for private events, leaving behind the previously idealized uses to the carioca population and visitors, as leisure areas and spaces for the practice of physical exercises.

Keywords: Mega events; Large Urban Project (GPU); Urban transformations; Rio de Janeiro Olympic Park/RJ; Appropriation of the built environment.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar la calidad del Parque Olímpico de Río de Janeiro/RJ como un espacio de uso colectivo después de 3 años de juegos. A partir de procedimientos metodológicos de observaciones técnicas in loco, buscamos analizar la inserción del Parque en la esfera social y cultural y la forma en que los usuarios se apropián de este lugar. La ciudad de Río de Janeiro ha ganado aún más protagonismo en el escenario internacional para el despliegue de megaeventos, a partir de las transformaciones urbanas que ocurrieron debido a los Juegos Panamericanos de 2007. Sin embargo, incluso con aspectos festivos derivados de la celebración mundial de la deporte alrededor En un megaevento, se puede observar la falta de compromiso social y ambiental al diseñar un gran proyecto urbano, según lo configurado por el Parque Olímpico. Teniendo en cuenta el análisis de imágenes satelitales y la visita técnica a la ciudad, fue posible concluir las transformaciones urbanas en torno a la empresa y las circunstancias actuales del Parque Olímpico, destinándolo a eventos privados y dejando atrás los usos previamente idealizados. a la población carioca y visitantes, como espacios de ocio y espacios para la práctica de ejercicios físicos.

Palabras clave: Mega eventos; Gran Proyecto Urbano (GPU); Transformaciones urbanas; Parque Olímpico de Río de Janeiro/RJ; Apropiación del entorno construido.

INTRODUÇÃO

Acidade do Rio de Janeiro ganhou destaque internacional para a implantação de megaeventos a partir das transformações urbanas propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Mascarenhas (2007) quando analisa a cidade do Rio de Janeiro sob a perspectiva dos megaeventos, ressalta que as políticas públicas que surgem em prol dos melhoramentos urbanos, atrelados à valorização imobiliária e a investimentos em aparelhamentos esportivos, privilegiam apenas uma parte da sociedade em detrimento da outra, culminando no afastamento das classes menos favorecidas diante do processo de urbanização. Miagusko (2012), que também coaduna com essa ideia, destaca que essas políticas urbanas voltadas a interesses econômicos geram o agravamento das camadas inferiores.

Contemplando essa perspectiva da política pública urbana, para Melo (2015) e Cunha (2017), além dos aspectos festivos oriundos da comemoração mundial do esporte em torno de um megaevento, há também compromissos não cumpridos, a falta de comprometimento ambiental e social, culminando em remoções de moradores de áreas visadas para a implantação dos Jogos. Galiza, Vaz e Silva (2014) associam essas remoções às construções de ordem pública vinculadas a interesses imobiliários.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, após algumas tentativas de remoções dos moradores da Vila Autódromo¹ para a construção das facilidades dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a representação das lutas de moradores para permanência no local se fortaleceu, buscando, junto ao poder público, a efetividade dos seus direitos como cidadãos. No entanto, com o anúncio do Rio de Janeiro/RJ em ser a cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a retirada desses moradores pela Prefeitura do Rio foi uma decisão irrevogável. Essa ação realocou a maioria dos moradores em diferentes pontos da cidade, enquanto poucos permaneceram no local de origem por conta de decisões judiciais (CUNHA, 2017; TANAKA, 2016). Em entrevista² realizada com os moradores remanescentes da Vila Autódromo, foram destacadas as ameaças de remoção ao longo das últimas décadas e a falta de comprometimento com a população ao privilegiar espaços grandiosos e onerosos em detrimento da população mais carente. Definem o Parque Olímpico como “um grande patrimônio vazio”, o qual privilegia uma pequena parcela da população em detrimento de outras.

Sendo assim, para qualquer cidade que deseje receber um evento de grande porte e que vise o melhoramento do meio urbano, é imprescindível observar os possíveis impactos dessa inserção. A averiguação das consequências do megaevento deve estar diretamente relacionada à infraestrutura local, a fim de garantir a adoção de estratégias que promovam reinvenções posteriores sem prejudicar o direito à cidade (LEITE; AWAD, 2012). Do contrário, quando algumas áreas são depreciadas em relação a outras por falta de planejamento consciente, tende-se a gerar um processo de gentrificação, ação que distingue classes sociais em um determinado espaço para a formação de identidades distintas (SMITH, 2006).

Nesse sentido, uma forma de controle da reformulação urbana é a verificação da qualidade de um espaço de uso coletivo, conforme aponta Niemeyer (2015). Assim, permite-se compreender a proposta do local e promover critérios ou diretrizes que melhorem a qualidade do ambiente.

Para tanto, o presente artigo tem o objetivo de promover uma discussão acerca do uso e apropriação do Parque Olímpico³ após as alterações de seu entorno, como forma de investigação do processo de construção do legado após três anos das Olimpíadas de 2016. Dessa forma, delimitou-se um raio de 500 metros a partir do

1 “Loteamento popular, como o designam seus moradores, favela segundo a classificação da Prefeitura, aglomerado subnormal para o IBGE [...]. A Vila Autódromo está situada em uma área pública, no limite norte da região administrativa da Barra da Tijuca, principal área de expansão imobiliária para a população de rendas altas e média-altas da metrópole” (VAINER et al., 2013, p. 3).

2 Entrevista com moradores da Vila Autódromo realizada em 7 de agosto de 2019, às 14h.

3 O presente projeto de pesquisa tem o fomento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de bolsa, na modalidade taxa.

Parque Olímpico, a fim de verificar as principais transformações nos espaços que circundam esse Grande Projeto Urbano (GPU) carioca, permitindo obter relações entre os ambientes construídos e não construídos.

O PLANEJAMENTO URBANO E A METRÓPOLE CARIOLA

Torna-se imprescindível aliar o planejamento das cidades a um desenvolvimento social ordenado, sem diferenciações de classes e privilégios transferidos a poucos. Em meio ao processo evolutivo das cidades, a inserção de planos diretores na sua estrutura urbana propôs a alteração de conceitos e a requalificação dos espaços. A partir disso, O'Donnell (2013) destaca o esforço dos gestores da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1928 e 1932, em ser referência turística do Brasil, procurando demonstrar seus atributos citadinos aos outros países. Para isso, a ideia de centralidade da cidade foi alterada da Zona Norte para a Zona Sul, compreendendo o litoral praiano ao dar importância à natureza e à paisagem, tornando-se o ponto mais visado da cidade. Com isso, "o Rio de Janeiro entrava na rota do turismo internacional cerca de meio século após o início de seu desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos" (O'DONNELL, 2013, p. 185).

Durante o século XX a cidade do Rio de Janeiro foi ganhando importância internacional em razão de uma política de turismo que se desenvolvia à época. Juntamente a esse fato, a cidade também foi se modernizando, sofrendo profundas transformações urbanas. Num primeiro momento destacam-se as políticas urbanas higienistas, logo, num segundo, destacam-se o urbanismo modernista e a presença de arquitetos e urbanistas estrangeiros, configurando uma nova dimensão espacial à cidade. No século seguinte continua, para a cidade carioca, essa lógica das transformações urbanas.

Num contexto de autoritarismo e trabalho interno dos gestores públicos da década de 1970 no Brasil, intensificaram-se os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) no processo de ocupação do solo. Bortoleto (2001) denomina essas megaconstruções como empreendimentos amplos do ponto de vista das dimensões físicas e receptores de altos investimentos, diferente de obras público-privadas de pequeno porte. O discurso dessa tipologia de intervenção no meio urbano volta-se à promoção da geração de melhorias no ambiente urbano, visando o desenvolvimento das cidades e a ressignificação das distribuições sociais (BORTOLETO, 2001).

Os projetos de grande porte vinculam-se a ações efetivas da implantação de planos estratégicos ao meio urbano. Iniciado em 1976, um dos exemplos desse tipo de reestruturação urbana é o caso de Barcelona, com o Plano Geral Metropolitano (PGM)⁴, que foi intensificado e se tornou reconhecido mundialmente após os Jogos Olímpicos de 1992. Consequentemente aos efeitos benéficos à cidade, a efetivação do Plano visou promover estratégias, sobretudo de espaços públicos, com a Via Olímpica, o Anel Olímpico, o Estádio e o Palácio São Jorge tornando-se verdadeiros legados⁵ à cidade ao receber novos usos após a edição dos Jogos Olímpicos daquele ano (FERNANDES, 2017; MOLET, 2010).

Com base na experiência de êxito dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, as autoridades brasileiras passaram a cogitar a vinda dos Jogos Olímpicos para o país em razão das possibilidades de atração de investimentos. Para tanto, o primeiro passo ocasionou a vinda dos Jogos Pan-Americanos em 2007 para o Rio de Janeiro como uma forma de angariar experiência para uma possível edição olímpica no futuro (MOLINA, 2014). Após o evento continental e algumas tentativas frustradas para sediar os Jogos Olímpicos na cidade carioca, o Rio de Janeiro/RJ foi escolhido como cidade-sede para as Olimpíadas de 2016, em disputa com outras metrópoles

⁴ Também conhecido por "modelo Barcelona", o reordenamento urbano desenvolvido na cidade de Barcelona para as Olimpíadas de 1992 promoveu o aumento da produtividade e foi considerado um exemplo de investimento e planejamento urbano, estimulado por megaeventos internacionais.

⁵ Entende-se por legado "as estruturas, planejadas e não planejadas, positivas e negativas, tangíveis e intangíveis, criadas por e para um evento esportivo, que permaneçam para além da duração do evento em si" (PREUSS, 2007, p. 211).

de diferentes localidades do mundo. A partir daí, para atender às necessidades do Comitê Olímpico Internacional (COI), as instalações para os Jogos precisariam ser subdivididas em quatro subcentralidades, e a construção do Parque Olímpico – sede da maioria das disputas esportivas – foi definida para a área de um antigo autódromo⁶ no Bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio (figuras 1 e 2).

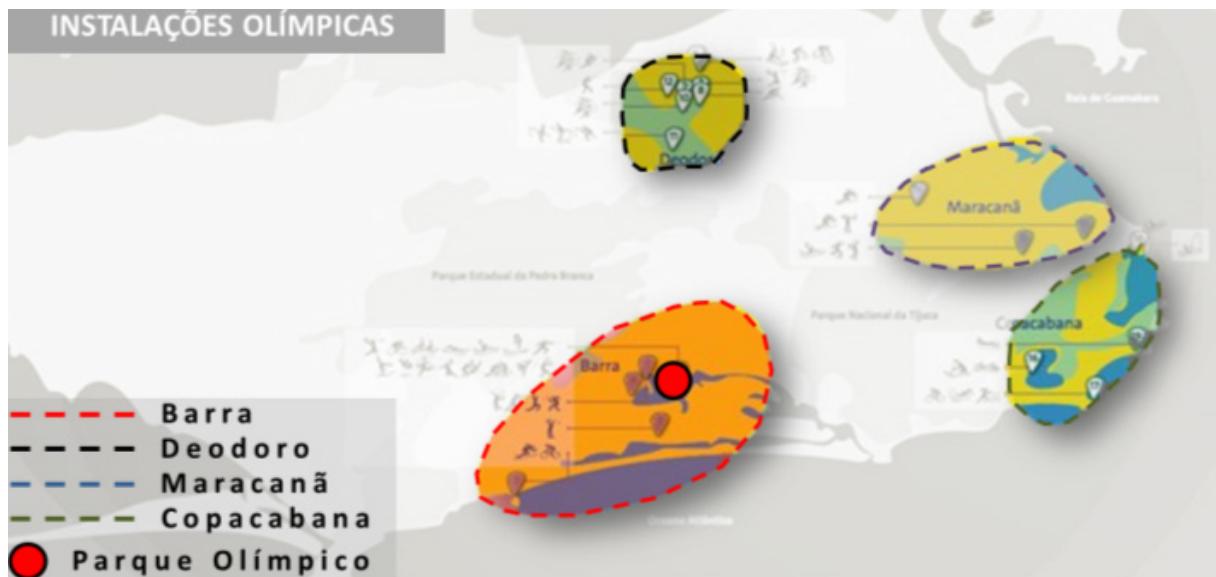


Figura 1: Locais que receberam intervenções para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro/RJ.
Fonte: Programa Oficial Rio 2016 (2016), adaptado pelos autores (2019).

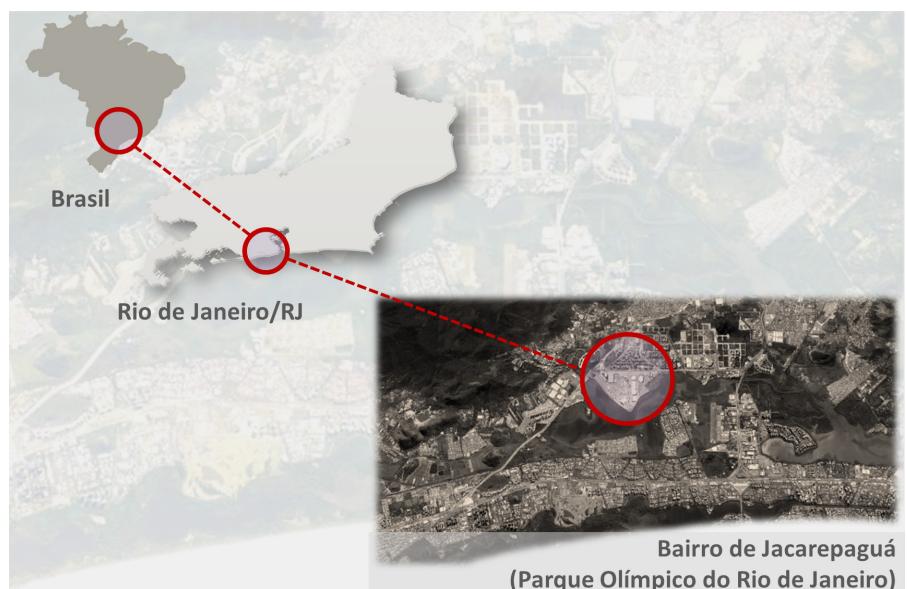


Figura 2: Localização do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ.
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Ao desenvolver o Projeto do Parque Olímpico, a projeção de um legado duradouro à cidade deveria ser levada em consideração. O compromisso de continuar com alguns

⁶ Conhecido oficialmente como Autódromo Internacional Nelson Piquet, foi construído na década de 1970, possibilitando disputas da Fórmula 1. Com a candidatura aos Jogos Olímpicos, o autódromo foi demolido com a intenção em ser reconstruído em outro bairro da cidade (ALVES, 2017).

serviços e incorporar outros possibilitaria uma gradual adequabilidade de edificações residenciais, corporativas e institucionais na área do Parque Olímpico.

Essa postura acerca do Parque estava no escopo do edital veiculado pelo poder público municipal (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011). Os projetos que fossem participar do concurso para o Parque Olímpico deveriam apresentar três dimensões: o modo Jogos, o modo legado e o período de transição. O modo Jogos deveria assegurar as melhores condições para a realização dos Jogos (Olímpicos e Paraolímpicos) no bairro de Jacarepaguá. O modo legado deveria assegurar a visibilidade da implantação de novos empreendimentos e propiciar a sustentabilidade do empreendimento, garantindo que a área se tornasse emblemática e de referência para toda a cidade do Rio de Janeiro. Já o período de transição seria aquele momento em que se deveria assegurar uma transição planejada (eficiente e economicamente viável) entre os modos Jogos e legado (RIO DE JANEIRO, 2011).

No entanto, ao contrário do discurso de responsabilidade social, a presença da Vila Autódromo, por exemplo, sofreu significativas interferências públicas ao perder espaço para os interesses imobiliários (ARCHDAILY, 2013). Em relação às ações nessa vila, é possível perceber a mutação do local ao longo dos anos em relação às projeções de legado. Ao contrário do que propuseram os projetistas do Parque Olímpico, muitos moradores residentes próximos da orla da Lagoa de Jacarepaguá foram remanejados para outros bairros (Figura 3).

A Vila Autódromo é o lado “B” dos Jogos Olímpicos. Sua história simboliza todo um legado de remoções e desapropriações deixado pela organização das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2009 e 2013, o número expressivo de 20.299 famílias, isto é, cerca de 67.000 pessoas foram removidas (indenizadas ou reassentadas) de suas casas pela Prefeitura Municipal devido às intervenções urbanas ou, segundo o argumento de que moravam em zonas de risco, conforme dados da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Todavia, houve inúmeros casos em que a desapropriação aconteceu por decreto. A maioria dos que deixaram a vila foi morar no Parque Carioca, um conjunto habitacional a 1 quilômetro de distância. Outros optaram por receber a indenização em dinheiro (EL PAÍS, 2015).



Figura 3: Esquema comparativo entre a apropriação da Vila Autódromo e as projeções de legado para os anos subsequentes. Fonte: IAB (2013) e Google Earth (2012), adaptado pelos autores (2019).

Na verdade, a luta para assegurar os direitos da Vila Autódromo começou em 1990, quando teve início na região a construção de grandes condomínios para a população de alta renda, favorecidos por investimentos públicos. Nesse mesmo ano a associação de moradores conseguiu o Título de Concessão de Direito Real de Uso, do Governo do Estado. Esse título concedeu aos moradores o direito de morar no local. Com as Olimpíadas, a Prefeitura Municipal voltou à comunidade. Receosos, os moradores foram buscar apoio técnico de duas universidades federais para mostrar ao Estado a possibilidade de urbanização da área. O Plano Popular (Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural), finalizado no ano de 2012, tornou-se um importante instrumento de luta dos moradores da Vila Autódromo. Esse plano foi reconhecido internacionalmente ao receber o prêmio Urban Age. Os moradores apresentaram esse plano ao poder público municipal em 2012, demonstrando que urbanizar a comunidade seria menos custoso, social e ambientalmente melhor para todos. Porém, a partir de 2014, o que se viu foi um processo contínuo de intimidação, mudança, demolições e violências (STIFTUNG, 2016).

Esse tipo de planejamento urbano que visa atender a uma parcela da sociedade, a parcela com maior poder econômico e político, quando decide e direciona a implantação de grandes projetos urbanos, cada vez mais constrói e acentua a fragmentação do espaço urbano. Para Coelho (2016), a cidade fragmentada se caracteriza pela formação de enclaves, isto é, pela introdução de diferenças bruscas em relação ao tecido urbano. A existência de contrastes urbanos, como é exemplo a Vila Autódromo, é o elemento caracterizador da fragmentação urbana.

Questiona-se, portanto, a hipótese de qual, efetivamente, é o legado deixado para a cidade a partir desse tipo de política pública urbana. Sendo assim, torna-se imprescindível avaliar e compreender os espaços construídos para os Jogos Olímpicos do Rio 2016 por meio de uma visão técnica que mapeie elementos construtivos, fluxos e permanências no entorno, correlacionando as projeções para o período pós-olímpico e as atuais circunstâncias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere a espaços livres, vários critérios devem ser considerados ao manter a sua qualidade. Para Sarmento e Elali (2016), o local deve estar relacionado com o seu contexto, propiciar atividades que respondam às necessidades da população, bem como demonstrar atributos funcionais, estéticos, econômicos e viáveis construtivamente. Com isso, torna-se necessário avaliar diferentes variáveis, cruzá-las e interpretá-las, conforme aponta Moser (1998).

Como forma de complementação à discussão da reutilização de construções onerosas de grande porte, o presente artigo propõe uma continuação do estudo já iniciado por Bertuzzi e Cardoso (2018), que já concluiu, por meio de uma visita exploratória, os impactos da inserção de um megaevento a partir da percepção de usuários do Parque Olímpico do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o desenvolvimento do presente artigo consistiu na análise morfológica do entorno do Parque Olímpico, analisando o espaço construído a partir das alterações construtivas, a fim de auxiliar no processo de entendimento das atuais conjunturas do bairro e da cidade. Para tanto, utilizou-se de subsídios avaliativos focados em dois tempos cronológicos: a projeção dos espaços construídos para os anos subsequentes aos Jogos Olímpicos e os usos efetivos nos anos de 2018 e 2019.

Para tanto, o entorno do Parque Olímpico do Rio de Janeiro foi analisado e delimitado por um raio de 500 metros de abrangência a partir de suas extremidades (Figura 4).



Figura 4: Delimitação da área de análise do entorno do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ.
Fonte: Google Earth, adaptada pelos autores (2019).

RESULTADOS PRELIMINARES DE INVESTIGAÇÃO

A localização da maioria das modalidades esportivas das Olimpíadas de 2016 ocorridas nas instalações do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ insere-se em um bairro especulado pelo viés imobiliário e, ao mesmo tempo, detentor de áreas periféricas. A caracterização morfológica que justifica essa segregação socioespacial pode ser visualizada na Figura 5, a qual compara a distribuição desses equipamentos esportivos em cidades que já sediaram os Jogos Olímpicos. Como forma de agrupamentos, os chamados *clusters* urbanos (agrupamentos urbanos) tenderam a estar situados em pontos estratégicos a partir de concentrações geográficas, podendo favorecer a economia da cidade a partir de sua localização territorial (PORTER, 1998).

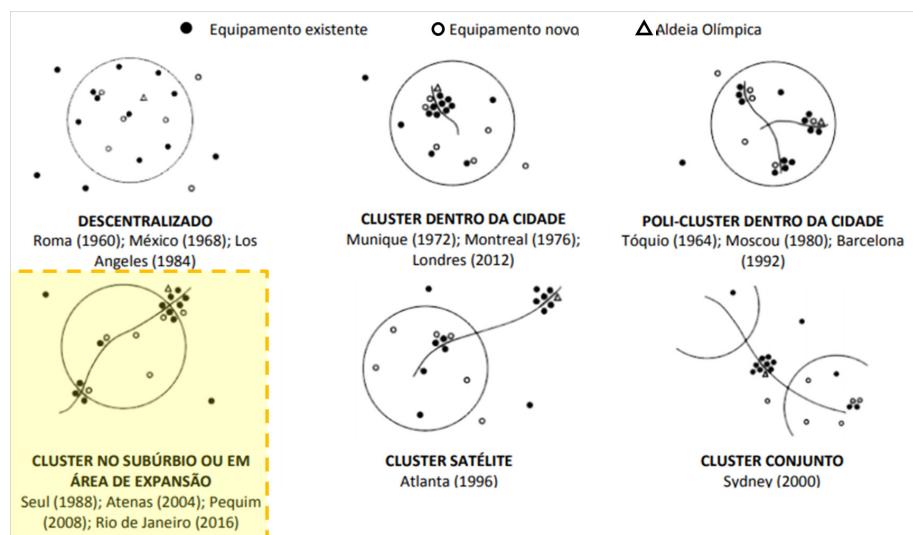


Figura 5: Localização das instalações olímpicas em diferentes cidades-sede no mundo. Fonte: Silva e Reis (2018) apud Liao e Pitts (2006).

Ao definir uma projeção urbana em grande escala para favorecer interesses político-privados, principalmente em áreas suburbanas, tende-se a eluciar a segregação socioespacial e contribuir com a crescente distinção das camadas sociais. Assim, as chamadas *global cities*⁷ se sobrepõem a essas classes a partir do fomento do capital, a fim de consolidar recursos que promovam novos modelos de planejamento urbano (CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004).

A Figura 6 apresenta o comparativo entre as alterações morfológicas do entorno do Parque Olímpico nos últimos dez anos, desde o anúncio oficial em que a cidade carioca seria sede das Olimpíadas até os dias atuais.

⁷ Para Compans (1999), o termo *global cities* se relaciona a cidades que detêm poder hierárquico sobre questões econômicas de grande escala, podendo intermediar com outras potências mundiais sem que haja interlocuções com níveis inferiores.

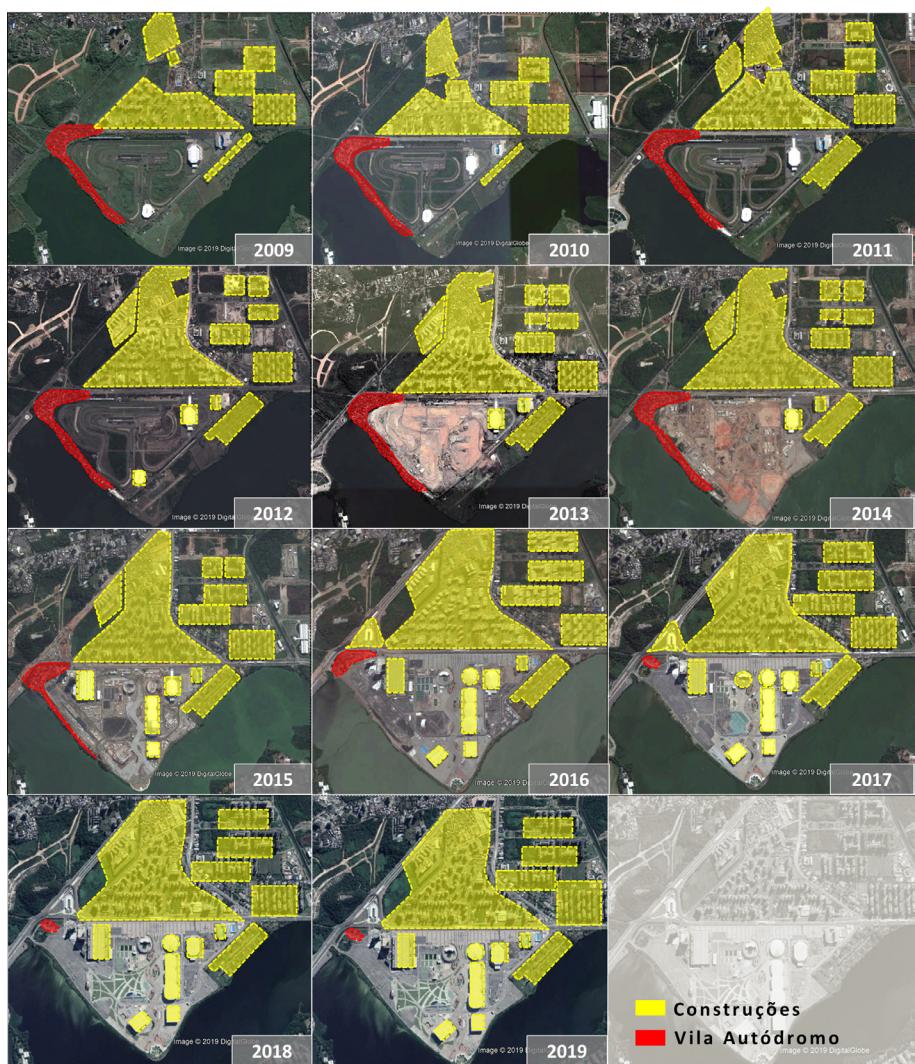


Figura 6: Alterações morfológicas do entorno do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ entre os anos de 2009 e 2019.

Fonte: Google Earth, adaptada pelos autores (2019).

Desse modo, torna-se necessário provocar uma discussão acerca da espacialidade de classes na área urbana. Na visão de Vainer *et al.* (2013), o direito à cidade pode ser compreendido como uma forma de as minorias participarem da sociedade por meio de debates em meio a questões conflitantes. Já para Harvey (2012), esse entendimento se revela como a identificação do indivíduo com o lugar em que vive, afirmando que hoje os direitos dos indivíduos são alterados pelas decisões impostas pelas mudanças da cidade, e não ao contrário.

As alterações no meio urbano são percebidas com mais solidez pelos indivíduos habitantes do entorno dessas áreas. Ao investigar o uso e apropriação do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, Bertuzzi e Cardoso (2018) observaram que a maioria dos indivíduos é moradora de bairros mais próximos ao Parque. Resultado similar ao estudo realizado por Silva (2016), que, ao avaliar espaços públicos de lazer a partir da percepção dos usuários, entendeu como facilitador e estimulador de seus usos o fato de o parque público ser construído próximo às residências.

Diante das alterações oriundas dos últimos anos, nota-se certa instabilidade nos serviços disponibilizados à população. Ao visitar o Parque Olímpico em 2018, percebem-se limitações em espaços que se encontram fechados, sem a possibilidade efetiva de utilização. O retorno esperado da implantação de uma obra desse porte,

que ainda está distante daquilo que o Parque pode oferecer, carece de espaços para lazer em relação à sua amplitude, havendo bastante procura para visitação e comparecimento a *shows*, como o *Rock In Rio*, por exemplo. Bertuzzi e Cardoso (2018) apontam a falta de permanência no espaço devido à inexistência de comércios internos que forneçam infraestrutura básica, como alimentação, banheiros e bebedouros, que hoje só podem ser acessados quando as arenas esportivas estão abertas para eventos pontuais.

Por outro lado, a falta de utilização constante remete à falta de áreas sombreadas sem relação às grandes dimensões do espaço, culminando em uma arborização interna escassa (Figura 7).



Figura 7: Imagem gerada em 2018, apresentando a falta de sombreamento consequente da inexistência de arborização condizente com a amplitude do espaço.
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Ao entrevistar o engenheiro responsável pela subsecretaria de Legado Olímpico do Rio de Janeiro/RJ, a inserção de recipientes para abrigar a vegetação do Parque Olímpico é consequência dos critérios preestabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para permitir a permeabilidade visual dos visitantes e aumentar a segurança durante os Jogos.

No entanto, dois anos após o evento, o legado previsto para a utilização pública da chamada Via Olímpica (área aberta destinada ao público), não se pensou em uma modificação ambiental que prezasse pela permanência do usuário no espaço. Sabe-se que ambientes ao ar livre podem propiciar o desenvolvimento de atividades sociais, bem como transmitir conforto aos utilizadores do espaço (FONTES; MELO, 2003; CAVALCANTE, 2007; OLIVEIRA; CALLEJAS; NOGUEIRA, 2013).

Ao analisar os espaços em funcionamento do Parque Olímpico, observa-se um local organizado e conservado, mesmo dois anos após o término dos Jogos. Também pode ser considerado como caráter positivo o fato de o acesso ao local ser gratuito, amplo e aberto ao público em determinados horários, possibilitando a ventilação natural e garantindo a facilidade de acesso aos visitantes.

Foi possível perceber certa variabilidade de usos, por exemplo, nas áreas de descanso, no *playground*, nas mesas de xadrez e nas pistas de *skate*, para que os usuários desfrutem de momentos de lazer durante o período de funcionamento do parque (Figura 8).

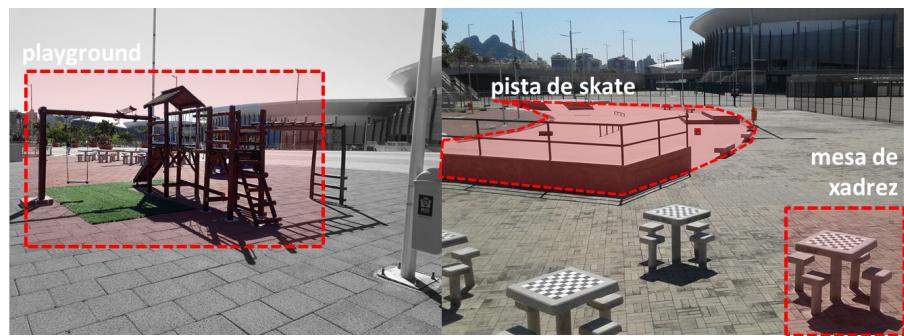


Figura 8: Imagem representativa de alguns pontos de permanência, como espaços para caminhada e lazer.

Fonte: Elabroada pelos autores (2019).

No entanto, três anos após a execução do megaevento, o Parque tende a se distanciar dos objetivos projetados. Considerando que parte do espaço construído detém atividades esportivas vinculadas a programas da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Via Olímpica tende a permanecer fechada por longos períodos (Figura 9).



Figura 9: Comparativo das divulgações na entrada do Parque Olímpico entre os anos de 2018 e 2019.
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Os meios de comunicação nacionais reportaram a estagnação de alguns serviços do Parque Olímpico após a extinção da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo)⁸, prevista na Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017 (BRASIL, 2017), que dificultou o acesso dos usuários e a continuação de projetos sociais em algumas arenas (G1, 2019; JORNAL DA RECORD, 2019).

No entanto, a Subsecretaria de Legado Olímpico indica que os espaços geridos pela Prefeitura do Rio de Janeiro continuam em funcionamento, ocorrendo a interdição dos espaços públicos do Parque (Via Olímpica) durante a preparação e a realização de eventos que necessitam dos espaços externos do empreendimento, havendo o bloqueio de entrada em prol de maior controle na organização das instalações desses eventos.

⁸ A Autarquia Federal tinha data prevista de extinção desde o início de sua vigência, e a incumbência de elaborar planejamentos para a manutenção e utilização de algumas das estruturas do Parque Olímpico, tanto no âmbito esportivo como no de inclusão social e parcerias com a iniciativa privada (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017).

Ao averigar os diferentes pontos de vista e a atual circunstância do Parque Olímpico, nota-se uma utilização pouco explorada no ano de 2018 e praticamente nula em 2019. Essa regressão na oferta de serviços públicos de lazer à população culmina no afastamento da imagem positiva dos Jogos perante a população carioca, dificultando o efetivo pertencimento do indivíduo aos espaços públicos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises de imagens de satélite e da visita técnica à cidade, foi possível concluir que as transformações urbanas consequentes da implementação do Parque Olímpico possibilitaram a inserção de novos serviços no entorno do Parque Olímpico. A inclusão de supermercados, farmácias e condomínios nos arredores aumentou o tráfego de veículos e, consequentemente, a necessidade de maior atenção nas travessias.

Somado a isso, os estudos e a abordagem pelos usuários do espaço permitiram compreender que os usos pensados para o Parque durante os Jogos não foram reavaliados de forma a possibilitar maior qualidade no ambiente. Desse modo, percebe-se que a inserção do Parque Olímpico, inicialmente projetado com o propósito de abrigar as competições de diferentes modalidades, possui limitação de acesso em relação à permanência no espaço destinado ao público, fato que compromete a criação de legados positivos, duradouros e viáveis para a sociedade.

Dentre os entraves da utilização do Parque, está o destino de sua utilização para eventos, deixando em segundo plano os usos definidos previamente à população carioca e visitantes. Por outro lado, a presença de diversos parques já consolidados no interior do bairro de Jacarepaguá cumpre com a função de atratividade, suprindo as necessidades dos usuários da região com quadras esportivas, playgrounds e áreas para o desenvolvimento de exercícios físicos voltados ao público em geral.

Assim, diante da recente e grande repercussão da mídia sobre o destino da administração do Parque Olímpico e destinação da sua infraestrutura apenas a eventos pontuais e privados, torna-se imprescindível compreender a atual representatividade do Parque Olímpico como um espaço público para a cidade do Rio de Janeiro⁹.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. T. *O processo de construção, transformação e expansão da Barra da Tijuca para "O Futuro do Rio de Janeiro"*. *Revista Idealogando*, v. 1, n. 2, p. 64-82, nov. 2017.
- ARCHDAILY. *O direito à cidade em disputa no Rio de Janeiro: o caso do Plano Popular da Vila Autódromo*. 2013. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-127066/o-direito-a-cidade-em-disputa-no-rio-de-janeiro-o-caso-do-plano-popular-da-vila-autodromo?ad_medium=gallery. Acesso em: 10 out. 2018.
- BERTUZZI, F. B.; CARDOSO, G. T. *Apropriação e qualidade no ambiente construído: a percepção do usuário frente aos usos no espaço livre*. In: ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 14., 2018, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: Enepea, 2018. p. 270-281.
- BORTOLETO, E. M. *A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos*. *Revista Geografares*, Vitória, n. 2, p. 53-62, 2001.

⁹ O trabalho voltado à discussão da representatividade do Parque Olímpico na cidade está em andamento, conforme verificamos após recente visita à área de estudo no mês de agosto de 2019. Esse momento possibilitou o questionamento a moradores de vários pontos da cidade sobre todas as estruturas olímpicas espalhadas pela cidade, com foco no Parque Olímpico do Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição. Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017; nº 771, de 29 de março de 2017. Transforma a Autoridade Pública Olímpica – APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO e dá outras providências.

CARVALHO, I. M. M. de; SOUZA, A. G.; PEREIRA, G. C. *Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, 2004.

CAVALCANTE, M. R. C. *Qualidade térmica de praças em Maceió-AL: três estudos de caso*. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

COELHO, L. L. *Os conceitos de dispersão e fragmentação urbana sob a abordagem da paisagem*. In: IENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Enanparq, 2016. p. 1-16.

COMPANS, R. *O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 1, p. 91-114, 1999.

CUNHA, F. L. R. da. *Desapropriações e remoções decorrentes dos megaeventos esportivos: o caso do Rio de Janeiro*. 2017. 53 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017.

EL PAÍS. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio: moradores resistem a deixar a Vila Autódromo, comunidade ao lado do Parque Olímpico. Milhares de pessoas deixaram suas casas devido à organização do megaevento. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html. Acesso em: 10 out. 2018.

FERNANDES, A. M. V. *Patrimônio Cultural, turismo e a renovação das cidades: aproximações e dissonâncias entre Barcelona e Rio de Janeiro*. 2017. 410 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

FONTES, M. S. G. de C.; MELO, L. F. de. *Influência do desenho e do microclima urbano nos usos de espaços públicos*. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 5., 2003. CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE CONFORTO E DESEMPENHO ENERGÉTICO DE EDIFICAÇÕES – ENCAC/COTEDI, 7., Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2003. p. 639-645.

G1. Parte do Parque Olímpico para de funcionar nesta segunda-feira. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/01/parte-do-parque-olimpico-para-de-funcionar-nesta-segunda-feira.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2019.

GALIZA, H. R. dos S.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. da. *Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI*. 2014. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/888>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HARVEY, D. *O direito à cidade. Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. 1º Lugar no Concurso Parque Olímpico: "Um protagonista global". 2013. Disponível em: <http://www.iab.org.br/projetos/1o-lugar-concurso-parque-olimpico-um-protagonista-global>. Acesso em: 15 mar. 2018.

JORNAL DA RECORD. Parque Olímpico do Rio é fechado, e projetos sociais param.

2019. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/park-olympic-rio-closed-social-projects-param-02072019>. Acesso em: 6 set. 2019.

LEITE, C.; AWAD, J. di C. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIAO, H.; PITTS, A. *A brief historical review of Olympic urbanization. The International Journal Of The History Of Sport*, Londres, v. 23, n. 7, p.1232-1252, nov. 2006.

MASCARENHAS, G. *Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007*. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 1, n. 245, 2007.

MELO, V. *Rio esportivo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015. 224 p.

MIAGUSKO, E. *Antes da Copa, depois do Pan*: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 295-408, 2012.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Cartilha da Autoridade de Governança do Legado Olímpico. 2017. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/aglo/Min_do_Esporte_Cartilha_AGLO_web.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

MOLET, R. F. Planos, projetos, eventos: Barcelona 1992-2012. *Arqtexto*, Porto Alegre, v. 17, p. 124-137, 2010.

MOLINA, F. S. *A produção da "Cidade Olímpica" e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 16, n. 2, p. 63-79, 30 nov. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n2p63>. Acesso em: 10 maio 2019.

MOSER, G. *Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia*, Natal, v. 3, n. 1, p.121-130, 1998.

NIEMEYER, C. A. da C. *Percepção e desempenho ambiental em praças públicas na cidade de Caraguatatuba-SP*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2015.

O'DONNELL, J. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, A. S. de; CALLEJAS, I. J. A.; NOGUEIRA, M. C. de J. A. *Relações entre vegetação arbórea e uso de praças públicas: estudo de caso em cidade de clima tropical*. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO – ENCAC, 12., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: Encac, 2013. p. 1-10.

PORTER, M. *Clusters and the new economics of competition*. *Harvard Business Review*, November-December 1998.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Município do Rio de Janeiro. Concurso Público Internacional para a seleção do melhor Plano Geral Urbanístico (Master Plan) para o Parque Olímpico Rio 2016, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ. 2011. Disponível em: <https://autodromodejacarepagua.files.wordpress.com/2010/05/00-pqo-edital.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

PREUSS, H. *The conceptualization and measurement of mega sport event legacies. Journal of Sport & Tourism*, v. 12, n. 3-4, p. 207-227, 2007.

RIO DE JANEIRO. Município do Rio de Janeiro. Concurso Público Internacional para a seleção do melhor Plano Geral Urbanístico (Master Plan) para o Parque Olímpico Rio 2016, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ. 2011. Disponível em: <https://autodromodejacarepagua.files.wordpress.com/2010/05/00-pqo-edital.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SARMENTO, B. R.; ELALI, G. A. *Qualidade ambiental em espaços livres: uma avaliação no centro de vivência do Campus I da UFPB*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2016, Recife. Anais.... Recife, PE: Eneac, 2016. p. 1-12.

SILVA, A. C. C. de L. e. *Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro*. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

SILVA, G.; REIS, A. T. *Uma análise exploratória sobre a localização de equipamentos olímpicos e seus usos pós-Jogos do Rio de Janeiro 2016. Urbana*, Campinas, v. 19, p. 30-49, 2018.

SMITH, N. *A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHAIASEN, C. (coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

STIFTUNG, H. B. *Vila Autódromo: remoção e resistência*. 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>. Acesso em: 5 set. 2019.

TANAKA, G. *Fundação Heinrich Böll Brasil*. 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>. Acesso em: 15 out. 2018.

VAINER, C. et al. Recife. Ministério da Cultura. *O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual*. 2013. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/896>. Acesso em: 12 set. 2018.

Cartografia Afetiva em Paraisópolis | maio de 2018 a março de 2019

Affective Cartography in Paraisópolis | May 2018 to March 2019

Cartografía afectiva em Paraisópolis | De mayo de 2018 a marzo de 2019

*Wagner de Souza Rezende, Doutor, UFG Goiânia, Brasil.
E-mail: wagnerrezende@ufg.br*

*Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim, Doutora, Mackenzie São Paulo, Brasil.
E-mail: angelica.alvim@mackenzie.br*

*Luiz Guilherme Rivera de Castro, Doutor, Mackenzie, São Paulo, Brasil.
E-mail: luizguilherme.castro@mackenzie.br*

Resumo

A apropriação dos espaços públicos nas áreas informais das cidades latino-americanas é um tema de grande relevância na atualidade. Técnicas de mapeamento associadas a fotografias que expressem as distintas formas de apropriações do espaço público podem ser consideradas importantes instrumentos de análise e definição de políticas públicas inclusivas. Este ensaio apresenta, de modo sintético, a "cartografia afetiva", um método de análise urbana segundo o qual se procura vincular os modos de interações das pessoas nas diversas situações do cotidiano à morfologia urbana das cidades. A partir da combinação de técnicas de cartografia, fotografias e entrevistas procura-se mapear a percepção urbana dos moradores locais de Paraisópolis, uma das maiores favelas de São Paulo. Construído com base em teorias urbanas contemporâneas, o método propõe a análise das apropriações das ruas de Paraisópolis e suas bordas, segundo os conceitos de coexistência, memória e diversidade. O objetivo deste estudo é instrumentalizar pesquisadores possibilitando leituras dos ambientes das ruas e testando associações significativas por meio de caminhadas etnográficas.

Palavras Chave: Cartografia; Afeto; Paraisópolis; Cotidiano; Espaço Público.

Abstract

The appropriation of public spaces in the informal areas of Latin American cities is a theme of great relevance today. Mapping techniques associated with photographs that express the different forms of appropriations of public space can be considered important instruments for analysis and definition of inclusive public policies. This essay presents, in a synthetic way, the "affective cartography", a method of urban analysis according to which it seeks to link the ways of interactions of people in the various situations of daily life to the urban morphology of cities. From the combination of cartography techniques, photographs and interviews, we seek to map the urban perception of local residents of Paraisópolis, one of the largest favelas in São Paulo. Built on contemporary urban theories, the method proposes the analysis of appropriations of the streets of Paraisópolis and its edges, according to the concepts of coexistence, memory and diversity. The aim of this study is to instrumentalize researchers enabling readings of street environments and testing significant associations through ethnographic walks.

Keywords: Cartography; Afect; Paraisópolis; Everyday; Public Space.

Resumen

La apropiación de espacios públicos en las zonas informales de las ciudades latinoamericanas es un tema de gran relevancia hoy en día. Las técnicas de mapeo asociadas a fotografías que expresan las diferentes formas de apropiaciones del espacio público pueden considerarse instrumentos importantes para el análisis y la definición de políticas públicas inclusivas. Este ensayo presenta, de forma sintética, la "cartografía afectiva", un método de análisis urbano según el cual se busca vincular las formas de interacción de las personas en las diversas situaciones de la vida cotidiana con la morfología urbana de las ciudades. A partir de la combinación de técnicas de cartografía, fotografías y entrevistas, buscamos mapear la percepción urbana de los residentes locales de Paraisópolis, una de las favelas más grandes de San Pablo. Construido sobre teorías urbanas contemporáneas, el método propone el análisis de las apropiaciones de las calles de Paraisópolis y sus bordes, según los conceptos de convivencia, memoria y diversidad. El objetivo de este estudio es instrumentalizar a los investigadores mediante la habilitación de lecturas de entornos callejeros y la prueba de asociaciones significativas a través de paseos etnográficos.

Palabras Clave: Cartografía; Afecto; Paraisópolis; Cotidiano; Espacio Público.

Acartografia afetiva é um método de análise urbana segundo o qual se procura vincular os modos de interações das pessoas às diversas situações do cotidiano e à morfologia urbana das cidades. Considerando que a cidade é mais do que a soma de suas formas, estruturas e funções urbanas, entendemos que as articulações entre os diversos atores envolvidos na produção social do espaço urbano têm desdobramentos complexos nas dinâmicas territoriais na macro e na microescala. O estudo das sociabilidades nos espaços públicos é o ponto de partida para nossa interpretação do conceito da cartografia afetiva e sua adaptação no estudo de caso em Paraisópolis.

As pesquisas sobre os métodos e técnicas mais adequados para se estudar as subjetividades nas metrópoles contemporâneas emergem da reflexão crítica sobre a crescente importância dos afetos e das emoções no redimensionamento da experiência urbana. Parte-se do pressuposto que a inclusão das subjetividades procura demonstrar o quanto complexa é a apropriação dos espaços públicos em interface com as condições sociais e culturais que articulam sociabilidades nos lugares marcados pelas diferenças no espaço-tempo do cotidiano. Observar os modos de percepção que a experiência subjetiva articula, no corpo, no tempo e no espaço (por meio da ação e da afeição), nos leva aos conceitos de imanência (subjetividade) e transcendência (o outro).

A cartografia afetiva – que organiza um conjunto de técnicas de foto-elicitação, entrevista, caminhada e observação participante –, revelou-se um método viável para o estudo das práticas cotidianas que escapam às “totalizações imaginárias do olhar” das quais fala Certeau (1994 p. 159). Essas práticas, que remetem às articulações entre diversos elementos da vida urbana nas situações mais diversas, podem ser efetivamente interpretadas por meio deste método.

Este ensaio, fruto de uma reflexão mais ampla inserida em uma tese de doutorado¹, apresenta os resultados da aplicação da cartografia afetiva no estudo das interações sociais nas ruas de Paraisópolis à luz dos conceitos de afeto, emoção e experiência. Os mapas aqui reproduzidos representam, de forma sintética, as relações entre corpo e cidade nas diferentes situações do cotidiano local de Paraisópolis. Por meio desse método foi possível acessar informações consistentes sobre as articulações de algumas situações do cotidiano relacionadas com as transformações urbanas em três ruas e na fala de quem a experimenta: o cidadão.

Os estudos sobre a experiência afetiva no espaço urbano encontram na combinação das metodologias visuais com a teoria da deriva, uma maneira experimental e eficaz para análises dos afetos e das emoções nos espaços públicos, especialmente nas ruas e calçadas. A dimensão afetiva do espaço, elaborada por meio da teoria dos sentimentos (HELLER, 1972; 1993), ao ser tratada através das cartografias afetivas, possibilita aos urbanistas o reconhecimento de modos de interações no espaço urbano.

Foram entrevistadas 44 pessoas em três vias urbanas de Paraisópolis (Figura 2), sendo 13 transeuntes na Avenida Hebe Camargo, 15 na rua Pasquale Gallupi e 16 na rua Melchior Giola (Figuras 3, 5 e 7). A todos os moradores e moradoras entrevistados foi pedido que fotografassem elementos das ruas que não gostassem ou que

¹ Tese de doutorado defendida em 2019, intitulada “Urbanidade experiencial: situações e interações no cotidiano de Paraisópolis, São Paulo”.

considerassem degradantes. Ao todo, foram realizadas 106 fotografias, codificadas de acordo com as categorias de processos e objetos urbanos inferidas das entrevistas. Apresentamos aqui três fotografias a título de exemplificação (Figuras 4, 6 e 8).

Complementando a cartografia afetiva, foi realizado um mapeamento colaborativo em 33 quadras de Paraisópolis, localizadas nos setores Antonico, Brejo e Centro, objetivando elaborar uma matriz de avaliação ambiental com dados referentes a 12 atributos de qualidade de vida urbana que foram ajustados à escala da quadra: viela (vi), largura (la), declividade (de), conectividade (cn), controle (co), convivência (cv), comércio (cm), densidade (dn), calçada (ca), rua (ru), arborização (ar), iluminação (il). Apresentamos os mapas resultantes com o objetivo de ilustrar o potencial desse método de análise urbana na micro e na macroescala. As análises detalhadas desse mapeamento, produzido durante as primeiras incursões na favela, serão apresentados em uma publicação futura (Figuras 9, 10, 11 e 12).

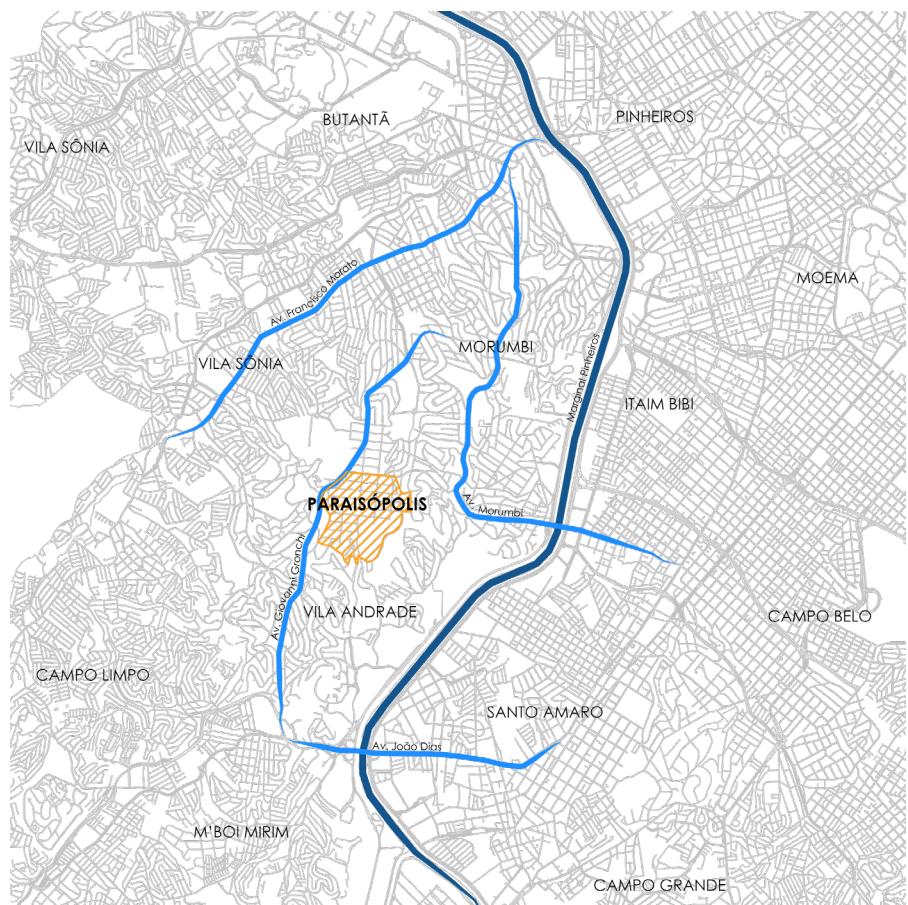


Figura 1: Localizada no distrito Vila Andrade, no coração de uma das regiões mais ricas da cidade de São Paulo, Morumbi. Paraisópolis ocupa uma área de 882.740m², ao Leste da Avenida Giovanni Gronchi, uma das principais vias de acesso da região.

Fonte: Elaborada pelos autores.

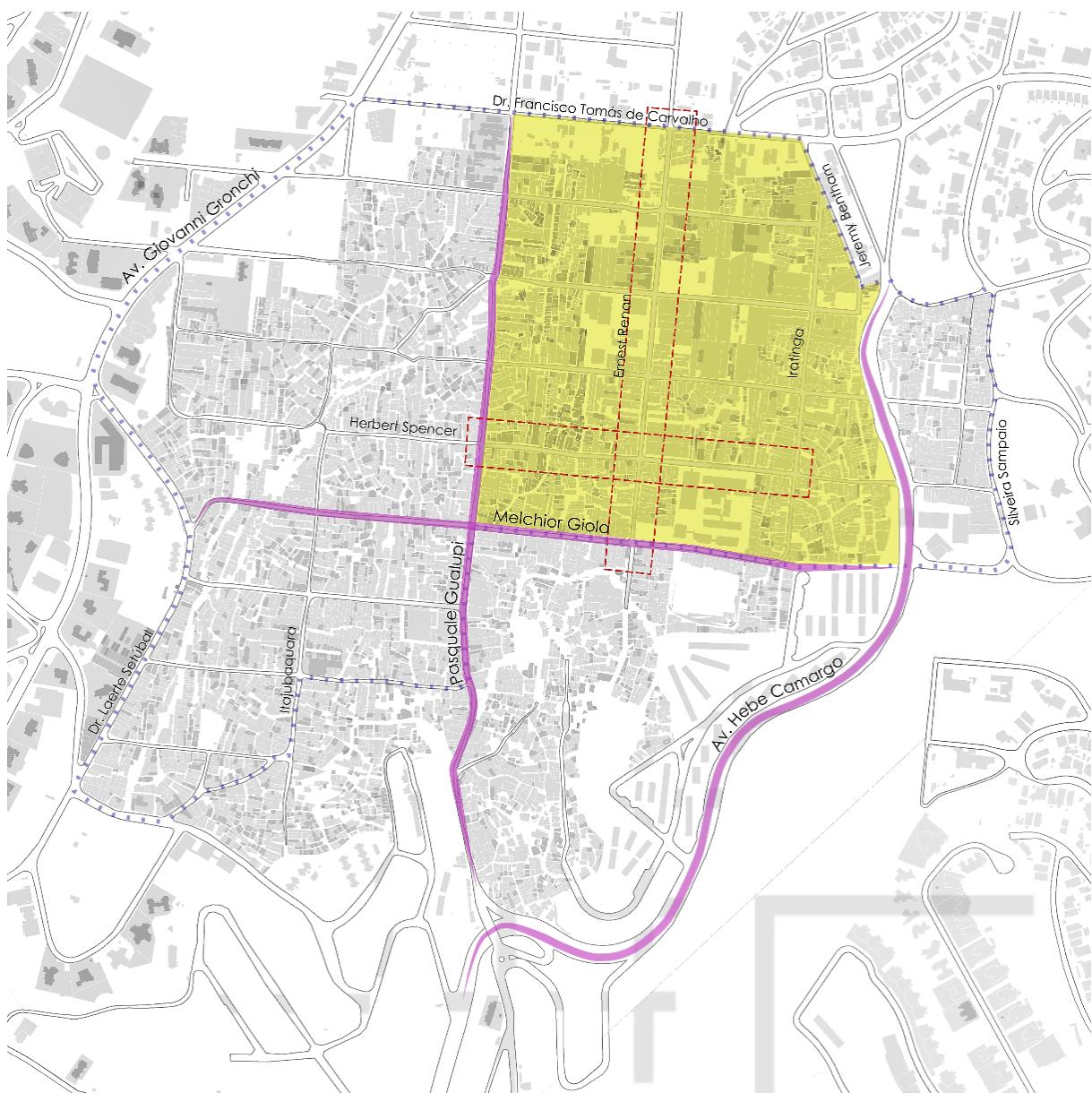


Figura 2: Mapa da Cartografia Afetiva de Paraisópolis, indicando as vias públicas documentadas – a avenida Hebe Camargo e as ruas Pasquale Gallupi e Melchior Giola (linhas na cor lilás). Os retângulos na cor vermelha são locais de intensa manifestação cultural e a área em amarelo representa a região de concentração de melhores condições socioespaciais. Finalmente, a área em amarelo representa a região de concentração de melhores condições socioespaciais de Paraisópolis. Evidentemente, nem os trajetos, nem os pontos de realização das entrevistas (e muito menos os participantes), foram definidos a priori. O exercício da caminhada sem roteiro, a deriva, definiu os rumos da pesquisa e possibilitou uma amostragem mais alinhada com os fundamentos epistemológicos da pesquisa, seguindo de perto as falas dos passos perdidos a que se refere Certeau (1994, p. 163), quando afirma que “os jogos dos passos moldam espaços, tecem os lugares”.

Fonte: Elaborada pelos autores.

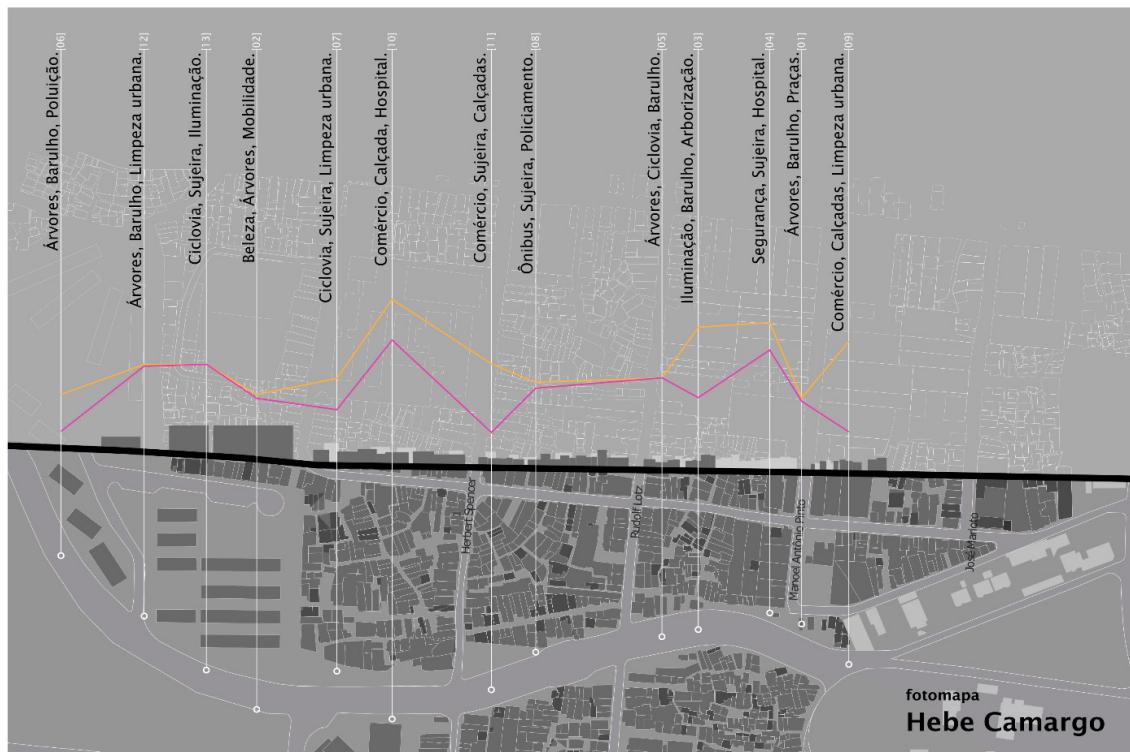


Figura 3: Cartografia realizada na avenida Hebe Camargo, apresentando a síntese das informações coletadas em campo na forma de um diagrama visual construído sobre a representação da morfologia urbana. Os pontos indicam a localização das entrevistas e os principais elementos, positivos, negativos e transformadores, inferidos das entrevistas. O gráfico de linhas laranja e rosa se referem, respectivamente, à idade e tempo de moradia no local.

Fonte: Elaborada pelos autores.



Figura 4: Na fotografia fornecida pela moradora 5, destacam-se: o ônibus fazendo conversão de uma rua para a avenida; o semáforo fechado para o fluxo da avenida; os carros estacionados ao longo da avenida; uma barraca de feira sobre a ciclovia ao lado de algumas árvores no canteiro central. Na calçada direita, diversas caixas de cerveja armazenadas em frente a um grupo de edifícios de três e quatro pavimentos. Ao fundo da imagem, diversas árvores de grande porte contrastam com os edifícios.

Fonte: Moradora 5.

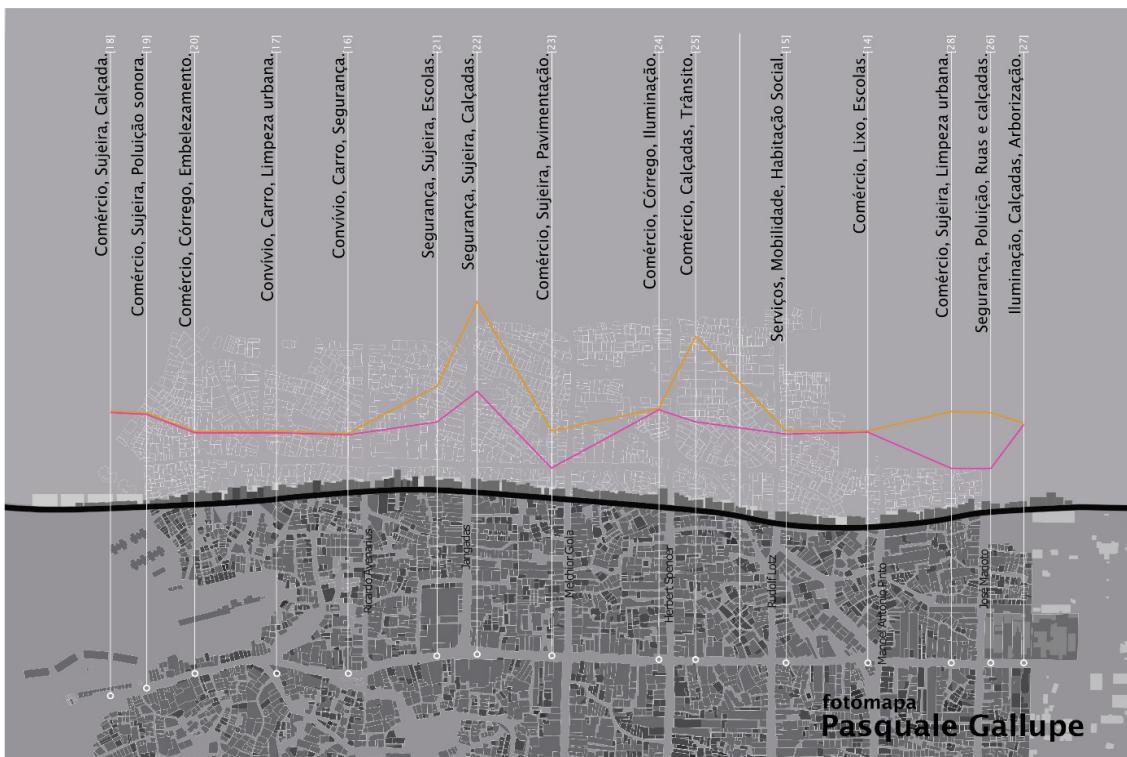


Figura 5: Cartografia realizada na rua Pasquale Gallupi, apresentando a síntese das informações coletadas em campo na forma de um diagrama visual construído sobre a representação da morfologia urbana.
Fonte: Elaborada pelos autores.



Figura 6: Na fotografia apresentada pela moradora 24, os elementos visuais mais evidentes na imagem são: o trailer pintado na cor vermelha para comercialização de comida, aparentemente abandonado, com os pneus vazios; um toldo amarelo, aberto na lateral do trailer; alguns bancos de plástico empilhados; uma mesa de madeira junto ao trailer; e um grande container verde, para coleta de lixo ou armazenamento de produtos. O trailer está localizado em frente à uma edificação residencial (n. 667).
Fonte: Moradora 24.

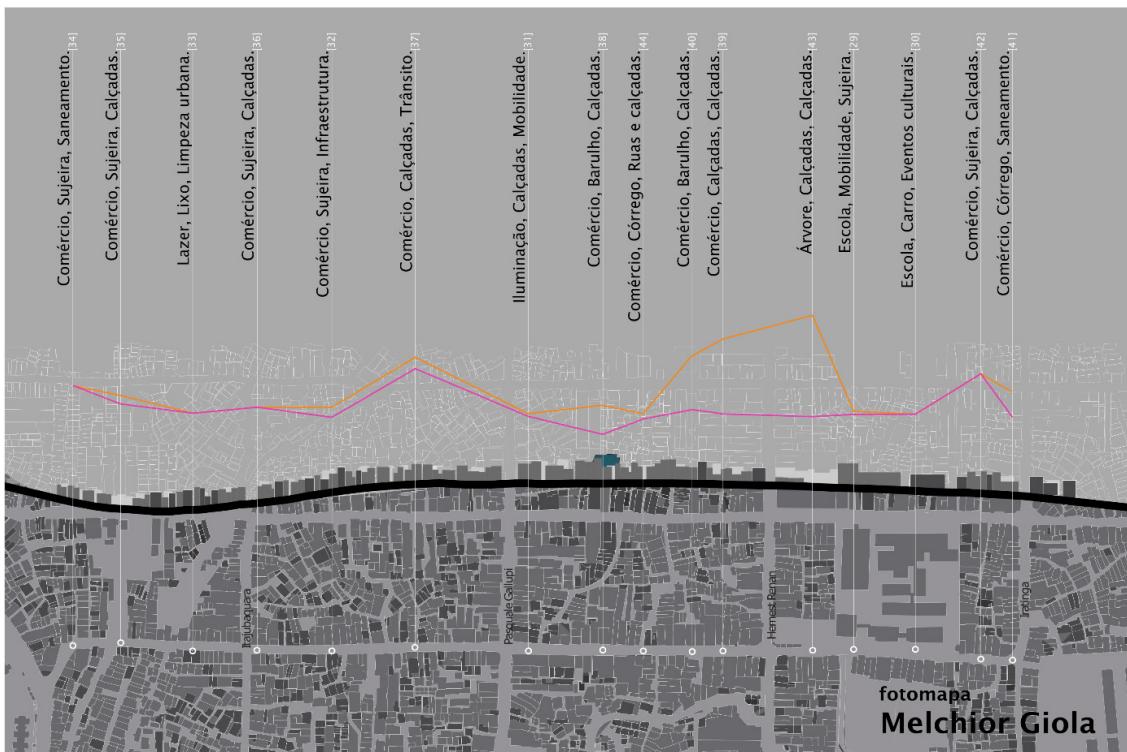


Figura 7: Cartografia realizada na rua Melchior Giola, apresentando a síntese das informações coletadas em campo na forma de um diagrama visual construído sobre a representação da morfologia urbana.

Fonte: Elaborada pelos autores.



Figura 8: Os elementos visuais mais evidentes na fotografia da moradora 36, são: em primeiro plano, a loja de roupas "Pano de Chita" domina a fachada na cor vermelha; diversos vasos com plantas estão distribuídos na rua e na calçada; nota-se a rua em acidente com edificações de cores e formas variadas; três carros estão estacionados ao longo da calçada.

Fonte: Moradora 36.

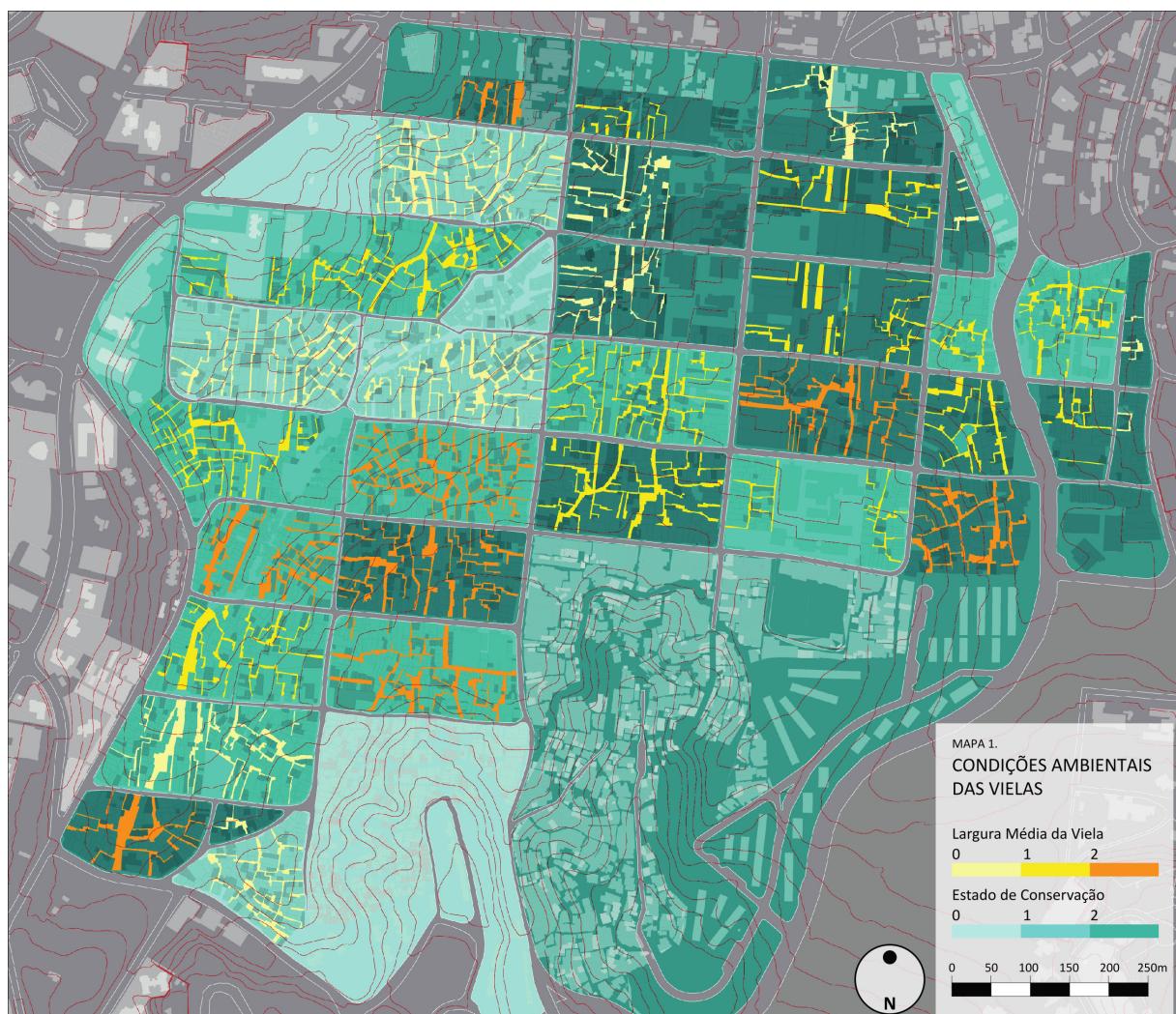


Figura 9: O mapa das condições ambientais das vielas focaliza os impactos que vielas estreitas, mal conservadas e com declividade acentuada podem ter no cotidiano dos moradores. Note-se que, apesar de a maioria das vielas serem relativamente estreitas, com menos de 3 metros de largura, e com declividade entre 10% e 25%, praticamente um terço dos lugares observados apresenta ótimo estado de conservação. As vielas com declividade mais elevada também são as que concentram as piores condições de conservação. Fonte: Elaborada pelos autores.

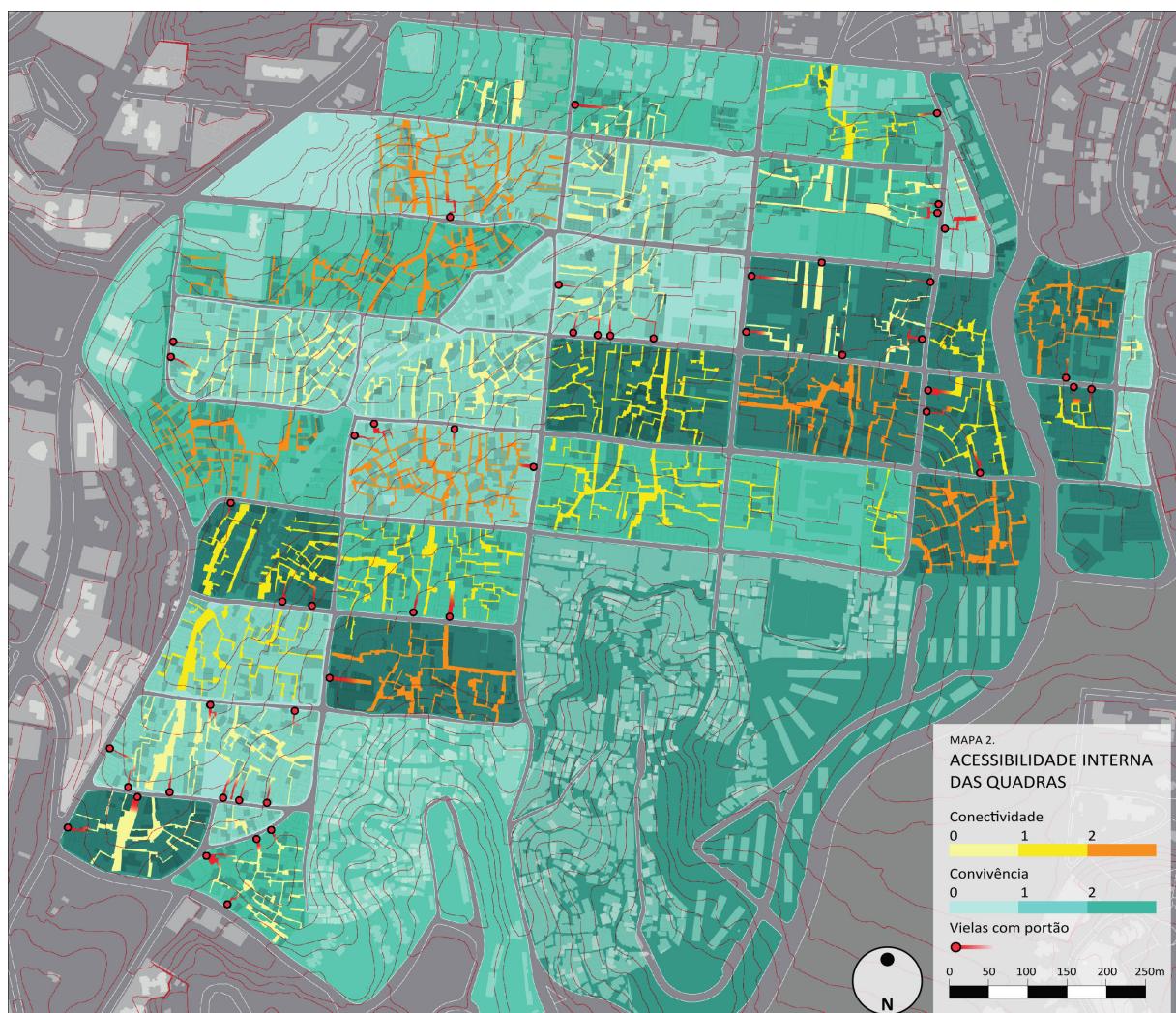


Figura 10: Assim, os dados ainda são insuficientes para afirmar se os núcleos fechados são os mais propícios à convivialidade. Outra informação importante que se pode inferir do mapa é a distribuição das quadras com controle de acesso das vielas, que segue dois padrões de localização. Enquanto existe maior concentração de portões nas vielas próximas de onde ocorre o baile funk (entorno da Rua Herbert Spencer), há, também, presença de portões nas vielas próximas dos limites com o Morumbi, tanto na região próxima da Avenida Giovanni Gronchi, como nas áreas próximas da Avenida Hebe Camargo.

Fonte: Elaborada pelos autores.

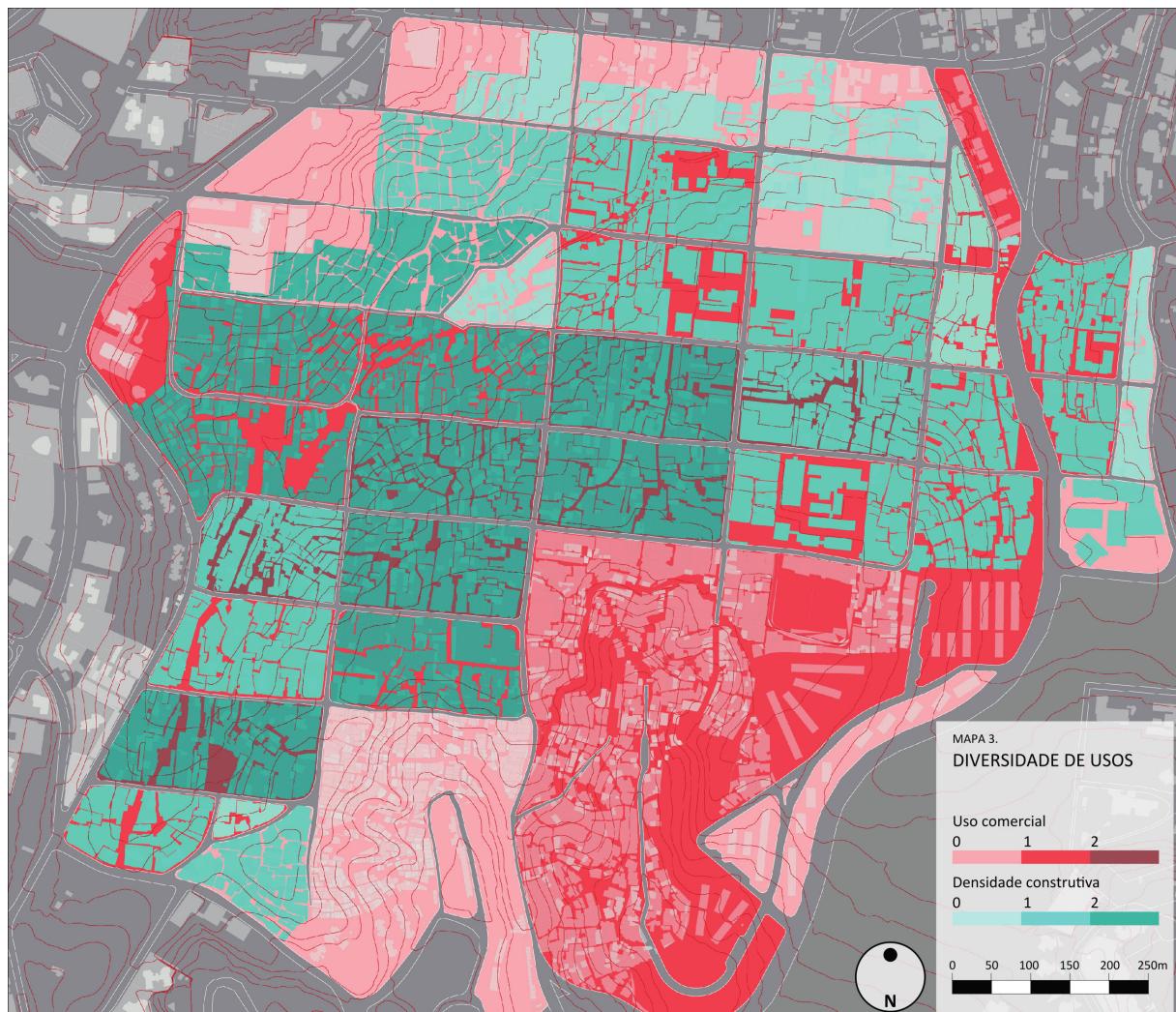


Figura 11: O “mapa de diversidade”, sobrepõe as variáveis comércio e densidade, permitindo três leituras: 1) a atividade comercial é espacialmente difusa na favela, existindo pontos de comércio e serviços em praticamente todas as quadras pesquisadas; 2) as quadras com maior concentração de área comercial são, ao mesmo tempo, as que apresentam as maiores densidades edilícias (e populacionais); 3) algumas áreas são estrategicamente mantidas com baixas densidades populacionais.

Fonte: Elaborada pelos autores.

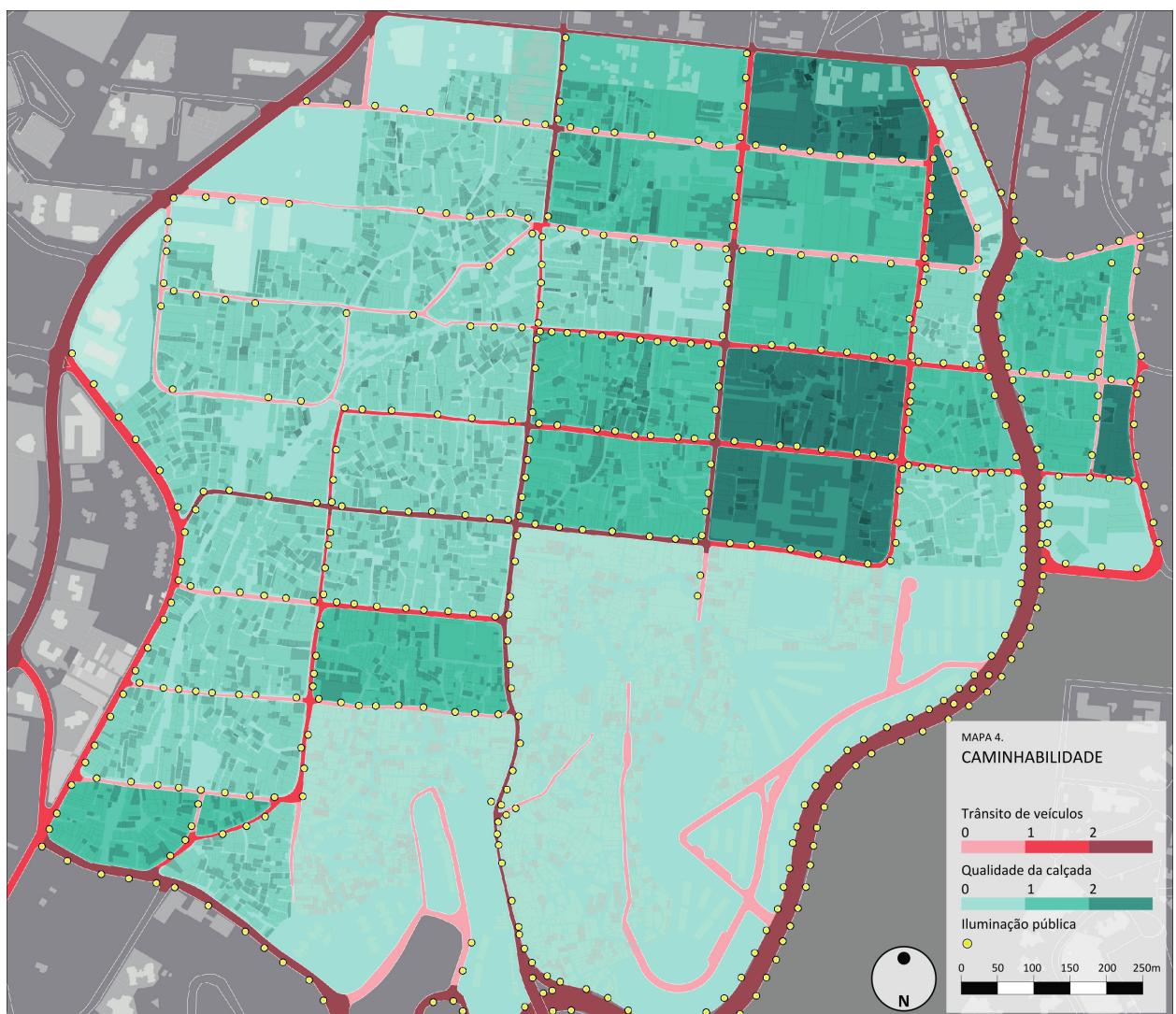


Figura 12: O mapa 4, denominado “mapa de caminhabilidade”, é o mapa mais complexo e um dos pontos críticos da análise, pois engloba quatro variáveis interconectadas, porém disíspares em relação ao sistema de mensuração de qualidade de vida urbana. De fato, a precariedade das calçadas e das ruas, o caos permanente no trânsito local, bem como a falta de arborização e a ausência de iluminação pública em diversos locais é perceptível ao se caminhar por Paraisópolis. No entanto, apostamos na superação dessa percepção inicial por meio de evidências empíricas qualitativas coletadas no trabalho de campo. Nesse sentido, o dado mais contrastante com essa percepção é referente à iluminação pública, pois o mapeamento indica que mais de dois terços das quadras possui ótima luminosidade noturna, pelo menos nas bordas das ruas de acesso.

Fonte: Elaborada pelos autores.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HELLER, A. *Teoría de los sentimientos*. México: Ediciones Coyoacán, 1999.

Habitações Cambó | Santa Caterina, Ciutat Vella, Barcelona | 1999-2003 | Projeto de requalificação urbana. Habitação social.

Cambó Houses | Santa Caterina, Ciutat Vella, Barcelona 1999-2003 | Urban requalification project. Social housing.

Habitações Cambó | Santa Caterina, Ciutat Vella, Barcelona | 1999-2003 | Proyecto de recalificación urbana. Vivienda social.

Lluís Bravo Farré, Doutor Arquiteto, ETSAV – UPC

Gustavo Comte-Pomi, Doutor Arquiteto, ETSAV – UPC

Resumo

O projeto de habitações Cambó aprofunda uma ideia urbana integrativa com o desejo de assimilar a dinâmica histórica do bairro e, ao mesmo tempo, atender às necessidades e aspirações de seus habitantes. Em suma, uma arquitetura de diálogo que consegue se fundir harmoniosamente com o rico tecido urbano de Ciutat Vella. Utilizando para isso uma linguagem radicalmente contemporânea que permite a integração da variedade e da diversidade, as principais qualidades do bairro.

Palavras Chave: vida cotidiana; arquitetura em diálogo; Barcelona, patrimônio, contexto.

Abstract

The Cambó housing project deepens an integrative urban idea with the desire to assimilate the historical dynamics of the neighborhood and, at the same time, meet the needs and aspirations of its inhabitants. In short, a dialogue architecture that manages to merge harmoniously with Ciutat Vella's rich urban fabric. Using for this a radically contemporary language that allows the integration of variety and diversity, the main qualities of the neighborhood.

Keywords: everyday life; architecture in dialogue; Barcelona, patrimony, context

Resumen

El proyecto de viviendas Cambó profundiza en una idea urbanística integradora con la voluntad de assimilar la dinámica histórica del barrio y al mismo tiempo satisfacer las necesidades y aspiraciones de sus habitantes. En síntesis, una arquitectura dialogante que logra fusionarse armónicamente con el rico tejido urbano de Ciutat Vella. Utilizando para ello un lenguaje radicalmente contemporáneo que permite la integración de variedad y diversidad, principales cualidades del barrio.

Palabras Clave: la vida cotidiana; arquitectura en diálogo; Barcelona, herencia, contexto

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista urbanístico, o projeto trata da transformação e regeneração do centro histórico de Barcelona. Efetivamente, o planejamento existente propunha uma intervenção que queria evitar um traçado tanto distanciado da morfologia do tecido urbano da zona como em prolongação retilínea da avenida.

O projeto aprofunda ainda mais essa ideia integradora, com a aspiração de assimilar, entender, a dinâmica evolutiva histórica e específica do bairro, a partir de uma análise perceptiva de suas características arquitetônicas e urbanísticas (viabilidade, volumetria, texturas, ritmos, composição...), e também de uma conexão com necessidades e aspirações de uma vivência cotidiana em contato direto com seus habitantes. Dessa maneira, se trata de conseguir uma melhoria substancial em aspectos como saneamento, insolação, ventilação, privacidade. Em definitivo, conforto físico e psicológico nos interiores e conectividade e qualidade em espaço público, ao mesmo tempo mantendo potencialmente o caráter urbano peculiar da zona nos seus aspectos visuais, sociológicos e do entorno vital. O que se constata no plano urbano, ao criar um novo caminho em direção ao mar (nova passagem para os pedestres), que se articula com a avenida Cambó através de uma praça. Dessa maneira se afasta da área local comercial a favor de uma clara melhora do espaço público.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O plano arquitetônico mantém alguns elementos existentes em total fusão e continuidade com a nova construção. O critério para a sua conservação não é tanto um suposto valor patrimonial, senão a sua qualidade para refletir o passo do tempo e conservar a memória do bairro, contribuindo, assim, para suavizar o impacto das novas edificações. A arquitetura proposta, longe de qualquer mimetismo historicista, pretende captar e reproduzir elementos que permitem sintonizar com as temáticas compostivas e os ritmos característicos do lugar. Isto se concretiza na disposição predominantemente vertical da fachada e no efeito de suavizar o caráter massivo da intervenção, fragmentando perceptivamente a volumetria e refletindo o mesmo critério na forma de aplicar a cor e nas reinterpretações dos elementos tradicionais como a varanda e a gelosia.

INTEGRAR A VARIEDADE E A DIVERSIDADE

No que concerne ao interior, a excepcional verticalidade das aberturas (do solo ao teto) e o traçado das plantas permitem uma iluminação excelente e novas possibilidades visuais que supõem uma melhoria clara na tipologia residencial, especialmente em habitações de caráter social.

Se trata de uma arquitetura, portanto, que desde uma concreção inequivocamente atual, tem a vontade de dialogar e se fundir amistosamente com o rico tecido urbano da Ciutat Vella. Potencia, assim, uma maneira de integrar a variedade e a diversidade que constituem o seu principal encanto no plano social.

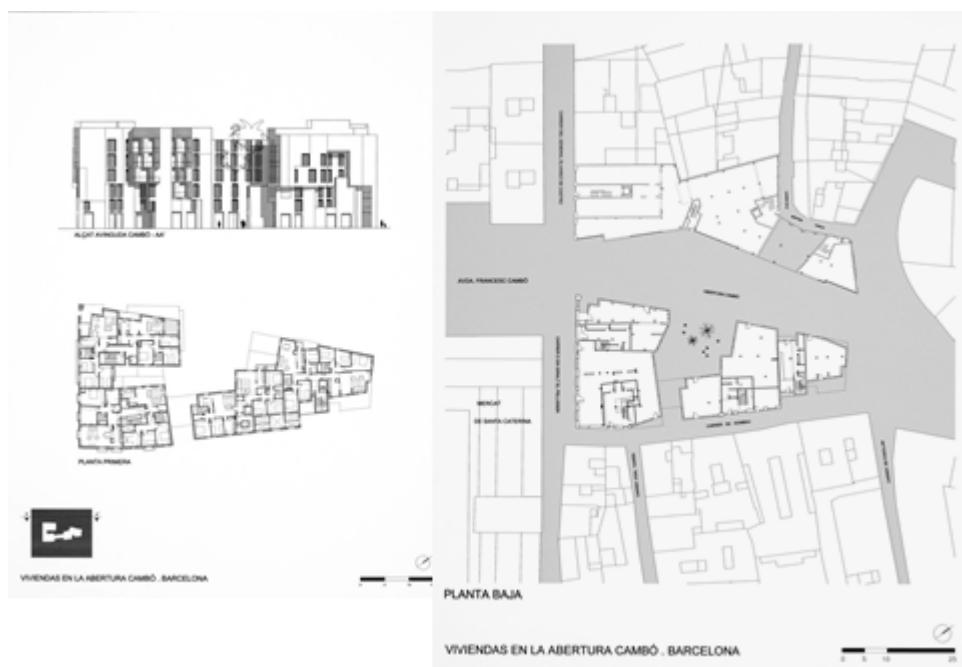


Figura 1: Implantação. Fonte: Elaborada pelos autores.



Figura 2: Implantação em detalhe. Fonte: Elaborada pelos autores.



Abertura Cambó
Planta 1º. andar

Figura 3: Palnta Arquitetura. Fonte: Elaborada pelos autores.



Figura 4: Vista do espaço público e das fachadas. Fonte: Arquivo dos autores do projeto.



Figura 5: vista das fachadas, das ruas de acesso e do interior do apartamento. Fonte: Arquivo dos autores do projeto.

cadernos **pós**
cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
universidade presbiteriana mackenzie

